



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CLEBER GILIARD RODRIGUES MIRANDA**

**“POSSO IR EMBORA? SE EU FICAR AQUI VOU CHORAR”  
MASCULINIDADE EM DEBATE NOS GRUPOS REFLEXIVOS PARA  
HOMENS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.  
Orientadora: Célia Arribas

**Juiz de Fora  
2025**

Cleber Giliard Rodrigues Miranda

**“POSSO IR EMBORA? SE EU FICAR AQUI VOU CHORAR”  
MASCULINIDADE EM DEBATE NOS GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Aprovada em 21 de julho de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof(a) Dr(a) Célia da Graça Arribas - Orientadora**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof(a) Dr(a) Alexandre José Pinto Cadilhe de Assis Jácome**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof(a) Dr(a) Fabiano Eloy Atílio Batista**

Universidade do Estado de Minas Gerais

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rodrigues Miranda, Cleber Giliard.

"Posso ir embora? Se eu ficar aqui vou chorar": Masculinidade em debate nos Grupos Reflexivos para homens. / Cleber Giliard Rodrigues Miranda. – 2025.

99 p. : il.

Orientadora: Célia da Graça Arribas

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2025.

1. Imagem 1: Exemplo da dinâmica Roda da vida. 2. Imagem 2: Exemplo da dinâmica Roda da Vida. 3. Gráfico 1 – Perfil socioeconômico: raça dos participantes (2024). 4. Gráfico 2 – Perfil socioeconômico: renda dos participantes (2024). 5. Gráfico 3: Perfil de escolaridade dos participantes (2024). I. Arribas, Célia da Graça, orient. II. Título.

Cleber Giliard Rodrigues Miranda

**“POSSO IR EMBORA? SE EU FICAR AQUI VOU CHORAR”  
MASCULINIDADE EM DEBATE NOS GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Aprovada em 21 de julho de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof(a) Dr(a) Célia da Graça Arribas - Orientadora**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof(a) Dr(a) Alexandre José Pinto Cadilhe de Assis Jácome**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof(a) Dr(a) Fabiano Eloy Atílio Batista**

Universidade do Estado de Minas Gerais

## AGRADECIMENTOS

Ao ingressar no Ensino Superior, surgiram várias dificuldades, pois, para um jovem periférico, de família pobre, sem perspectivas de um emprego formal, pensar em estudar e seguir uma carreira acadêmica era um sonho. Assim como em muitas famílias pobres do nosso país, fui o primeiro a ingressar no Ensino Superior. Concluir os estudos, nessa primeira fase, não foi fácil, e se não fosse a ajuda de algumas pessoas, jamais poderia tê-lo.

Minha querida avó, que veio do interior de Minas Gerais, para tentar uma vida melhor na região metropolitana de Belo Horizonte foi minha maior incentivadora. Vinda de um casamento em que a violência doméstica era normalizada, ela não aceitava que seus netos tivessem o mesmo destino. Então, com seu salário-mínimo, minha avó custeava a passagem de ônibus para eu me deslocar de Contagem a Belo Horizonte. Com certeza esse dinheiro fazia falta para ela, contudo Mãe Lia não reclamava e me incentivava a não desistir. Por isso, te agradeço para sempre, Mãe Lia.

Minha mãe, querida e esforçada, que se casou aos 13 anos e com 22 já tinha quatro filhos. Sua garra em nos sustentar vendendo salgadinhos e chupe-chupe mostrou-me o ardor da vida das pessoas pobres. Minha mãe também foi vítima do patriarcado que gera violência doméstica e de gênero. Não me lembro de vê-la sofrendo violência física, mas as violências verbais e psicológicas eram frequentes em nossas vidas e principalmente na vida dela. Obrigado por resistir, Mãe!

Meus irmãos, que assim como eu, foram forjados nessa realidade e mesmo assim se construíram como pessoas amáveis e dignas. Obrigado por se fazerem belos, irmãos!

Ao meu pai, que foi afetado diretamente pela masculinidade hegemônica <sup>1</sup>e que através dessa conheceu e viveu o amargo do alcoolismo e da dificuldade de expressar seus sentimentos de forma doce. A vida foi agressiva com ele, e ele transmitiu isso para nós. Agradeço-te, te amo, e não tenho mágoas das amarguras da vida. Você também foi vítima do patriarcado! Análise de Jesus da Silva, primeira mulher negra a ter um

---

<sup>1</sup> Embora os conceitos de masculinidades hegemônica e subalterna serão tratados durante o trabalho, optei por situar o leitor com o resumo desses conceitos: Masculinidade hegemônica é o modelo cultural dominante de masculinidade que legitima a posição de poder dos homens e justifica a subordinação das mulheres ou de outras formas de masculinidades. Já as masculinidades subalternas são aquelas que se distanciam desse ideal dominante e são marginalizadas ou subordinadas dentro da hierarquia de gênero.

doutorado na UFMG, foi minha mãe acadêmica! Sabendo de minha realidade, quando fiz a disciplina Educação de Jovens e Adultos, ministrada por ela, não permitiu que eu desistisse e me incentivou para que eu participasse do Programa Conexões de Saberes, pelo qual eu recebia uma bolsa de R\$ 300,00, além de me oferecer diversos trabalhos para que eu pudesse ter mais algum recurso. Obrigado por cuidar de mim!

Senira Regina Rocha, mulher forte, que viu em meu projeto de pesquisa a possibilidade de mudarmos juntos a realidade de muitas mulheres e homens que foram construídos tendo a violência doméstica como pilar de suas vidas.

Agradeço à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nas figuras das delegadas Ione Barbosa, Angela Fellet, Carolina Magalhães, Maria Pontes e nas figuras das investigadoras Danielle Rosa, Gleiciane, Aline Albuquerque, Eliane Brizzi, Fernanda Aleixo, que me formou investigador e me proporcionou estar diretamente ligado aos crimes contra mulheres.

Célia da Graça Arribas, obrigado por tornar essa trajetória mais suave e mais humana. Sem a sua compreensão, incentivo e tranquilidade, esse trabalho não se concretizaria.

Por fim, agradeço minhas grandes amigas: Kelly, Nívea, Patrícia, Janaína, Karladriane, Andressa e Mariana que mesmo com a ausência sempre me incentivaram a permanecer nessa caminhada. Ao Ramon, que me ensinou sobre amor, verdades explícitas, implícitas e o não dito! À minha afilhada Agatha – eu te amo!

## RESUMO

Esta dissertação analisa como homens autores de violência de gênero constroem e performam suas masculinidades em contextos de responsabilização judicial, com foco nos Grupos Reflexivos previstos pela Lei Maria da Penha e regulamentados pela Lei nº 13.984/2020. A pesquisa foi realizada na cidade fictícia de Oyá, com 480 homens distribuídos em 40 grupos, conduzidos pela equipe da Associação Cultive a Paz (CAP), em parceria com o sistema de justiça local. Parte-se do pressuposto de que a masculinidade não é uma essência fixa, mas uma construção social e discursiva, atravessada por normas de poder e expectativas de gênero. Com base em autores como Judith Butler, Pierre Bourdieu, Raewyn Connell, Michel Foucault e Patricia Hill Collins, a abordagem qualitativa incluiu observação participante, análise de documentos institucionais e registros discursivos obtidos ao longo de treze encontros por grupo. O perfil dos participantes revela, em sua maioria, homens brancos, heterossexuais, de baixa escolaridade e renda, com histórico de violência familiar. Inicialmente, observa-se um padrão discursivo marcado por autovitimização, resistência à responsabilização e desconhecimento sobre o conceito ampliado de violência de gênero. Entretanto, ao longo dos encontros, emergem fissuras subjetivas: manifestações de vergonha, expressão de afetos e reconhecimento de comportamentos abusivos. Episódios como a frase “posso ir embora? se eu ficar aqui vou chorar” tornam-se exemplares do tensionamento entre a performance da masculinidade hegemônica e a possibilidade de ruptura emocional. Os grupos utilizam ferramentas simbólicas como cartas reflexivas, rodas da vida, vídeos educativos e dinâmicas com perguntas para estimular a autorreflexão. Embora não garantam transformações definitivas, constituem espaços pedagógicos e políticos de deslocamento subjetivo. Conclui-se que a responsabilização pela via educativa é mais eficaz que a punição isolada, e que os homens devem ser compreendidos como sujeitos que exercem a violência, mas também como produtos de um sistema patriarcal que os atravessa. Ao propor uma escuta ética e crítica das masculinidades, esta dissertação contribui para o debate sobre políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, apostando na potência transformadora da reflexão coletiva.

**Palavras-chave:** Masculinidades; Violência de gênero; Grupos Reflexivos; Performatividade; Responsabilização.

## **ABSTRACT**

This dissertation analyzes how men who commit gender-based violence construct and perform their masculinities in contexts of judicial accountability, focusing on the Reflective Groups provided for by the Maria da Penha Law and regulated by Law No. 13,984/2020. The research was conducted in the fictional city of Oyá, with 480 men distributed across 40 groups, led by the team of the Association Cultive a Paz (CAP), in partnership with the local justice system. It is assumed that masculinity is not a fixed essence, but a social and discursive construction, permeated by power norms and gender expectations. Based on authors such as Judith Butler, Pierre Bourdieu, Raewyn Connell, Michel Foucault, and Patricia Hill Collins, the qualitative approach included participant observation, analysis of institutional documents, and discursive records obtained throughout thirteen meetings per group. The participants' profile reveals mostly white, heterosexual men with low education and income levels, and a history of family violence. Initially, a discursive pattern marked by self-victimization, resistance to accountability, and lack of awareness about the broadened concept of gender-based violence is observed. However, throughout the meetings, subjective fissures emerge: manifestations of shame, expression of affection, and recognition of abusive behaviors. Episodes such as the phrase "Can I leave? If I stay here I will cry" become emblematic of the tension between the performance of hegemonic masculinity and the possibility of emotional rupture. The groups use symbolic tools such as reflective letters, life wheels, educational videos, and dynamics with questions to stimulate self-reflection. Although they do not guarantee definitive transformations, they constitute pedagogical and political spaces for subjective displacement. It is concluded that accountability through educational means is more effective than isolated punishment, and that men should be understood as subjects who exercise violence but also as products of a patriarchal system that permeates them. By proposing an ethical and critical listening to masculinities, this dissertation contributes to the debate on public policies to confront gender-based violence, betting on the transformative power of collective reflection.

**Keywords: Masculinities; Gender-based violence; Reflective Groups; Performativity; Accountability.**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
• O funcionamento dos Grupos Reflexivos .....	12
• A não necessidade de ouvir o agressor em um primeiro momento:.....	13
Capítulo 1: Trajetória de um olhar: entre caminhos e perguntas.....	26
Capítulo 2: O que é ser homem? Relatos de autores de violência doméstica e de gênero .....	31
Capítulo 3: Categoria “vítima” .....	58
Capítulo 4: Fazendo gênero: CAP e as propostas da equipe de condutores (“administradores”) .....	67
• A Psicóloga: as diferentes masculinidades e feminilidades .....	69
• A Coordenadora: “Meu conhecimento a respeito do tema é muito mais empírico” ...	70
Capítulo 5: Aprendendo a ver; aprendendo a se ler.....	77
Conclusão: Fazendo Gênero: O Que Mudou? .....	90
REFERÊNCIAS .....	96

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora traz os resultados da pesquisa sobre masculinidades a partir do campo empírico realizado com Grupos Reflexivos com homens autores de violência doméstica e de gênero. Na intenção de contextualizar os locais e personagens, com o cuidado de proteger a identidade dos participantes, assim como os nomes da cidade, do local em que são realizados os grupos e dos equipamentos públicos de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica, trabalharei aqui com pseudônimos. A cidade em que ocorrem as reuniões dos Grupos Reflexivos será aqui denominada de Oyá<sup>2</sup> e a associação em que ocorrem os encontros, de Cultive a Paz (CAP).

Embora pareça ser uma novidade o trabalho de intervenção com homens autores de violência de gênero, essa prática já vem sendo desenvolvida há algum tempo. No ano de 1979 surge o primeiro programa de intervenção para homens agressores nos Estados Unidos, na cidade de Boston. Já no Brasil, essas intervenções surgem no início dos anos 1990; porém, são intervenções mais tímidas, que passam a se tornar mais efetivas após o ano de 2006 com a promulgação da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (NOTHAFI; BEIRAS, 2019).

A violência contra a mulher, especialmente nas últimas décadas, tem se tornado um campo de estudo de diversas áreas da academia e tem sido explorada e analisada através de diversas lentes (GROSSI, 1994; SANTOS, 2008; TONELI et al, 2017; MARQUES et al, 2020). Assim como enfatizado por Chauí, essa violência não diz respeito somente a uma violação de normas, leis e regras (como é apregoado por muitos estudos), mas se trata de maneira especial de uma “[...] conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão [...] ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa” (CHAUI, 1985, p. 04).

Nesse sentido, como forma de coibir e punir diversas formas de violências e violações contra as mulheres, no ano de 2006 entrou em vigor, no Brasil, a Lei 11.340,

---

<sup>2</sup> Referência a Orixá Iansã. Oyá é um dos nomes da Orixá, que também é conhecida como Rainha dos raios e Senhora das tempestades. Oyá traz a energia matriarcal e feminina e representa uma dinâmica de transformação da vida.

mais conhecida como Lei Maria da Penha. Essa lei surgiu a partir de um esforço muito grande de parte da sociedade e dos movimentos feministas para que a epidemia da violência doméstica pudesse ser freada e os agressores sentenciados.

A Lei Maria da Penha se tornou o principal instrumento para busca de proteção e justiça para as mulheres vítimas de violência (GUSMÃO et al. 2014). De acordo com dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal - SPM, a implementação dos Grupos Reflexivos em diversas localidades brasileiras tem se mostrado um mecanismo capaz de atuar, para além do intuito punitivo, focando no processo educativo, permitindo que os homens autores de violência doméstica tenham o entendimento “[...] sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres” (BRASIL, 2008, p.26). Ainda, segundo o documento, estes grupos funcionam como uma “[...] ação (que) poderá ainda contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero, a transformação da visão de uma concepção hegemônica de masculinidade e o reconhecimento de novas masculinidades” (BRASIL, 2008, p. 26).

Partindo deste entendimento, depois de longos anos de debate e do ativismo de grupos interessados em eliminar as violências de gênero, no ano de 2020 foi sancionada a Lei 13.984, pelo então Presidente da República, que altera a Lei Maria da Penha e determina que agressores frequentem os Grupos Reflexivos para pensar sobre suas condutas masculinas aos casos considerados de violência doméstica, por decisão judicial, para que esses homens sejam “recuperados” e não repitam a espiral de violência que ela desencadeia (BRASIL, 2020).

Os Grupos Reflexivos para homens são formados apenas pelos condutores dos grupos e pelos sujeitos encaminhados pela Justiça Pública. A configuração de cada grupo traz suas particularidades, mas, em todos eles, tanto os encaminhados quanto os condutores buscam pensar e debater conjuntamente.

Cada grupo reflexivo é formado, em média, por 15 homens, sendo que essa variação de participantes se dá de acordo com as demandas do judiciário. Os participantes não podem faltar às reuniões, pois isso acarreta descumprimento de ordem judicial, podendo ter sua participação no grupo substituída pelo encarceramento. Sendo assim, a presidenta da CAP firmou um compromisso com o judiciário para que fossem comunicados os casos de ausência, sendo que esse recurso não precisou ser acessado nos casos trabalhados nesta pesquisa, pois o absentismo era baixo.

Este trabalho se baseia em observações realizadas durante as reuniões dos Grupos Reflexivos para homens autores de violência de gênero, promovidos pela Associação Cultive a Paz (CAP). Essas observações serão abordadas em quatro capítulos, mas, antes de avançar, é importante detalhar como a metodologia foi estruturada e como os grupos reflexivos operam no contexto da CAP.

Os grupos reflexivos realizados na Associação Cultive a Paz (CAP) funcionam desde junho de 2022. Até março de 2025, foram realizados 40 grupos, envolvendo um total de 480 homens encaminhados pela justiça. Esses grupos são conduzidos por uma equipe formada pela Coordenadora, a Psicóloga e o Moderador. Em todos os grupos a minha participação enquanto integrante da equipe foi uma constante.

- **O funcionamento dos Grupos Reflexivos**

Os Grupos Reflexivos funcionam como parte de uma associação voltada para o combate à violência de gênero, com encontros realizados semanalmente, divididos em diferentes grupos. Cada participante só pode frequentar o grupo para o qual foi encaminhado. Antes de iniciar as reuniões propriamente ditas, todos os participantes passam por uma conversa inicial com a Coordenadora da associação. Nesse primeiro contato, são explicados os motivos que os levaram ao grupo, o dispositivo legal que fundamenta sua participação e as possíveis consequências da não frequência. Além disso, a Coordenadora realiza uma breve entrevista para coletar dados sociodemográficos, como raça, renda mensal, religião e uso de substâncias. Nesse momento, os participantes também são informados sobre a possibilidade de realizar terapia individual na própria associação.

Após essa etapa inicial, os grupos reflexivos passam a se reunir semanalmente, ao longo de 13 encontros, totalizando três meses de vínculo com a CAP. Durante esses encontros, as dinâmicas e discussões são orientadas para promover reflexões sobre os comportamentos violentos, os papéis de gênero e a construção de novas formas de masculinidade.

Os temas dos encontros foram pensados pela equipe de condutores de forma que os participantes pudessem refletir sobre a condição de ser homem e, talvez assim, esses assuntos pudessem levá-los a pensar sobre violências de gênero de modo que não

reincidam nessas violências.

O tempo programado para cada encontro foi de uma hora e meia para que os condutores pudessem explicar o assunto e posteriormente os homens refletissem e falassem sobre os temas. Abaixo segue detalhadamente cada tema:

Os primeiros encontros, como de costume, são compostos pelas apresentações pessoais e sobre os temas a serem trabalhados. Cada integrante – entre apenados e condutores – tem seu momento de fala, e estimula-se que os participantes possam relatar os motivos que os levaram às reuniões, embora nem todos se sintam confortáveis, nesse primeiro momento, a compartilhar seus casos. Nessas primeiras reuniões geralmente ficam perceptíveis o desconforto, a revolta e a vergonha dos participantes de estarem naquele local. Muitos apresentavam postura apática ao que estávamos falando, porém todos se apresentavam.

- **A não necessidade de ouvir o agressor em um primeiro momento:**

Nas apresentações, aconteceu algo muito interessante: todos os participantes manifestavam indignação ou se sentiam injustiçados, pois estavam cumprindo uma “pena” sem sequer terem sido ouvidos, sem o direito ao contraditório. Foi necessário informá-los sobre medidas protetivas de emergência e a não necessidade de ouvi-los naquele momento, pois o direito ao contraditório seria preservado caso houvesse processo, já que

A Lei Maria da Penha não é uma simples lei, é um precioso estatuto, não somente de caráter repressivo, mas, sobretudo, preventivo e assistencial. Verdadeiro microsistema que visa coibir a violência doméstica trazendo importantes mudanças. Apesar de não ser uma lei penal, nítido o seu colorido penalizador, ao tratar com mais rigor as infrações cometidas contra a mulher, no âmbito familiar, doméstico e em relações íntimas de afeto. *Enquanto no processo penal comum vige o princípio in dubio pro reo, no caso de violência doméstica vigora o in dubio pró-mulher.* Pela primeira vez é emprestada credibilidade à palavra da mulher. Quando se está diante de um episódio de violência doméstica, é indispensável reconhecer a condição de vulnerabilidade da vítima que jamais dispôs de um instrumento ágil e eficaz para se proteger do agressor com quem coabita. Cabe lembrar que, antes da Lei Maria da Penha, o registro da violência perante a autoridade policial não gerava qualquer iniciativa protetiva imediata. Era necessário o ingresso de um procedimento cautelar de separação de corpos no juízo de família. O tempo decorrido entre o ato de violência e a resposta efetiva do Estado deixava a vítima à mercê do agressor. Certamente esta era uma das causas de a mulher ter dificuldade de denunciar a violência da qual era vítima (...). Como nem sempre a violência deixa vestígios visíveis, é necessário emprestar credibilidade

à palavra da mulher para a concessão de medidas protetivas. Impõe-se a inversão dos encargos probatórios. Apesar de a prova negativa ser considerada diabólica, cabe ao agressor provar que a violência não ocorreu. Ainda assim não se trata de um direito penal de gênero, mas, sim, de efetivo direito que protege a vítima. Também não se edifica o chamado direito penal do inimigo, uma vez que o sujeito ativo, no caso, etiquetou-se como agressor (DIAS, 2018, p.103-104).

No segundo encontro trabalhamos com o tema “O que é gênero? O que é violência de gênero?” com a intenção de captar a compreensão dos participantes sobre essas questões. Foi observado que o entendimento do conceito ou das construções sociais de gênero eram quase desconhecidos. Simplesmente os participantes reduziam o conceito em homem tem pênis, mulher tem vagina, homem que gosta de homem é gay e mulher que gosta de mulher é sapatão. À medida que os temas e as reflexões foram surgindo e se desenvolvendo, os participantes se sentiam à vontade para fazer suas ponderações e críticas, e voltavam a reafirmar que estavam ali de forma injusta e que mulheres utilizavam da lei para se vingar deles. Após discussões, foi apresentado o vídeo “O que é gênero?”<sup>3</sup> do canal Politize, reforçando conceitos.

O terceiro encontro aborda o tema “Saúde física e mental do homem”, por entender que devido ao processo de construção social do homem, em que há esse papel de provedor, de protetor, falta-lhe o autocuidado, pois a atribuição de cuidar é socialmente designada como responsabilidade das mulheres. Com esse tema, relatos recorrentes indicaram que o cuidado com a saúde não fazia parte da rotina dos participantes e que, geralmente, quando passavam mal a ponto de procurar atendimento hospitalar, quem os levava era sempre uma figura feminina (mãe, irmã, esposa, namorada).

No quarto encontro o debate se concentra no tema “Motivadores de violência: álcool e drogas”, entendendo que as violências de gênero muitas vezes estão seguidas de uso e abuso de álcool e de outras drogas. Com os participantes mais interligados entre si, a discussão sobre esse tema geralmente era mais participativa.

Para o quinto encontro o tema proposto foi “A formação do homem e o seu direito de expressar as emoções”. Entendendo que no processo de construção social do homem existe uma castração das emoções mais associadas ao feminino, como choro, medo, angústia, e entendendo que as emoções são liberadas de uma forma ou de outra, propusemos aos participantes que refletissem sobre os momentos em que liberaram a

---

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sZWMTXdEsF4>. Acesso em 21/04/2025

emoção de forma mais violenta, embora a intenção era que ocorresse uma comunicação tranquila. Vários relatos surgiram acerca desse ruído na comunicação e o fato de os homens não conseguirem se expressar de forma menos imperativa e agressiva talvez fosse o gerador de violência.

Entendendo que na formação social do homem há uma construção específica no que se refere à sexualidade e ao corpo sexual desses sujeitos, o tema proposto no sexto encontro foi “Sexualidade e violência sexual”.

Ao apresentarmos o tema “O movimento feminista na construção de um novo homem e uma nova mulher”, no sétimo encontro, pretendeu-se refletir com os participantes como se construíram as conquistas de direitos das mulheres e como, após anos de lutas e debates, há a necessidade de os homens reconhecerem seu lugar de privilégio em uma sociedade baseada nos moldes do patriarcalismo. Em geral, esse tema trouxe vários questionamentos dos participantes, sobre os excessos que mulheres estariam cometendo em relação ao suposto mau uso da Lei Maria da Penha. Mais adiante, trataremos do que aqui chamamos de efeito matilha.

No oitavo encontro, apresentamos especificamente a Lei Maria da Penha e os desdobramentos dela nos processos cíveis e criminais. Este encontro foi rico em participação, pois os homens reflexivos conseguiram sanar muitas de suas dúvidas específicas sobre essa Lei.

No nono encontro trabalhamos com o tema “A agressividade diante do espelho”, que consistia em uma dinâmica em que eram postas duas caixas em uma mesa e individualmente cada participante entrava na sala, escolhia uma das caixas e observava a imagem que via. O objetivo dessa dinâmica foi fazer com que os participantes se reconhecessem como sujeitos individuais que foram moldados socialmente e, então, foi solicitado que eles discorressem sobre a imagem que eles viram, no caso o próprio reflexo.

No décimo encontro, foi apresentado para os participantes a dinâmica “roda da vida”<sup>4</sup>, que buscava um olhar dos participantes para si mesmos e para as áreas de suas vidas que pudessem ser melhoradas. As áreas foram divididas da seguinte forma: lazer, financeira, profissional, intelectual, emocional, espiritual, física, relacionamento íntimo, relacionamento social e relacionamento familiar. A roda da vida consiste em um círculo,

---

<sup>4</sup> Roda da vida: dinâmica criada por Paul J. Meyer no ano de 1960

segmentado por áreas em que o interlocutor dá uma nota de zero a dez, sendo que zero é nota que indica a necessidade de dar mais atenção àquela área da vida, e dez significa que a área está controlada. Abaixo seguem duas imagens realizadas por participantes dos grupos para exemplificar:

Imagem 1: Exemplo da dinâmica Roda da vida

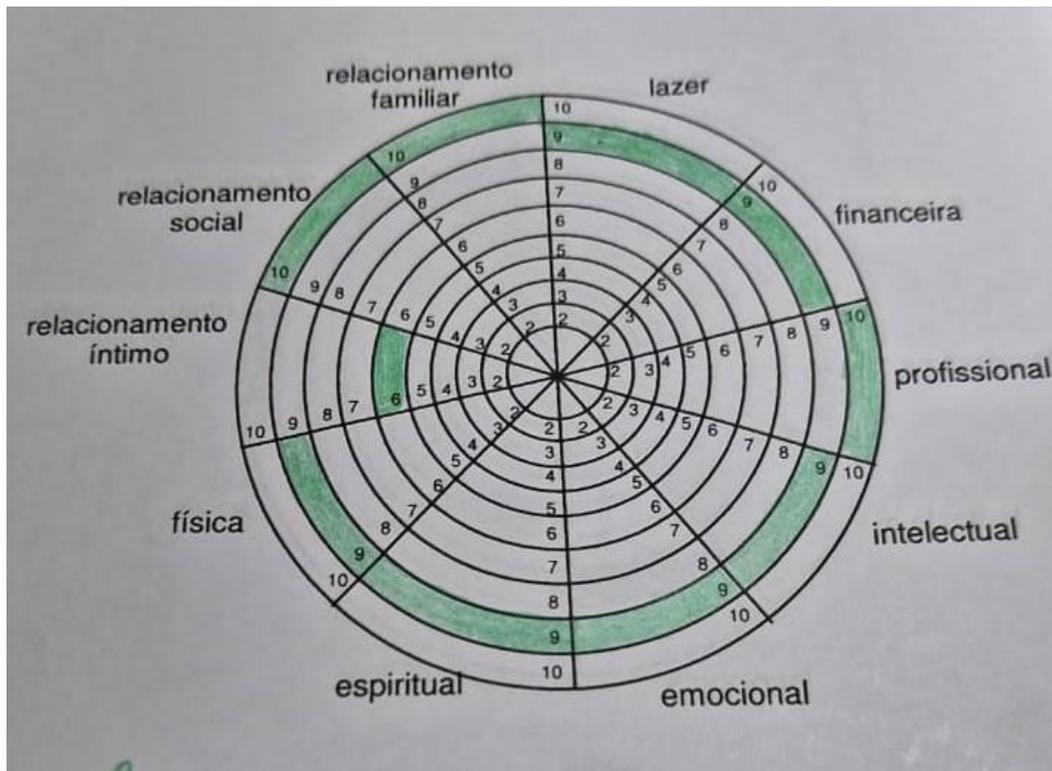
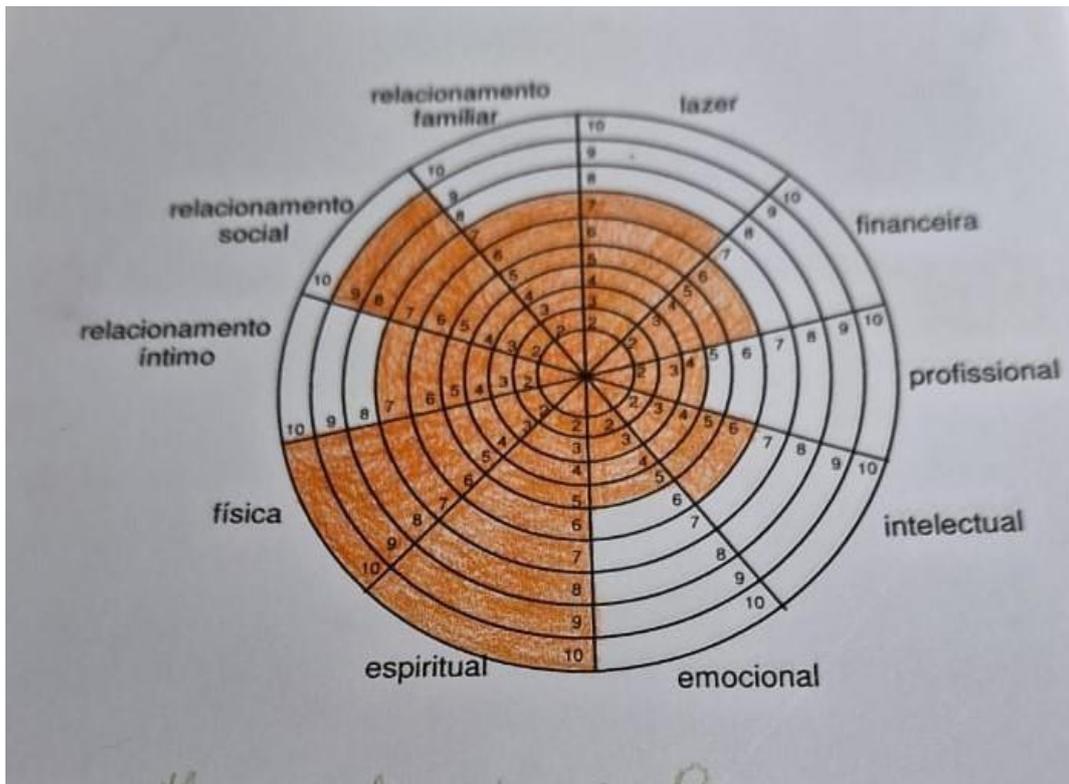


Imagem 2: Exemplo da dinâmica Roda da Vida



No décimo primeiro encontro o tema foi “Histórias de agressividade e formação pessoal, o que mudou?”. Com o objetivo de verificar se os participantes estavam reproduzindo histórias de agressividade, tivemos uma conversa de forma mais livre, em que eles falariam de lembranças da infância e juventude que os remetessem à violência. Para que os participantes ficassem mais à vontade, eu iniciava com a minha própria história - que será apresentada no capítulo 1 - e posteriormente cada um contava a sua. Foi um encontro muito positivo, em que cada um refletiu sobre seus processos de violência e sobre reprodução das violências.

No décimo segundo encontro o tema foi “Vamos conversar sobre várias histórias” em que foram apresentadas várias histórias reais de crimes de gênero, para perceber se os participantes conseguiam assimilar essa questão.

No décimo terceiro encontro foi solicitado que os participantes levassem uma carta destinada a si mesmos, mas que seria lida, por eles mesmos, somente cinco anos depois. Além disso, foi solicitado que registrassem em vídeo suas considerações sobre os grupos reflexivos, mas a gravação foi realizada somente com quem se voluntariasse a

falar - aproximadamente 10% dos participantes concordaram em gravar.

- **Vergonha, desconforto e o não reconhecimento das responsabilizações:**

De início, ao serem questionados sobre o que estavam sentindo por estarem ali, as respostas frequentemente mencionavam “vergonha” como o sentimento mais imediato, pois tinham medo de como seriam vistos socialmente como agressores de mulheres. Também foram frequentes as falas de que não sabiam o motivo da presença obrigatória nos encontros, pois não entendiam suas práticas como violência e se sentiam injustiçados, alegando que mulheres estavam fazendo uso indevido da Lei Maria da Penha. Pudemos perceber nessas falas uma normalização das violências e, devido a essa normalização, a dificuldade dos homens em percebê-las.

A interpretação desse fenômeno deve considerar diferentes dimensões – culturais, sociais e psicológicas – que estão em jogo. Esses sentimentos de vergonha, injustiça e vitimização, muitas vezes relatados por homens que participam de grupos reflexivos no contexto da Lei Maria da Penha, refletem não apenas experiências individuais, mas também questões estruturais e culturais enraizadas na sociedade patriarcal.

A vergonha e a sensação de injustiça podem ser compreendidas como resultado da desconstrução das normas tradicionais de masculinidade, que ainda permeiam a sociedade. A masculinidade hegemônica frequentemente associa o “ser homem” com controle, força e invulnerabilidade. Quando esses homens são obrigados a participar de grupos reflexivos, eles se sentem desafiados em sua identidade masculina, o que pode gerar sentimentos de humilhação e inadequação. Essa reação é uma forma de resistência à reconfiguração dos papéis de gênero e à responsabilização de suas ações, já que, historicamente, muitos homens não foram socializados para lidar com responsabilização ou autocrítica emocional.

A imposição legal de participar desses grupos é vista por muitos homens como uma punição injusta, principalmente porque a estrutura patriarcal tradicionalmente deslegitima as demandas femininas por proteção e igualdade. A resistência a essa imposição pode ser interpretada como uma reação aos que consideram uma ruptura do *status quo*, onde a palavra e as ações das mulheres ganham peso legal e social. Essa resistência também reflete a falta de conscientização ou de educação prévia sobre

questões de gênero e violência doméstica.

Participar desses grupos pode gerar uma sensação de desconforto interno, conhecida como dissonância cognitiva<sup>5</sup>. Ao mesmo tempo em que a presença no grupo reflete um reconhecimento tácito de que houve um comportamento inadequado, esses homens buscam justificar suas ações para reduzir o desconforto, o que os leva a se sentirem “injustiçados”, dissonância que pode ser potencializada pela dificuldade de lidar com emoções e vulnerabilidades, algo que os grupos reflexivos buscam abordar.

A vergonha e a resistência inicial são vistas, portanto, como barreiras a serem enfrentadas pelos grupos reflexivos. No entanto, esses sentimentos também são uma oportunidade de trabalhar com os homens para que reconheçam suas atitudes e construam novas formas de compreender as relações de gênero. Por isso que a metodologia dos grupos busca acolher essas resistências iniciais, incentivando a reflexão crítica e promovendo mudanças de comportamento a partir de um espaço de diálogo e escuta.

A conexão entre os sentimentos de injustiça e vitimização relatados por homens em grupos reflexivos e as estatísticas globais de violência de gênero aponta para questões estruturais profundas. A estimativa de que mais de uma a cada três mulheres em todo o mundo vivenciou alguma forma de violência de gênero ao longo da vida, com parceiros íntimos sendo responsáveis por 38% dos assassinatos de mulheres, demonstra a escala da violência e reforça a necessidade de iniciativas que desafiem as raízes culturais e sociais dessa problemática.

A violência por parceiros íntimos — seja física, emocional, sexual ou uma combinação dessas formas — atravessa todas as sociedades, classes sociais e grupos étnico-raciais. Ela ocorre em todas as regiões do país, independentemente de status econômico, raça ou origem. Longe de ser acidental, ela está enraizada na estrutura institucional básica da sociedade capitalista (ARRUZZA, CINZIA, 1976, p. 57).

Dado que a violência de gênero é uma “epidemia silenciosa” global, a responsabilização individual de perpetradores — incluindo aqueles que participam desses Grupos Reflexivos — é crucial. No entanto, a resistência em assumir a responsabilidade, muitas vezes marcada pela sensação de ser vítima do sistema ou das

---

<sup>54</sup> A dissonância cognitiva é o estado de tensão interna sentido por uma pessoa quando ela percebe uma inconsistência entre suas crenças, atitudes ou comportamentos, o que gera desconforto e motiva mudanças cognitivas para restaurar a coerência interna. Esse conceito foi desenvolvido por Leon Festing na década de 1950.

mulheres, reflete a dificuldade de internalizar o impacto da violência em um contexto mais amplo. Esse comportamento resiste ao reconhecimento de que a violência contra as mulheres não é um problema isolado, tampouco individual, mas um reflexo de relações de poder desiguais e sistemas de opressão normalizados. Essa resistência pode ser ainda mais desafiadora de trabalhar quando consideramos que, nos grupos reflexivos, os participantes não eram organizados por tipos de crimes.

Para entender melhor o perfil desses interlocutores, realizei um levantamento a partir do Registro de Eventos e Defesa Social (REDS), encaminhado pela Justiça junto com a ordem judicial apresentada por cada participante. Os dados revelaram que 38% estavam ali por ameaça, 22% por lesão corporal, 16% por vias de fato / agressão, enquanto 3% foram por difamação, injúria, violência psicológica, perseguição e dano.<sup>6</sup>Essa diversidade de perfis dentro do mesmo espaço reflete a amplitude da violência de gênero e ressalta a importância de abordar as questões estruturais e individuais que permeiam esses casos, conectando os atos específicos dos participantes às dinâmicas globais de violência e poder de gênero.

A violência de gênero e o comportamento masculino atingem praticamente todas as cidades mundiais e em Oyá não é diferente. Oyá é uma cidade com aproximadamente 600 mil habitantes, fica aproximadamente a 300 km da capital mineira e é considerada uma das mais violentas do estado no quesito violência doméstica. Do ponto de vista dos equipamentos públicos disponíveis para lidar com a violência de gênero, em Oyá a população conta com uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) gerida pelo estado; possui uma casa de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica, administrada pela prefeitura da cidade, conhecida como Casa da Mulher; e conta ainda com uma casa de acolhimento, gerenciada por uma deputada federal. Também podemos citar serviços de relevância para a questão da violência doméstica, como a OAB/Mulher, que busca acompanhar mulheres em situação de vulnerabilidade jurídica. O município também conta com uma sala especial que funciona dentro do Hospital Pronto Socorro, para atendimento exclusivo de vítimas que sofrem violência

---

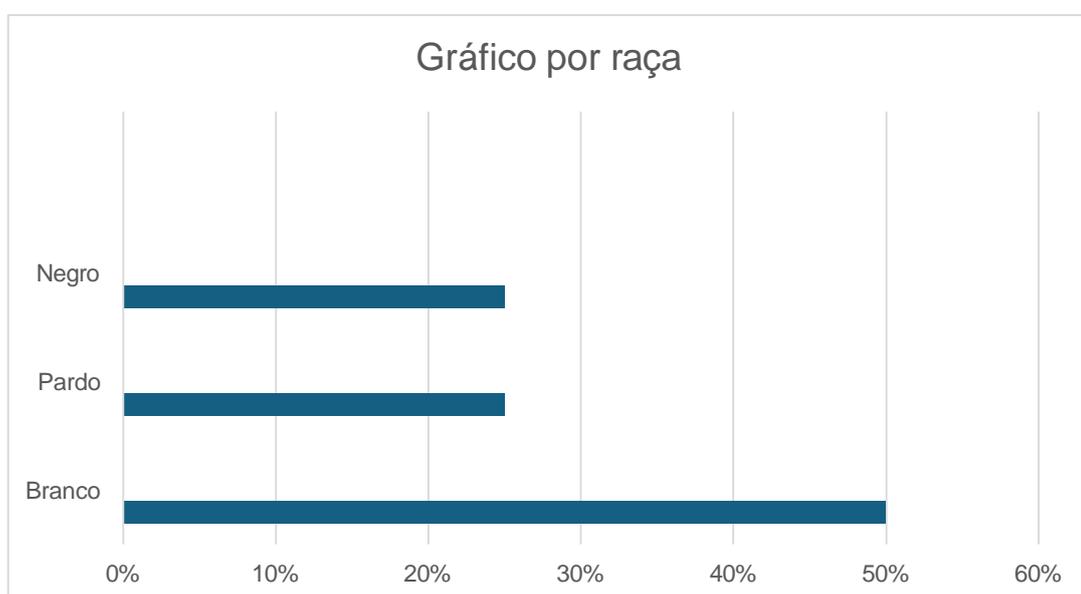
<sup>6</sup> Os crimes mencionados são tipificados no Código Penal Brasileiro, como esses tipos podem causar dúvidas, esclareço que o crime de ameaça consistem intimidar alguém por palavra, escrito, gesto, com o objetivo de causar medo; O crime de lesão consiste em ofender a integridade física ou a saúde de alguém; O crime de vias de fato/agressão consistem em agressão sem causar lesão, com empurrões, puxão de cabelo; O crime de injúria é ofender a dignidade e o decoro de alguém; O crime de difamação consiste em ofender a reputação de alguém, divulgando fatos negativos, verdadeiros ou não; O crime de violência psicológica consistem em causar danos emocionais a pessoa e o crime de dano consiste em danificar, destruir ou deteriorar coisa alheia.

sexual. Em Oyá também existe uma vara judicial exclusiva para crimes de violência doméstica, bem como uma promotoria e uma defensoria especializadas no assunto. Entre esses serviços, a maior parte das vítimas procura primeiro a DEAM. Importante ressaltar que na cidade não existe casa abrigo para mulheres que estão em situação de vulnerabilidade nem o serviço policial especializado (DEAM) funcionando 24 horas por dia.

O conjunto robusto de participantes – 480 homens divididos em 40 grupos – me permitiu traçar um perfil sociodemográfico, revelando que 50% eram brancos, 25% pretos e 25% pardos (Gráfico 1). No que se refere à renda, os dados indicam que 6,66% recebiam menos de um salário-mínimo; 46,66% recebiam um salário-mínimo; 2,5% recebiam de dois a três salários-mínimos; 5,83% recebiam de quatro a cinco salários-mínimos; 4,16% recebiam mais de cinco salários-mínimos;

9,16% estavam desempregados; e 2,5% optaram por não responder (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Perfil socioeconômico: raça dos participantes (2024)



Fonte: produção própria

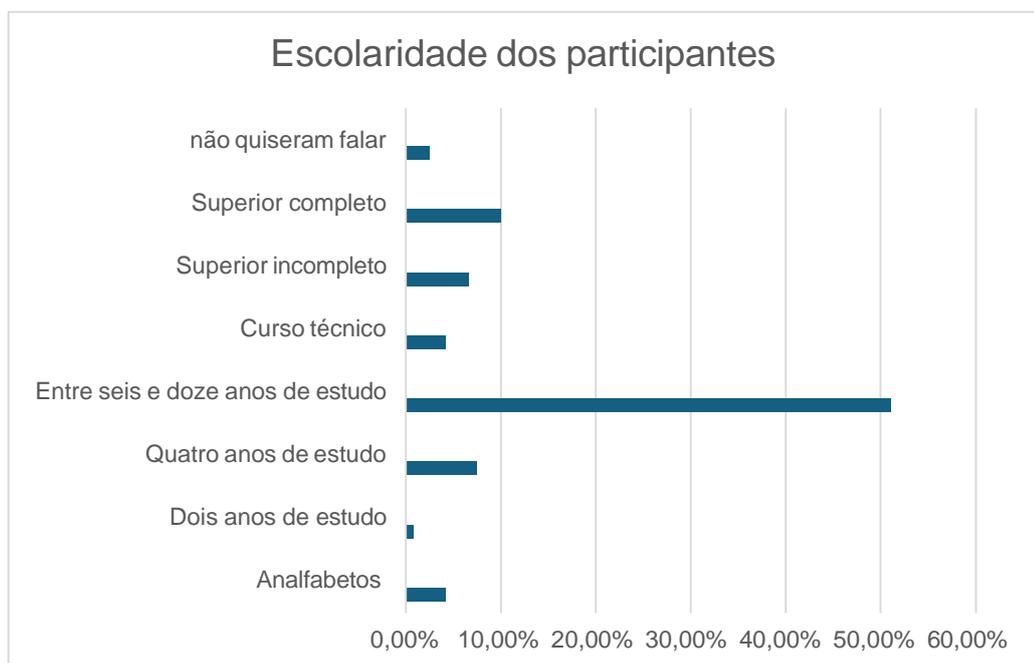
Gráfico 2 – Perfil socioeconômico: renda dos participantes (2024)



Fonte: produção própria

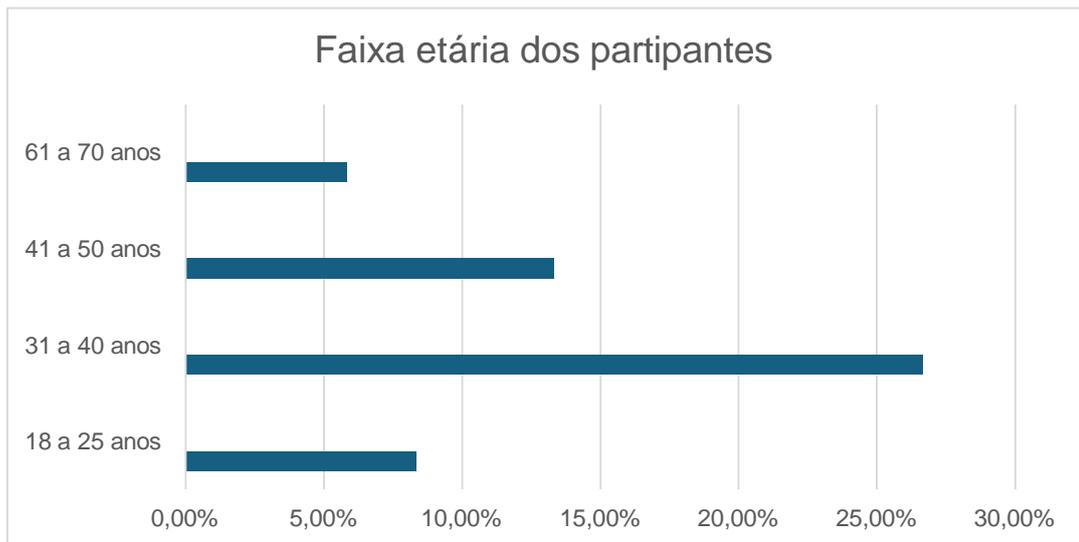
Ainda como forma de apresentar o perfil dos participantes, os dados referentes à escolaridade são: 4,16% são homens analfabetos, 0,83% tinham dois anos de estudo, 7,5% tinham quatro anos de estudo, 51% tinham entre seis e doze anos de estudo, 4,16% tinham curso técnico, 6,66% tinham ensino superior incompleto, 10% ensino superior completo e 2,5% não quiseram declarar. (Gráfico 3)

Gráfico 3: Perfil de escolaridade dos participantes (2024)



De acordo com a faixa etária, 8,33% estavam entre 18 e 25 anos; 18,33% entre 26 e 30 anos; 26,66% entre 31 e 40 anos; 27,5% entre 41 e 50 anos; 13,33% entre 51 e 60 anos; e 5,83% entre 61 e 70 anos (Gráfico 4).

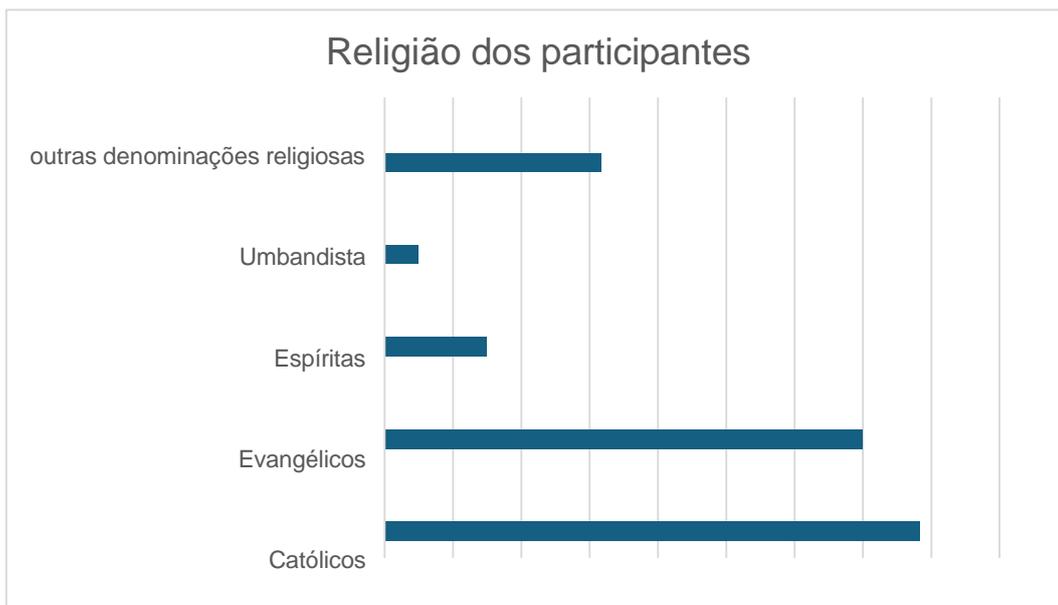
Gráfico 4: Perfil faixa etária dos participantes (2024)



Fonte: Produção própria

Considerando importante a crença pessoal de cada homem, fizemos o questionamento de qual doutrina professam: 39,16% são católicos; 7,5% são espíritas, 2,5% são umbandistas; 35% são evangélicos; 15,83% são de outras denominações (adventista, protestante, agnóstico, sem religião, Testemunha de Jeová) (Gráfico 5).

Gráfico 5: Perfil religioso dos participantes (2024)



Fonte: Produção pró

Embora os capítulos seguintes detalhem o funcionamento dos grupos e a metodologia utilizada, é necessário ressaltar que um dos temas centrais que atravessa as reflexões desses homens é a questão sobre o que significa “ser homem”. Essa pergunta fundamental guia grande parte das discussões realizadas nos encontros e é essencial para compreender a dinâmica e os impactos dos Grupos Reflexivos.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos e uma conclusão, nos quais analiso os impactos da construção social do gênero e suas relações com as trajetórias de homens que participaram de grupos reflexivos no contexto da Lei Maria da Penha. Por meio de uma abordagem que combina dados empíricos, reflexões teóricas e análise crítica, busco compreender como os sentidos de masculinidade, a categoria de “vítima” e as práticas reflexivas contribuem para a transformação de padrões de violência de gênero.

O Capítulo 1 *Trajetória de um olhar: entre caminhos e perguntas* consiste em uma breve apresentação do pesquisador, situando minha trajetória pessoal, acadêmica e política que a levou me investigar o universo masculino. É um exercício de reflexividade sobre o lugar de onde eu falo e como ele molda o olhar lançado sobre o objeto de pesquisa. A proposta é revelar como experiência e teorias se entrelaçam na construção do conhecimento.

No Capítulo 2, intitulado *O que é ser homem? Relatos de autores de violência doméstica de gênero*, exploro os sentidos de masculinidade expressos pelos

participantes dos grupos. Este capítulo apresenta dados biográficos desses homens, contextualiza o campo empírico e discute as dinâmicas propostas nos grupos, como o uso de cartões para refletir sobre o modelo de homem, pai, marido ou companheiro ideal. Os relatos dos participantes ajudam a evidenciar como a violência e os papéis masculinos são construídos socialmente, marcados por expectativas culturais e pela reprodução de normas patriarcais.

No Capítulo 3, *Categoria “vítima”*, analiso o protagonismo dessa categoria na dinâmica dos grupos reflexivos. Busco mostrar como a categoria de “vítima” é mobilizada tanto pelos facilitadores, no sentido de estimular os participantes a falarem sobre seus sentimentos, que frequentemente se veem como vítimas das circunstâncias ou do sistema. Este capítulo reflete sobre como a discussão desses sentimentos contribui para a conformação de um “eu igualitário”, desafiando narrativas de poder e privilégio.

No Capítulo 4, *Fazendo gênero: CAP e as propostas da equipe de condutores (“administradores”)* abordo as diretrizes políticas que embasam os grupos reflexivos, especialmente no contexto da Lei Maria da Penha. Discutimos o que significam, na prática, termos como “conscientizar”, “reflexivo” e “responsabilização”, e como esses conceitos são aplicados pelos facilitadores na condução das atividades. Este capítulo destaca o papel pedagógico e político dos grupos, analisando como eles propõem mudanças de comportamento e promovem a reflexão crítica sobre gênero.

O Capítulo 5, *Aprendendo a se ver, aprendendo a se ler*, foca em dinâmicas específicas realizadas nos grupos, como o uso do espelho e a escrita de uma carta, pelos participantes, que deve ser lida após cinco anos. Estas atividades são discutidas como práticas que incentivam a autorreflexão, promovem novas formas de autocuidado e abrem espaço para discussões sobre saúde, drogas e sexualidade. Aqui, investigo como essas dinâmicas permitem que os participantes comecem a se ver e a se compreender de forma diferente, abrindo possibilidades para a construção de novas perspectivas de vida.

Na Conclusão, intitulada *Fazendo gênero: o que mudou?*, reflito sobre os resultados dos grupos reflexivos em termos de transformação individual e coletiva. Argumento que os Grupos Reflexivos “fazem gênero” ao moldar novos modelos de masculinidade e incentivar a construção de novos “selves”, de novos “eus”, de novas formas de subjetividades e identidades masculinas. Discuto também como a baixa reincidência pode ser lida como indicativo de que educar e conscientizar pode ser uma alternativa mais eficaz do que a prisão para superar os ciclos de gênero. Também destaco que os

homens são simultaneamente “vítimas” do patriarcado, por estarem presos a suas normas rígidas, e “perpetradores” de violência, tornando urgente a construção de políticas públicas que considerem ambas as dimensões: vítimas e perpetradores. A educação dos agressores, portanto, é apresentada como um caminho viável para romper com os padrões reprodutivos de violência e construir relações mais igualitárias.

## **CAPÍTULO 1: TRAJETÓRIA DE UM OLHAR: ENTRE CAMINHOS E PERGUNTAS.**

Antes de iniciar qualquer análise, considero fundamental compartilhar o lugar de onde falo. Entendo que toda pesquisa carrega as marcas do sujeito que a realiza — suas experiências, suas vivências, suas contradições e seus afetos. Esta não é uma exceção. Aqui, sinto a necessidade e a responsabilidade de tornar visível a trajetória que me trouxe até este objeto de estudo: os modos de ser homem, as masculinidades possíveis, suas tensões e seus silêncios.

Sou um homem pardo — embora frequentemente lido como branco —, gay, nascido na periferia de Contagem, Minas Gerais, filho de um operário metalúrgico e de uma cozinheira. Cresci nos anos 1980, em um Brasil recém-redemocratizado, mas ainda profundamente marcado por desigualdades de classe, raça, gênero e sexualidade. Crescer sendo um corpo dissidente nesses contextos já era, por si só, enfrentar diariamente uma série de expectativas sobre o que se esperava — ou não — de alguém como eu.

Ser periférico e gay naquele tempo e lugar era, em muitos sentidos, ter um caminho já parcialmente traçado: o do silenciamento, da exclusão, do desvio. Mas foi justamente no enfrentamento dessas normatividades que meu olhar se formou — não sem dor, mas também com força e inquietação. Os olhares que me julgaram, os corpos que me violentaram e as ausências que me marcaram forjaram em mim uma pergunta persistente: o que significa ser homem em uma sociedade que exige tanto e permite tão pouco?

Este capítulo, portanto, não é apenas uma apresentação autobiográfica. É também uma defesa ética e epistemológica do valor da reflexividade: reconhecer que meu percurso pessoal, minha posição social e minha experiência subjetiva não são obstáculos ao conhecimento, mas sim portas de entrada para compreensões mais densas

e honestas sobre o mundo social. Ao nomear de onde falo, me comprometo com um olhar que não se pretende neutro, mas consciente de seus atravessamentos — e é com ele que me aproximo do universo das masculinidades.

Aos 20 anos, no início dos anos 2000, quando começava a se falar de liberdade homossexual de forma mais explícita, lutávamos e ainda lutamos muito para alcançarmos nosso espaço na sociedade e constantemente estávamos envolvidos em embates para termos direitos garantidos. Nesse período, ao declarar minha orientação sexual, fui convidado a me retirar de casa, mudando-me para a capital mineira. Esse foi o primeiro grande impacto que a construção social do gênero me causou. Afinal, eu não era, nem de longe, o perfil másculo que se esperava de alguém que possui um falo, símbolo de poder e privilégios. Segundo destaca Bourdieu, “compreende-se que o falo, sempre presente metaforicamente, mas muito raramente nomeado e nomeável, concentre todas as fantasias coletivas de potência fecundante” (BOURDIEU, 2020, p. 27). Ao declarar a orientação sexual homossexual, o homem, sexo masculino, renuncia a parte de todos os privilégios que o falo traz e, então, passa a ser objeto:

Evidentemente, não é fácil para os homens, renunciar à gratificação de seu penhor à agressividade; não se sentem bem ao fazê-lo. Não é de menosprezar a vantagem que tem um grupamento cultural menor, de permitir ao instinto um escape, através da hostilização dos que não pertencem a ele. Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade (FREUD, 2015, p.60).

Aos 22 anos, morando em Contagem e trabalhando em Belo Horizonte, como atendente de telemarketing, ocorreu uma tentativa de extermínio de meu corpo. Ao sair do trabalho, por volta da meia noite, fui abordado por um grupo de homens, jovens, que ficavam me ofendendo com palavras e ameaças; essas atitudes me provocaram pânico e comecei a correr para o ponto de ônibus. Aqueles homens correram atrás de mim e conseguiram me pegar. Ali começaram a me dar socos, chutes e me arrastaram para um viaduto. Já no meio do viaduto, eu estava horrorizado e pedindo socorro, tive minhas roupas arrancadas, e primeiro elas foram lançadas abaixo do viaduto, posteriormente meu corpo foi lançado de uma altura de 12 metros. Toda essa violência me marcou muito, mas a violência que recebi em casa foi cruel. Meus familiares questionavam se eu era garoto de programa, o que eu estava fazendo para que aqueles homens agissem com violência contra mim e, por fim, a minha culpabilização da violência sofrida. Esse

episódio triste me mostrou como corpos LGBTQIAPN+, principalmente vindos de camadas mais pobres da sociedade, já são marcados nas marginalidades, mesmo quando são vítimas.

Aos 29 anos, após terminar a Faculdade de Letras, iniciei minha busca por um cargo público. Sempre acreditei que gays só seriam respeitados se tivessem uma estabilidade financeira, uma construção bem típica da minha geração de gays. Então, seis meses após terminar a graduação, fui aprovado no concurso da Polícia Civil do estado de Minas Gerais. Esse resultado de fato mudou toda uma trajetória destinada a um homem, periférico e gay, mas esse perfil causou muito desconforto no processo de formação policial.

Nesse processo, foram muitas as violências veladas que pessoas LGBTQIAPN+,<sup>7</sup> mulheres e eu sofremos, desde humilhações através de gritos incitando a deixarmos o curso, como excesso de spray de pimenta em nossos rostos ou, ainda, nas aulas de defesa pessoal, tomarmos alguns socos e tapas além do que a aula exigia.

Volto aqui a repetir que essa história se faz necessária, pois todos nós somos atravessados pelas questões de gênero e os atravessamentos que tive me levaram a esta pesquisa.

Após o curso de formação na Academia de Polícia Civil, minha primeira lotação foi no sul de Minas, em uma cidade com aproximadamente 12 mil habitantes. Ali tive que “voltar para o armário”, pois não seria respeitado como policial se as pessoas soubessem que eu era um homem gay. Esse foi o segundo grande impacto que a questão do gênero, aliada à sexualidade, me causou. Nesse período tive que performar o másculo e vivenciar várias coisas que no passado me feriam. Ao me apresentar na delegacia dessa cidade, o inspetor, percebendo que eu era gay, fez as seguintes perguntas: “o que eu vou fazer com você aqui? Você trouxe o seu ursinho para te fazer companhia?”. Por impulso respondi rispidamente que eu estava ali para fazer uma segurança pública diferente da que ele estava habituado. Essa minha resposta me rendeu sete longos meses de perseguição e assédios morais. Após esse período e por diversos desentendimentos, fui transferido para a capital mineira para trabalhar na Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa.

As pessoas que eram tidas como “problema” foram transferidas numa leva só, e

---

<sup>7</sup> Sigla usada para definir Lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transsexuais, queer, intersexo, assexuado, pansexual, não binário e outras dissidências de gênero e sexualidade

eu estava ali no meio. Um inspetor “das antigas”, que me recebeu, entrelaçou seu braço no meu ombro e me disse que, a partir daquele dia, eu seria o pupilo dele (esse termo é usado dentro da instituição para definir “protegidos”) e que me colocaria como dupla do melhor investigador da equipe. Ao me apresentar para este investigador e pedir que ele me levasse para conhecer a área de atuação, ele me perguntou, antes mesmo que eu entrasse na viatura: “Você é gay?”. Com um engasgo e com muito medo de sofrer retaliações, disse que não. Passei, mais uma vez e de forma mais acentuada, a performar a masculinidade hegemônica. Foram dois anos naquela delegacia, em que minha sexualidade sempre foi questionada e, conseqüentemente, minha capacidade profissional posta em dúvida.

A grande virada de chave na minha história dentro da instituição se deu quando chegou à notícia de que uma travesti havia sido morta a marteladas na área em que eu atuava<sup>8</sup>. Ali eu vi como o gênero impactava as investigações. Ninguém queria investigar o caso, afinal, o cadáver era de um corpo abjeto<sup>9</sup>, prostituído e que não era nem homem e nem mulher. Dentro de mim a revolta se deu, tanto pela crueldade dos fatos quanto pela falta de vontade dos profissionais em investigar as causas do homicídio. Foi então que pedi ao inspetor que me acolheu que me desse carta branca para apurar aquele homicídio. A dificuldade era ter um parceiro que fosse comigo ao local do crime, em busca de testemunhas e todos os trâmites que envolvem uma investigação de homicídio. Meu parceiro se animou com o caso após entender que crimes contra pessoas transgênero raramente eram apurados e me acompanhou ao local. Juntos captamos

---

<sup>8</sup> Vídeo de um telejornal em que relata o caso do assassinato da travesti mencionada [https://www.youtube.com/watch?v=tw\\_37aJIoFI](https://www.youtube.com/watch?v=tw_37aJIoFI)

<sup>9</sup> Para Julia Kristeva, em seu livro *Poderes do horror* (1982), o abjeto não é sujeito nem objeto, é uma espécie de primeiro não Eu, uma negação violenta que instaura o Eu, como se fosse uma fronteira. Portanto, o abjeto é a manifestação dessa violenta cisão que delimita a fronteira entre o eu e o outro, ocupando um espaço próprio; tendo sido expulso pelo sujeito, tomba de seu interior e se torna radicalmente um excluído deste, todavia não cessa de desafiar seu amo desde o exílio. A abjeção é uma trama torcida de afetos e pensamentos que não têm objeto definível. O abjeto não pode ser delimitado em sua corporeidade pelo sujeito, pois ao remontar a uma violenta separação, qualquer significação desaparece e só o afeto imponderável, a angústia, pode ser realizado. Tal afeto representa uma defesa contra essa ameaça exorbitante, que já foi uma vez tão tentadora (*heimlich*), mas que em seu retorno, escapando da repressão, torna-se tão condenada (*unheimlich*) e, por isso, repugnante e amedrontadora (Freud, 2010, p. 360). Kristeva trata o abjeto como uma manifestação do que há de mais primitivo em nossa economia psíquica e que provém de um recalque originário, anterior ao surgimento do Eu. O abjeto é um não sentido que constantemente nos oprime e um sobressentido que nos escapa, traz em si a violência da lamentação de um objeto que sempre esteve perdido e circula entre a pulsão de morte e a produção de uma nova significação, ele é polo de atração e repulsa que coloca o sujeito fora de si. Do objeto, o abjeto só tem uma qualidade, que consiste no fato de que ele também se opõe ao Eu. Mas, se por um lado o objeto pode sedimentar o sujeito na trama frágil de seu desejo em busca de um significado, por outro lado o abjeto o leva em direção ao lugar onde justamente o significado desmorona. (PORTO.2016, p.160) In: [A incômoda performatividade dos corpos abjetos \(bvsalud.org\)](https://www.bvsalud.org/)

testemunhas, câmeras de segurança, vestígios. As testemunhas, em geral, eram travestis que se prostituíam no mesmo local em que vítima também atuava. Então, como eram travestis, ninguém queria interrogá-las. Interroguei aproximadamente 30 travestis, mas eu não conseguia fechar o caso, pois estava praticamente sozinho nas investigações. Foi quando soube que na capital já estava funcionando a DECRIM, uma delegacia que atendia crimes contra minorias sociais. Entrei em contato com uma investigadora, diga-se de passagem, muito respeitada na instituição, que me deu os caminhos e as pessoas certas que eu deveria interrogar. A investigação terminou com três indiciados. Tempos depois, soube que eles haviam sido condenados. Esse caso mexeu profundamente comigo, pois um crime bárbaro não teve a merecida investigação, simplesmente porque a vítima era travesti. Após esse fato, pedi para sair da delegacia de homicídios e pedi minha transferência para a cidade de Juiz de Fora.

Como eu tinha certa experiência em investigar crimes de homicídios, acreditei que iria trabalhar na mesma pasta, mas fui direcionado a trabalhar na delegacia de orientação e proteção à família, hoje conhecida como Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM).

Quando cheguei a Juiz de Fora, minha sexualidade já não era problema para mim e eu podia me manifestar sobre, pois havia mais policiais LGBTQIA na cidade, mas a minha capacidade profissional era questionada devido à minha orientação. Estive na DEAM de Juiz de Fora por quase 13 anos, e praticamente todos os crimes de violência doméstica, crimes sexuais e crimes sexuais contra crianças, nesses anos, passaram por mim.

Minhas percepções relacionadas às violências de gênero contra mulheres foram ficando cada vez mais aguçadas, o que me levaram a entender sobre os espirais de violências, sobre as dependências emocionais, sobre as reincidências de violências. Mas uma questão me incomodava sempre: por que não havia um trabalho efetivo na cidade para conscientizar os agressores? O encarceramento não resolvia a questão da violência e em muitos casos a acentuava quando o autor da violência saía do cárcere.

Este autorrelato busca evidenciar os impactos da construção social de gênero a partir da minha própria trajetória. Adiante seguiremos pensando nas violências de gênero a partir do olhar masculino. Como essas construções sociais tornam os homens autores de violências? Como eles se tornam alvos de violências? E, por fim, como uma intervenção ativa faz com que perspectivas mudem comportamentos opressores?

## **CAPÍTULO 2: O QUE É SER HOMEM? RELATOS DE AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO**

O conceito de “homem” é diversificado e plural, atravessando diversas áreas do conhecimento e refletindo tanto aspectos biológicos quanto sociais, culturais e psicológicos. Nas ciências biológicas, o homem é frequentemente definido pela genitália e pelas características sexuais secundárias, mas essa abordagem essencialista é limitada e insuficiente para compreender as complexidades da experiência masculina. Quando analisado a partir de outras perspectivas, como a filosofia, psicologia, antropologia e sociologia, o conceito de homem revela uma construção muito mais rica e profundamente enraizada em contextos sociais e históricos.

Há quase um século, a antropóloga Margaret Mead, em seus estudos pioneiros, principalmente em *Sexo e temperamento nas sociedades primitivas*, de 1935, desafiou a ideia de que os comportamentos associados aos sexos são biologicamente determinados. Nesse estudo, Mead analisa três sociedades da Nova Guiné – os arapesh, os mundugumor e os tchambuli – para demonstrar como os papéis de gênero e os temperamentos associados a homens e mulheres variam de acordo com o contexto cultural, contrariando a ideia de que comportamentos de gênero são biologicamente determinados. Essa perspectiva coloca em xeque a ideia de que existiriam fatores ou desvios genéticos que explicassem as diferenças de comportamento entre homens e mulheres, destacando o papel das estruturas sociais na formação dessas identidades.

Avançando nessa discussão, Judith Butler (2017) propõe que o gênero não é uma essência fixa, mas uma performatividade. Segundo Butler, as identidades de gênero são produzidas e reproduzidas por práticas reguladoras que impõem normas específicas. O gênero, então, não é algo que “se é”, mas algo que “se faz” continuamente por meio de atos e comportamentos que reforçam as expectativas sociais. Essa performatividade também evidencia como as práticas de regulação de gênero mantêm as desigualdades de

poder, colocando o homem como referência universal e a masculinidade como norma dominante.

Entre os estudos pioneiros de Margaret Mead e as formulações contemporâneas de Judith Butler, muito já se discutiu sobre a construção social do gênero e suas implicações políticas e simbólicas. No entanto, ambas permanecem como referências incontornáveis para o campo, cada uma à sua maneira desestabilizando noções essencialistas e naturalizadas sobre os papéis de homens e mulheres. Enquanto Mead abriu caminho ao demonstrar a pluralidade cultural das expressões de gênero, Butler radicaliza essa crítica ao questionar a própria ideia de uma identidade de gênero fixa, destacando os mecanismos sociais e discursivos que regulam o que se pode ou não ser. Assim, ainda que separadas por contextos históricos e teóricos distintos, suas contribuições dialogam em torno de um mesmo eixo: o gênero como construção social profundamente enredada em relações de poder.

A evolução dos estudos de gênero desde Margaret Mead até Judith Butler passa por uns cem números de pesquisadores e pesquisadoras neste debate que refletem um percurso intelectual que vai da observação empírica das variações culturais dos papéis de gênero até a teórica da própria ideia da construção performativa. Mead, em seus estudos pioneiros nos anos 1930, desafiou as visões biologicistas ao demonstrar, com base em suas pesquisas etnográficas, que as diferenças de comportamento entre homens e mulheres variavam de acordo com as normas culturais, e não eram determinadas por fatores genéticos ou naturais. Décadas mais tarde, Butler, em sua obra central *Problemas de gênero* (1990), avançou essas reflexões ao propor que o gênero não é uma essência fixa ou uma identidade estável, mas uma performatividade – algo que se faz continuamente por meio de práticas sociais e repetição de normas reguladoras. Enquanto Mead abriu caminho ao mostrar que as relações de gênero são culturalmente construídas, Butler radicalizou esse argumento ao demonstrar que o próprio conceito de gênero é produzido e sustentado por estruturas de poder e práticas discursivas. Juntas, suas contribuições marcam uma transição dos estudos empíricos sobre papéis de gênero para uma crítica mais ampla das categorias de gênero e suas implicações políticas e sociais, fundamentando grande parte do pensamento feminista contemporâneo.

Complementando essas reflexões, Raewyn Connell (2013) introduz o conceito de masculinidades, abordando como a identidade masculina está profundamente conectada ao poder e à hierarquia patriarcal. Connell destaca que existem múltiplas

masculinidades, mas que uma forma específica, a masculinidade hegemônica, é privilegiada e associada ao controle, força e autoridade. Essa masculinidade hegemônica é sustentada por estruturas patriarcais que consolidam o poder masculino, ao mesmo tempo que excluem ou subordinam outras formas de masculinidade e identidades de gênero.

Essas perspectivas convergem para demonstrar que a ideia de “homem” vai muito além dos aspectos biológicos e abrange uma construção social complexa, carregada de significados culturais, expectativas sociais e dinâmicas de poder. Entender o homem por meio desses olhares críticos é fundamental para desconstruir as normas que sustentam desigualdades de gênero e para repensar os papéis masculinos em uma sociedade que busca maior equidade. No contexto de grupos reflexivos, essas discussões são centrais, pois ajudam a problematizar os comportamentos violentos e as concepções de masculinidade que muitas vezes os sustentam.

Para darmos início aos debates, nos primeiros encontros, fazemos aos participantes a pergunta: “O que é ser homem?”. As representações expostas foram muito parecidas. Em geral, ser homem envolve ter responsabilidades — foi a palavra mais usada para essa definição. Ao intervirmos para que especificassem mais o que era ter responsabilidade, obtivemos respostas do tipo: ser homem é cuidar da casa, não deixar que falte nada para os filhos, cuidar da esposa, não estar em “baderna”. Aqui foi percebido que as falas giram em torno da construção social de um homem “de bem”, em que ser homem é, sobretudo, ser provedor e protetor. De acordo com Oliveira,

A masculinidade se expressa como mito efetivo da sociedade moderna (mas o enunciado que os caçadores de definição podem acrescentar as suas listas), e penso aqui na ideia de mito tal como Durkheim a formulava, ou seja, uma projeção social que reflete as características cultivadas fundamentais da vida coletiva. Por isso não é possível estabelecer uma relação meramente casual ou unilateral entre alguns fatores históricos e os ideais modernos, dentre os quais os masculinos, pois o mito ainda que gerado na confluência de informações sociais distintas, acaba por elas refluir participativamente de seus destinos (OLIVEIRA, 2004, p. 20).

A vergonha, o desconforto e a revolta por estarem ali, revelando a contradição entre o ideal de ser homem e o fato de cumprirem uma determinação judicial em

contradição com as representações que incorporam sobre responsabilidades masculinas. Essa contradição fica evidente por estarem ali, revelando a contradição entre o ideal de ser homem e o fato de cumprirem uma pena judicial, como por exemplo, ser mais duro e severo na criação dos filhos, ter a palavra final no debate com a parceira, entender que o fato de o homem ser provedor da casa o faz ser dono quase que absoluto do imóvel, fazendo com que esse negue ou menospreze as tarefas e responsabilidades da mulher que opta ou é levada a cuidar da casa e dos filhos.

Para nos ajudar a compreender esse fenômeno, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, em *A Dominação Masculina* (1998), explora como as estruturas de poder de uma sociedade patriarcal não apenas oprimem as mulheres, mas também moldam os homens, tornando-os prisioneiros de um sistema que reforça normas rígidas de masculinidade. O conceito de *habitus*, central em sua obra, descreve o conjunto de disposições incorporadas que orientam o comportamento dos indivíduos de maneira aparentemente natural, mas que, na verdade, são produto das condições sociais e culturais. O *habitus* funciona como uma espécie de bússola interna, guiando as ações dos sujeitos dentro das estruturas sociais para alcançar objetivos, mesmo que de forma inconsciente.

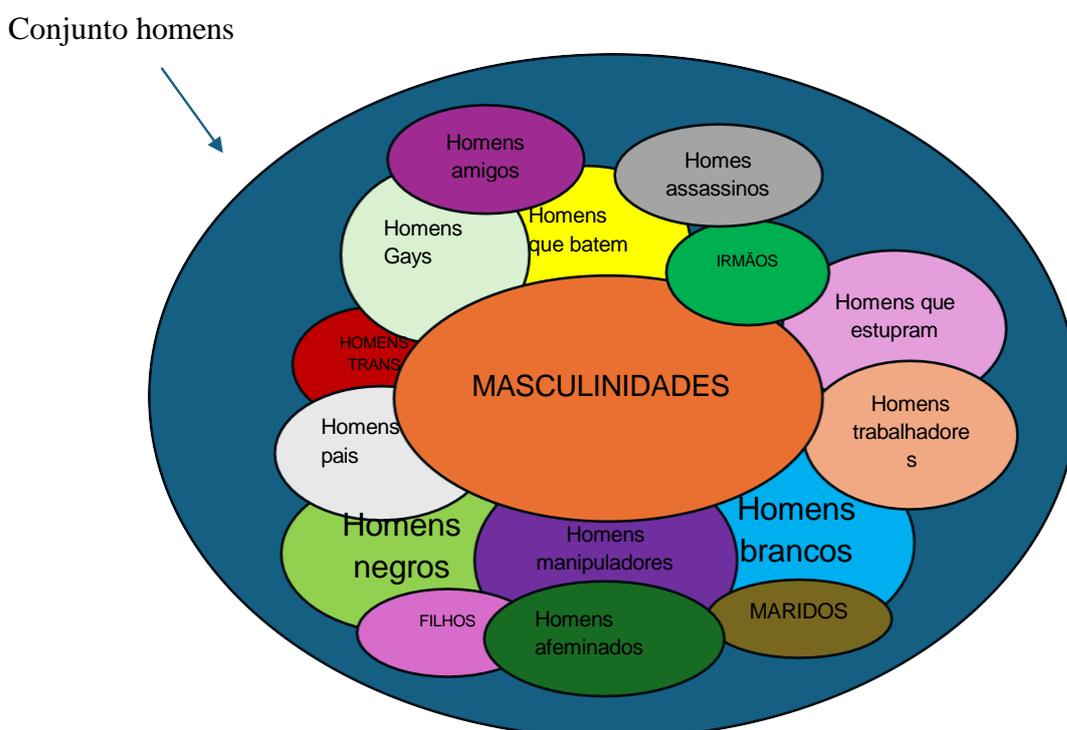
Esse olhar nos ajuda a pensar o comportamento dos homens interlocutores dessa pesquisa, que naturalizam a violência, reproduzindo as dinâmicas de poder e dominação em favor do masculino. Por meio de normas internalizadas, passam a associar masculinidade a papéis como o de provedor e autoridade, enquanto delegam às mulheres os trabalhos domésticos e de cuidados. Esse mesmo *habitus* cria um escudo contra a reflexão crítica: muitos homens são socializados a não reconhecerem suas práticas como violentas ou opressoras, pois tais comportamentos são vistos como “normais” e até mesmo esperados. Ao inculcar a ideia de que “ser homem” significa ser forte, invulnerável e dominante, o *habitus* patriarcal impede ou dificulta que os homens explorem outras formas de ser e agir, reprimindo emoções, vulnerabilidades e possibilidades de relações mais igualitárias.

O principal questionamento dos participantes era que eles não eram bandidos, estupradores, pedófilos, assassinos, portanto não entendiam por que estavam ali, determinados judicialmente a participar das reuniões. Como o objetivo dos grupos é promover reflexões sobre comportamentos de gênero, recorreremos à teoria dos conjuntos

da matemática<sup>10</sup>: o conjunto representa uma coleção de objetos, os elementos são os componentes do conjunto, a pertinência é se o elemento pertence ou não àquele conjunto e por fim os subconjuntos, que pertencem ao conjunto.

Fazendo um paralelo entre a teoria dos conjuntos e as masculinidades, fizemos de forma bem didática a representação do conjunto dos homens (Figura 1).

Figura 1 – Conjunto dos homens: dinâmica com os participantes



Ao conseguirmos transmitir o pensamento de que homens é um conjunto social e que nesse conjunto há vários subconjuntos, ficou mais fácil falarmos das questões que envolvem as violências de gênero sem que os participantes ficassem ofendidos ou constrangidos, pois entendiam que estávamos falando de uma maneira geral.

Tratar da construção social de homens como sujeitos que foram encaminhados pela justiça por cometerem violências de gênero contra mulheres tem sido, no mínimo, instigante e desafiador. Para chegar a este assunto, foi preciso estabelecer uma relação de confiança entre as partes – moderadores e participantes – e a ressignificação dos

<sup>10</sup> In: <https://www.uel.br/projetos/matessencial/basico/medio/conjuntos.html>

estigmas que muitos traziam de que eram sentenciados e que estavam ali para cumprir “pena”.

Para tratarmos essas questões, foi utilizada uma dinâmica, em uma das sessões, em que dentro de uma caixinha há cartões que trazem afirmações ou perguntas referentes ao cotidiano social que remetem às questões de gênero. Essa caixa com perguntas, uma espécie de jogo criado por Brotherhood e Maurício Oliveira intitulado “Vamos falar de masculinidade. 100 perguntas para refletir o que é ser homem hoje”, foi o vetor para que os participantes do grupo se sentissem à vontade para trazerem seus pensamentos referentes aos assuntos.

Em todos os grupos era solicitado que os participantes retirassem uma carta da caixinha. Os participantes gostavam muito dessa parte do encontro, pois ali podiam responder às perguntas, ouvir as respostas dos demais e juntos analisavam se estavam tendo/reproduzindo um pensamento sexista, machista ou violento. Abaixo seguem imagens de perguntas aleatórias para exemplificar.

Figura 2 – Imagem da capa da caixa de perguntas

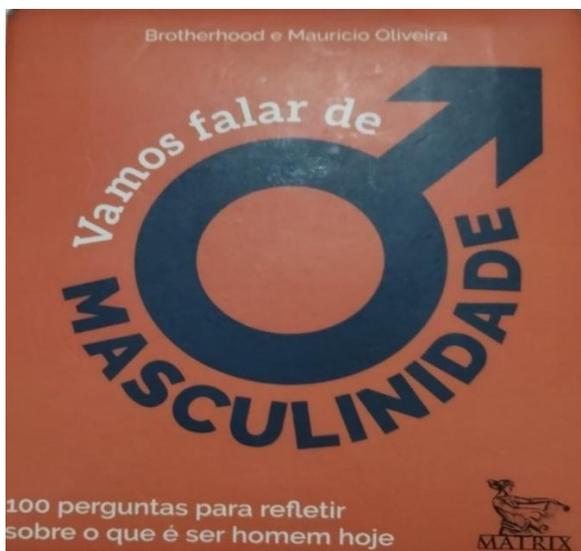


Figura 3 – Seleção de algumas perguntas para exemplificar a dinâmica

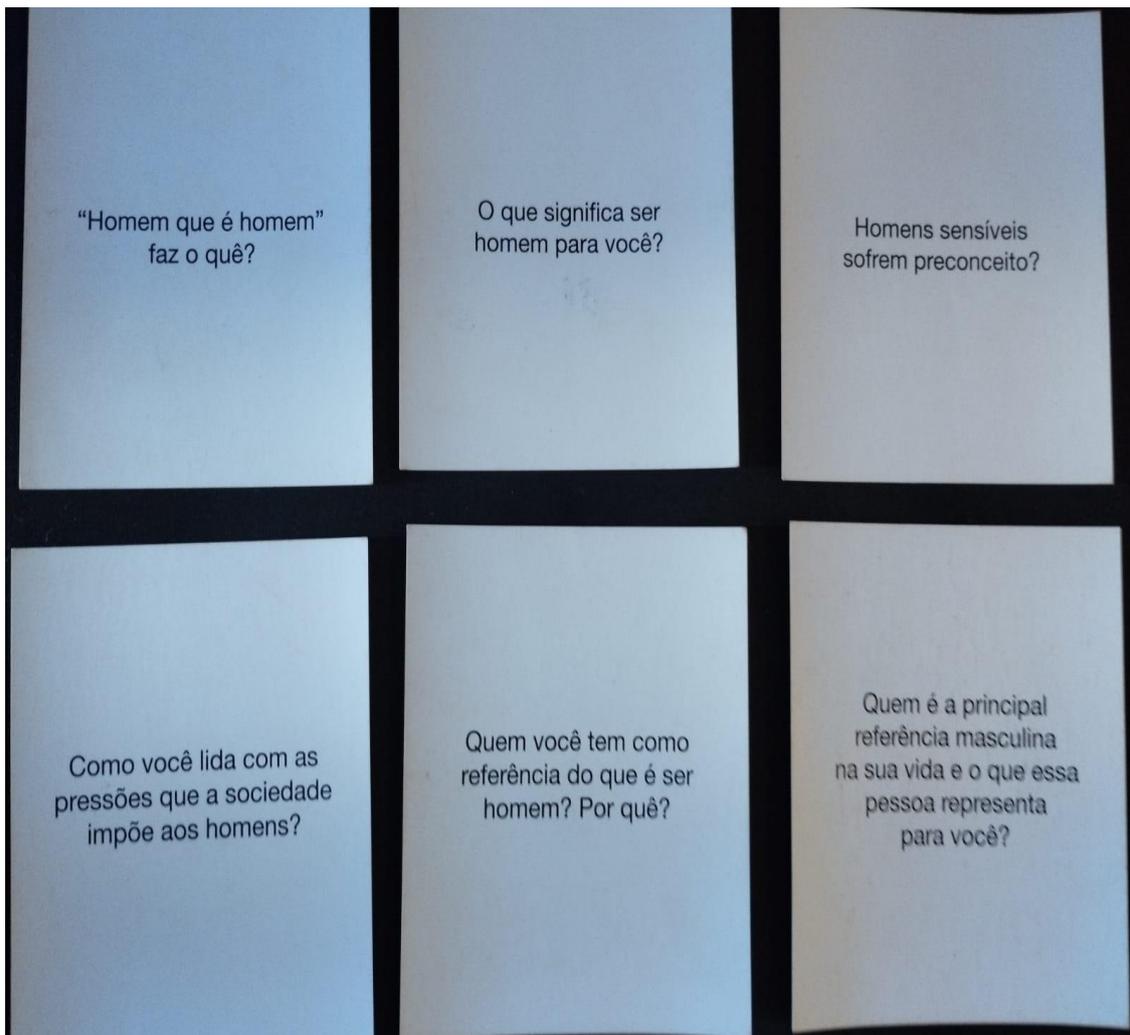


Figura 4: Seleção de algumas perguntas para exemplificar a dinâmica

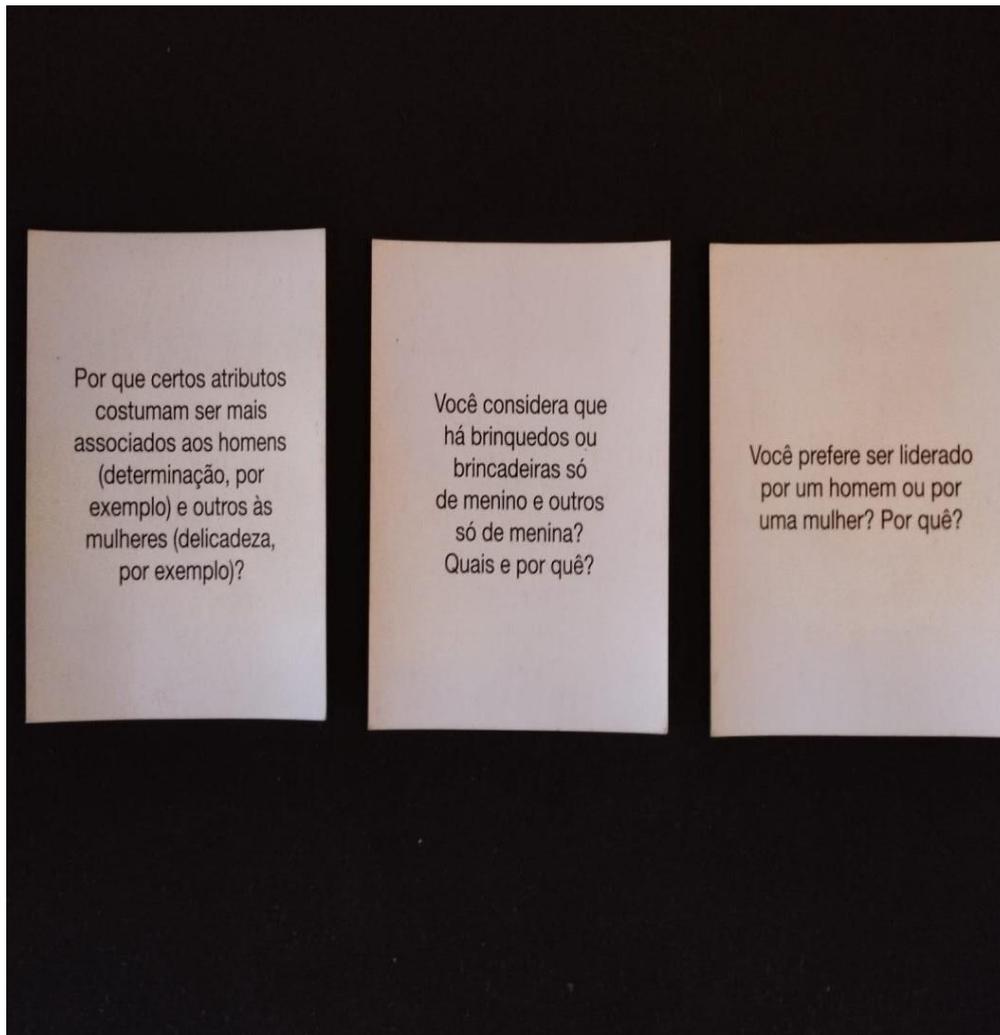


Figura 5 – Seleção de algumas perguntas para exemplificar a dinâmica

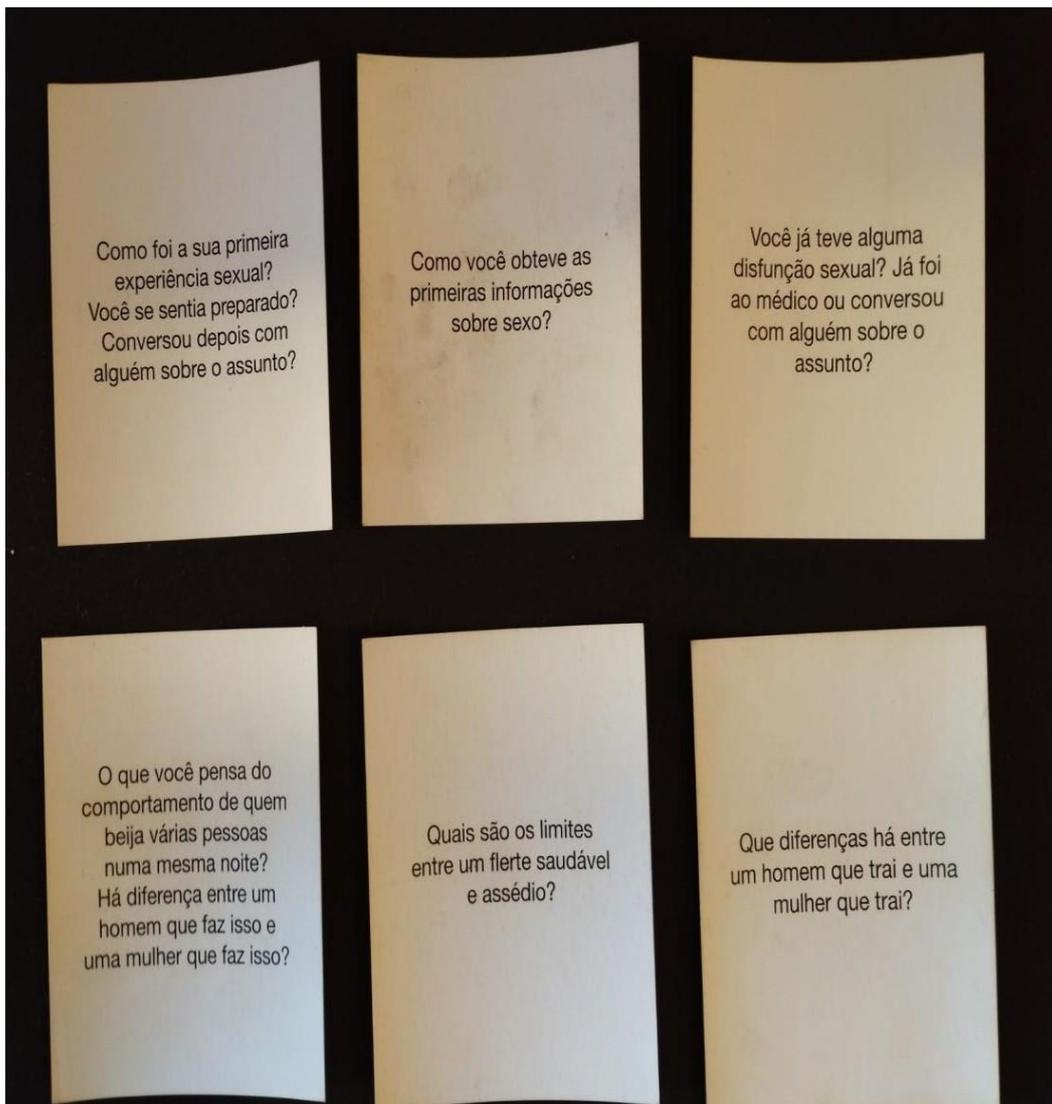
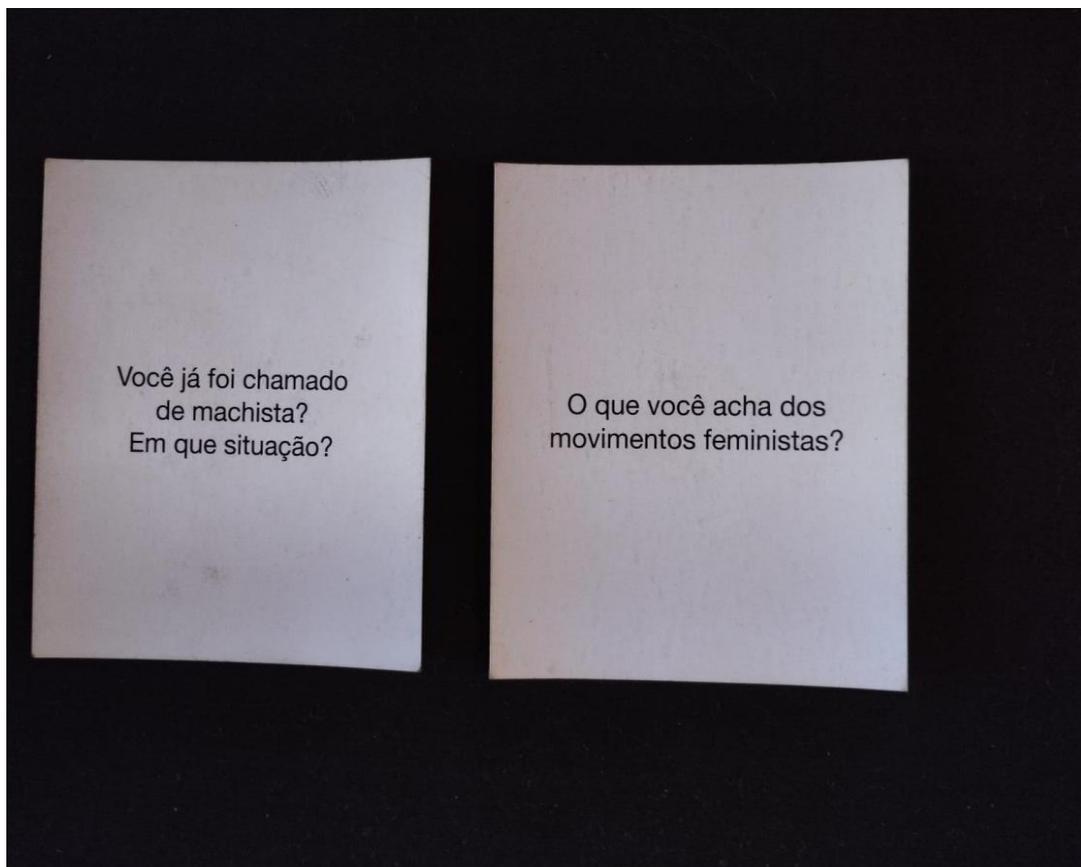


Figura 6 – Seleção de algumas perguntas para exemplificar a dinâmica



Pensando na masculinidade como uma construção social solidificada, podemos entender que na sociedade o exercício dessa masculinidade foi naturalizado e, por muitas vezes, exaltado pelos participantes do grupo, como uma forma de não serem vistos como desviantes de um comportamento esperado do “sujeito homem”. Foi percebido que há um reforço do homem ideal e em como há uma resistência em discutir ou questionar os aspectos desse homem.

No contexto do Grupo Reflexivo, a associação entre “ser homem” e “ser heterossexual” é tão profundamente enraizada que, ao se deparar com o desafio de pensar as masculinidades de forma mais ampla, um dos participantes trouxe à tona essa questão. Durante uma dinâmica, um participante, que aqui chamarei de Rafael, tirou uma carta com a pergunta: “Quando você percebeu que passou a ser homem?”. Em resposta, Rafael afirmou que a pessoa mais adequada para responder seria eu, por eu

ser gay. Essa fala explicitou uma percepção comum no grupo: a ideia de que existem grupos e subgrupos dentro do universo masculino, sendo que alguns desses subgrupos, como o dos homens gays, não são plenamente reconhecidos ou legitimados como “homens” no imaginário coletivo.

Essa situação tornou visível como nosso pensamento sobre gênero, profundamente influenciado por normas sociais, tende a associar de forma rígida sexo biológico, identidade de gênero e sexualidade, como aponta BUTLER (2017). Para muitos, essas categorias são vistas como inseparáveis, dificultando a aceitação de masculinidades que escapem à norma heterossexual.

Foi explicado a Rafael que, apesar de minha sexualidade ser diferente da maioria dos presentes, eu também fazia parte do grupo dos homens. A distinção entre mim e os demais não estava na minha identidade como homem, mas na minha orientação sexual. Esse momento reforçou a importância de questionar e desconstruir as concepções normativas e excludentes de masculinidade que frequentemente permeiam o pensamento coletivo e as dinâmicas sociais.

A ideia de uma hierarquia das masculinidades cresceu diretamente a partir da experiência de homens homossexuais com a violência e com o preconceito dos homens heterossexuais. O conceito de homofobia originou-se nos anos 1970 e já estava sendo atribuído ao papel masculino convencional. Teóricos desenvolveram contribuições cada vez mais sofisticadas sobre as relações ambivalentes entre os homens *gays* e o patriarcado e com a masculinidade convencional. (CONNEL; 2013)

Um dos participantes, que aqui chamarei de Silvio, pediu a palavra e narrou sua história e o motivo que o levou ao Grupo Reflexivo. Em suas palavras ele nos informou que sofreu muita violência de seu pai, que fazia uso abusivo de álcool e teve uma morte precoce devido aos abusos. Silvio relata que teve que assumir o papel de “homem da casa” aos 14 anos e não pôde desfrutar de sua infância e adolescência. Ele se considera um homem forte que não demonstra fragilidade nem mesmo com a esposa. O motivo que o levou até o grupo foi uma agressão física que praticou contra sua filha. Foi-nos narrado que além dessa agressão, Silvio já a havia agredido anteriormente, pois a filha deixou a borda do vaso sanitário sujo de sangue de menstruação e ele, de forma agressiva, a obrigou a limpar, reafirmando que mulher “direita” precisa ter cuidado e

higiene. Ao relatar os fatos e ao se lembrar da filha, com a qual não possui mais contato devido à medida protetiva concedida a ela pelo judiciário, Silvio emocionou-se e soltou a seguinte frase “posso ir embora? Se eu ficar aqui vou chorar”. De imediato Silvio recebeu o aval dos outros participantes, que entenderam que ele não precisaria passar por tamanha “vergonha”.

Foi necessária a intervenção dos condutores em informá-lo que ali era o lugar para ele expressar suas emoções e, principalmente, que ele não poderia ir embora. A decisão dos condutores causou um estranhamento por parte dos homens e, naquele momento, a princípio, parecia que a relação de confiança havia se perdido e que eles realmente estavam ali apenados.

Esse comportamento de não expressar as emoções e de ter a legitimidade dos outros participantes em se conter nos faz pensar em como a masculinidade se assemelha a um pacto social masculino, onde os homens se entendem sem precisar falar abertamente. Um acordo tácito, portanto.

Desde Durkheim – embora ele nunca tenha refletido sobre masculinidade, gênero e patriarcado – podemos entender alguns tipos de comportamentos quando o sociólogo reflete sobre “*se não me submeto às convenções sociais, se, ao me vestir, simplesmente ignoro os costumes seguidos no meu país e na minha classe, o riso que eu provooco e o isolamento de que sou objeto produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita*” (DURKHEIM, 2014, p. 27). Assim, expressar emoções tidas como mais sentimentais pode acarretar uma penalidade ao masculino. Após a fala de Silvio, o silêncio voltou ao grupo, como forma de pacto ou até mesmo de protesto por parte dos homens, e a sessão foi encerrada.

Na semana seguinte, ao iniciarmos a reunião, Silvio pediu a palavra antes que iniciássemos a abordagem e a ele foi concedida. Em tom mais sisudo, cabisbaixo e voz embargada, ele pediu desculpas por ter se excedido em suas emoções e prontamente foi acolhido pelos outros participantes, mas não alongou o pedido e nem permitiu que alongássemos o assunto. Aquele momento estava encerrado no passado e sua postura participativa regrediu ao silêncio — assim como a dos demais participantes.

A fala de Silvio reflete como, em sua percepção, “ser homem” está frequentemente associado à dificuldade de construir diálogos sem recorrer à violência, seja verbal ou

física. A partir dessa narrativa, introduzimos aos participantes os conceitos de gênero, performance de gênero, identidade de gênero e masculinidades, buscando ampliar a compreensão sobre como essas dinâmicas moldam comportamentos e relações. Ao longo dos encontros, os grupos demonstraram uma receptividade crescente a esses conceitos, que começaram a ressoar com suas vivências. Gradualmente, os participantes passaram a se reconhecer nas discussões e a se engajar de forma mais ativa, trazendo reflexões sobre suas próprias experiências e contribuindo para diálogos mais ricos e significativos.

Ainda segundo Durkheim, “as maneiras de agir, pensar e sentir (...) apresentam a notável propriedade de existir fora das consciências individuais” (DURKHEIM, 1978, p. 87-88). Ao se identificar nas falas uns dos outros, todos os participantes ficaram muito à vontade para falar de suas experiências negativas que os levaram a estar naquele ambiente, entendendo bem as questões das medidas protetivas. Foi percebida a necessidade de todos os homens envolvidos no grupo de falar de suas questões, inclusive de uma forma bem sentimentalista, presumindo que isto não é possível em seus cotidianos, talvez seja reflexo da construção social do homem na nossa sociedade que não deve demonstrar seus sentimentos e sensibilidades, condensando o vulgo dito “homem não chora”.

Refletindo um pouco mais sobre o que é ser homem, a partir da fala de Leonardo, percebemos que o conceito é um legado passado de homem para homem. Leonardo relatou que foi encaminhado para o grupo, pois assumiu sua homossexualidade para sua esposa e ela inconformada passou a expor a orientação dele para todos os conhecidos. Com essa atitude, em um momento de fúria, Leonardo agrediu a ex-esposa e foi preso em flagrante. Ele ficou por uma semana encarcerado e posteriormente passou a frequentar o grupo. Bastante emocionado, Leonardo afirmava não ser bandido e dizia que estava ali, pois a sociedade não respeitava “viados” (como ele se expressou) e que quando ele declarou sua homossexualidade passou a ser marginalizado.

Ao perguntarmos a Leonardo se em algum momento a sexualidade dele não seria a de bissexual, ou se na infância ele já se sentia diferente da normativa sexual, Leonardo relatou que quando tinha aproximadamente oito anos, estava em um boteco com seu pai. Ele disse que seu pai sempre o levava para botecos, jogos de futebol e que brincavam muito. Quando Leonardo estava neste boteco com seu pai, ele estava brincando com um colega da mesma idade, e ele frisou bem, estava com um torresmo daqueles bem

carnudos na mão. As brincadeiras faziam com que ele e o colega rissem muito e, nesse momento da narração de Leonardo, sua voz embargou e ele disse que parecia que seu pai tinha percebido que ele era “viado”. Que seu pai puxou seus cabelos e sacudiu sua cabeça e o mandou virar homem. Leonardo disse que seu pai o expulsou do boteco aos gritos e mandou que ele fosse para casa sozinho e a pé. Nesse momento, foi perceptível assistir as lágrimas dele caindo.

Continuando seu relato, Leonardo disse que foi para casa sozinho, mas que no meio do caminho seu pai passou de carro e o mandou entrar. Depois desse fato, Leonardo disse que se tornou uma criança mais fechada, posteriormente, um adolescente tímido e, por fim, um homem inseguro, sempre esperando a aprovação de seu pai. Leonardo passou a frequentar uma igreja de doutrina pentecostal, onde conheceu a sua ex-companheira. Acreditando que era pecador e que precisava corresponder as imposições sociais sobre o que é ser homem, Leonardo se casou.

É justamente nesse contexto de naturalização e regulação das identidades que emerge, em determinados discursos religiosos, a noção de “cura gay” — expressão que se refere à ideia de que a homossexualidade seria uma condição patológica ou desviada, passível de tratamento ou reversão. Essa concepção, amplamente difundida por alguns setores do campo evangélico conservador, sustenta-se em interpretações moralizantes da sexualidade e atua como instrumento de controle sobre os corpos dissidentes. No entanto, é importante afirmar de forma categórica: a homossexualidade não é uma doença e, portanto, não requer cura. Desde 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou de considerá-la um transtorno mental, e o Conselho Federal de Psicologia (CFP), no Brasil, veda expressamente qualquer prática que proponha a reversão da orientação sexual de uma pessoa. A insistência na chamada “cura gay” não só carece de respaldo científico, como perpetua violências simbólicas e concretas contra pessoas LGBTQIA+, muitas vezes sob a aparência de cuidado, mas com efeitos profundamente excludentes e patologizantes.

O casamento de Leonardo não durou muito tempo, porém teve dois filhos com sua ex-companheira. Ele afirma que agiu por muito tempo com seus filhos da mesma forma que seu pai agiu com ele e que quando agrediu sua ex-companheira seus filhos presenciaram o fato. Leonardo chorou muito quando relatou isso e afirmou que não queria repetir a história de seu pai, porém, diferente de Silvio, Leonardo não foi

acolhido da mesma forma. O que reforça que a masculinidade ou ser homem é algo seletivo e impositivo, que pune quem desvia da norma.

Como no âmbito social ser homem exclui a possibilidade de expressar emoções mais sentimentalistas, o grupo trouxe a todos a possibilidade de falar de suas “sensibilidades” e principalmente falar de si. Isso os empolgou muito, visto que todos esperavam que ali seria mais um espaço repressor e condenatório, principalmente saberem que eram apenados, embora tenha sido explicado que a participação deles no grupo, mesmo que de forma compulsória, não era considerada propriamente uma pena judicial e sim uma determinação. Mesmo assim, de alguma forma, os envolvidos se enxergavam desviantes e condenados. Apesar desse sentimento, os envolvidos ficaram confortáveis em trazer seus relatos e se reconheceram pertencentes ao mesmo grupo: o grupo dos que desviaram uma conduta, que no caso específico, agrediram mulheres.

Tranquilizados por estarem em um contexto que tinha um ponto em comum e que os traziam àquele grupo, os diálogos foram se intensificando e a cada semana os participantes ficavam mais à vontade em falar de si e de seus comportamentos.

Foi apresentado aos participantes como existe uma relação histórica de poder em relação aos gêneros, baseado em vasta literatura a respeito. O poder pode se manifestar em várias formas e situações, porém essa manifestação de poder traz consigo a resistência. De acordo com Foucault, “[...] o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis [...] que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1998, p. 90).

Em relação ao gênero, por muito tempo — e ainda hoje — o poder se estabeleceu de forma unilateral, permitindo que apenas um polo dessa relação tivesse a autoridade para definir normas e impor comportamentos. Compreendemos gênero como uma relação social construída histórica e culturalmente, mas é fundamental reconhecer que ele nunca opera isoladamente. Vivemos em uma sociedade estruturada por uma lógica de hierarquia interseccional, na qual o homem branco, heterossexual e com posses ocupa o topo da pirâmide, seguido pelo homem branco pobre, a mulher branca rica, o homem negro com posses — e, apenas depois, a mulher negra, constantemente posicionada na base dessa estrutura. Esse ordenamento evidencia que as relações de gênero estão profundamente entrelaçadas com as de classe social e raça.

Pensadoras como Angela Davis, Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins foram fundamentais para nos fazer enxergar essa articulação entre sistemas de opressão. Davis, por exemplo, ao analisar o racismo e o sexismo na estrutura prisional e no trabalho reprodutivo das mulheres, denuncia como a opressão de gênero afeta de maneira desigual as mulheres negras e pobres (Mulheres, Raça e Classe, 1981). Lélia Gonzalez nos chama a atenção para o racismo à brasileira e para o lugar da mulher negra como “amefricana”, que vive as marcas do colonialismo em seu corpo e sua linguagem *Lugar de Negro* (1982), com Carlos Hasenbalg; *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Já Patricia Hill Collins propõe o conceito de matriz de dominação, demonstrando como opressões se cruzam e criam experiências distintas de subalternidade, *Black Feminist Thought* (1990); versão em português: *Pensamento Feminista Negro*, Boitempo.

Conforme argumenta Butler, “o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é a *performatividade*” (BUTLER, 2003, p. 56). Há papéis historicamente construídos que impõem às mulheres posturas de subserviência, docilidade e cuidado, enquanto aos homens é conferida a virilidade, a força e o poder. Essa lógica não apenas oprime as mulheres, como também impõe aos homens um modelo de masculinidade tóxico e violento. Reconhecer essas intersecções é um passo essencial para pensar a transformação das relações sociais de forma profunda e emancipadora. Gênero é um conceito que busca abranger as construções sociais, culturais e históricas das ideias de masculinidade e feminilidade. Para Judith Butler em sua obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, o gênero seria o efeito de práticas linguísticas e discursivas, em que homens teriam algumas atribuições sociais e mulheres outras. Essa prática nos é imposta desde o nascimento ou quando o sexo biológico é descoberto. A partir dessa descoberta, as práticas discursivas de gênero começam a ser embutidas em nossa construção social como homem ou mulher. Um exemplo comum e corriqueiro é dizer a uma criança do sexo masculino que menino não chora, reforçando assim uma masculinidade em que ao homem será ensinado que não é padrão aceitável demonstrar afetividade, emoção ou até mesmo fragilidade. Em contrapartida, à criança do sexo feminino é comum dizer que menina é dócil, afetiva, que tal brincadeira não é de menina e assim a feminilidade será construída demarcando o papel social da mulher como sendo a cuidadora, a paciente, a submissa, a frágil. Esses enunciados

performativos irão marcar a trajetória dos corpos sexuais e o gênero que ele se encaixa, trazendo em si a maneira como homens e mulheres devem se comportar socialmente:

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (BUTLER, 2017, p. 30).

Essas construções sociais das performances de gênero podem reforçar a ideia de poder que um gênero tem em relação a outro. Ao percebermos isso, podemos entender que o reforço ao poder irá ultrapassar a esfera do Estado e passará a ser praticado em outros níveis, como, por exemplo, o ambiente familiar, onde a construção social nos informa que o homem é o dominante e a mulher, a dominada, trazendo assim, prerrogativas de privilégios a esse homem, que, por muitas vezes, acaba por exigí-los, utilizando assim das violências.

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassa as regras de direito que o organizam e delimitam (...). Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979, p.182)

Embora essa construção social de gênero fosse apresentada a esses homens, a maioria acreditava ser normal essa lógica, não reconhecendo hierarquias e privilégios, inclusive voltando a reafirmar que estariam ali injustamente, por questões cotidianas que casais passam. Percebe-se, com frequência, um discurso conservador vindo dos participantes, que justificam algumas de suas atitudes com base na família, na moral e nos costumes.

Baseado nisso, podemos discutir o grande número de violência contra a mulher em que em muitas culturas mulheres são destinadas a cuidar da casa, dos filhos, do marido e é conveniente a elas que sigam essas regras sociais, pois violá-las pode legitimar

violências. Tais violências então inseridas a partir da construção de poder que um gênero se impõe em relação ao outro:

Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] o gênero é uma de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86)

Uma das construções sociais mais fortes, permanentes e que exercem mais hierarquia e poder é a construção da masculinidade. Discutir e repensar a masculinidade é discutir e repensar as relações de poder. De acordo com Oliveira,

os mecanismos sociais que possibilitam privilégios se tornam invisíveis para aqueles que são favorecidos por eles. Assim, os homens brancos de classe média, quando se olham no espelho, se veem como seres humanos universalmente generalizáveis. Eles não estão capacitados a enxergar como o gênero, a raça e a classe afetam suas experiências” (OLIVEIRA, 2004, p. 143).

As masculinidades se apresentam de várias formas, contudo podemos considerar que a masculinidade hegemônica se apresenta como um guia de comportamentos, emoções e atitudes. Talvez, por ser esse modelo ideal a ser seguido que muitos homens não percebiam que em certas circunstâncias estão cometendo violência. Tal inabilidade dessa percepção foi amplamente falada nas reuniões dos Grupos Reflexivos para Homens.

Os Grupos Reflexivos para Homens, em sua essência, buscam quebrar a construção social do homem, que por muitas vezes é impedido de expressar seus sentimentos ou impulsionado a exercê-los de forma agressiva ou violenta:

Algumas características interpretadas como “naturais” tais como a dominação social e política, o desinteresse pelos cuidados domésticos, a propensão à agressividade, competição e poligamia (OLIVEIRA, 2004, p. 154).

Voltando à pergunta feita sobre o que era ser homem, em que as respostas foram torneadas pelos conceitos de ser homem é ser responsável, é ser provedor da casa, é ter caráter, entre outras qualificações que giram em torno de características que podem ser pertencentes aos homens ou as mulheres, o que foi percebido é que nesse imaginário do “ser homem” há uma inclinação dos participantes em ter um pensamento conservador

com uma forte referência à ideologia do familismo, segundo a qual vê a família nuclear de um pai, uma mãe e seus/suas filhos/as como a unidade social central, reforçando os papéis sociais de homens provedores e mulheres cuidadoras. Portanto, uma das características típicas do familismo é a insistência de que a normalidade reside na família nuclear patriarcal. O conservadorismo também se expressa na percepção de que a sociedade deveria ser mais repressiva e punitiva, destacando qualidades associadas ao universo masculino, como autoridade e violência, enquanto características importantes para a condução da sociedade.

Ao se posicionarem favoráveis à ideologia provedora do que é ser homem, os participantes negaram a existência de outras formas de expressar suas masculinidades e “elegeram” como padrão a masculinidade hegemônica, que os coloca em uma relação de hierarquia diante dos outros homens. Talvez essa posição esteja relacionada ao fato de todos estarem frequentando o Grupo Reflexivo por determinação judicial e por acreditarem que esse seja o modelo aceito e que foi adotado pela maioria dos participantes. Segundo Oliveira,

a conveniência deste modelo de comportamento advém do fato de ele ser visto como resultante de um processo civilizador do agente masculino, uma vez que o homem é visto como naturalmente bárbaro e, quando deixado à sua própria sorte, tenderia a desenvolver suas características essenciais, que se manifestam numa ampla gama de comportamentos destrutivos (OLIVEIRA, 2004, p. 152)

Ao adotarem um discurso em que não se reconhecem como violadores de direitos, os participantes, encorajados uns pelos outros, defendem que o modelo de masculinidade incorporado por eles enquanto *habitus* – “sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 1980, p. 88) – é o que os faz serem “homens de verdade”, sendo a eles negado o direito de sentimentalidade ou fragilidade, e a postulação de uma conduta forte e sisuda. Ao não entenderem que o comportamento da masculinidade hegemônica, além de ferir diretamente o gênero oposto (mulheres) ou homens que não exercem a mesma masculinidade que eles, os fere diretamente, pois esse comportamento gera atividades de risco, como o uso abusivo de álcool e drogas, violência urbana e violência de gênero.

Ao serem perguntados quem seria o exemplo de homens que os referenciam ou marcaram suas trajetórias, foi perceptível em seus relatos que essas lembranças eram de homens que marcaram suas existências através de violências, como seus próprios pais, por exemplo. Em contrapartida, ao serem perguntados como gostariam de ser lembrados pelos seus filhos, todos foram categóricos em dizer que queriam ser lembrados por serem amigos, cuidadosos e zelosos com seus descendentes. Esse ponto realça a importância do grupo reflexivo em que os participantes se chocaram com os processos de construção de suas masculinidades, deixados por seus antecessores, e os processos que queriam deixar para seus sucessores:

...a ideia de um homem vítima de um processo de socialização que prescreve atitudes restritivas e comportamentos limitantes de gênero fez escola e é ainda bastante comum na pena de vários autores que discutem o tema. A preocupação continua a recair sobre esse processo levado a cabo em diferentes situações e instituições, orientado para a transformação do infante no verdadeiro homem, socialmente reconhecido como varão genuíno e autêntico, ou seja, macho indiscutível (OLIVEIRA, 2004, p. 173)

Ao perceberem o legado deixado por seus antecessores, sobre o como é ser homem e como é performar esse homem, o grupo trouxe a reflexão e a crise da masculinidade hegemônica. À medida que as sessões iam se construindo os participantes percebiam que, por muitas vezes, foram constituídos para serem vítimas de outros homens que estavam hierarquicamente mais avançados que eles ou que seriam algozes de outros homens que estavam hierarquicamente menos avançados, além de perceberem como essa hierarquia atinge diretamente o gênero oposto. Muitos reconheceram a masculinidade hegemônica a qual foram submetidos, principalmente por homens mais velhos que os educaram e perceberam como mulheres que os educaram sucumbiram a esse modelo de masculinidade:

Ser homem é potencialmente estar condenado a angústia. A dor dos homens e a maneira como exercemos o poder não são apenas sintomas de nossa ordem de gênero atual. Juntas formam nosso sentido de ser homens, porque a masculinidade se converteu em uma espécie de alienação (OLIVEIRA, 2004, p. 173).

Refletir sobre masculinidade, em grupo, traz algo muito mais profundo: a hierarquização de poder que o universo dos homens produz e cativa e que, sem questionarem, eles reproduzem. Ao estarem imersos em uma construção na qual são os detentores de privilégios, não se questionam o preço que pagam por estarem nessa posição. Quando confrontados sobre seus processos e questionados sobre a legitimidade desses processos, os envolvidos recorrem a um discurso que tem moldes conservadores e que legitima essa posição de poder que colocam os homens em situação de domínio.

Pensando ainda em “o que é ser homem” e como as masculinidades agem nos indivíduos que nascem com o sexo masculino, entendemos que por identificação ou por assimilação, esses indivíduos passam a se reconhecer pertencentes ao mesmo grupo, mesmo que nunca tenham se visto, e enquanto indivíduos masculinos possuem o mesmo código de leitura e entendem que são semelhantes. Esse reconhecimento dá origem ao que entendemos como “pacto da masculinidade”:

Quando o indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada por ele. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que veem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser. Concordando com isso, há o ponto de vista popular de que o indivíduo faz sua representação e seu espetáculo “para benefício de outros” (GOFFMAN. p 29. 2014).

Na prática social esse pacto se dará de várias formas, seja em situações em que homens são silenciados e se tornam a vítima de uma masculinidade hegemônica em que é silenciada, ridicularizada ou sofre um linchamento moral ou quando homens se silenciam diante de violências, partindo de homens, das quais mulheres são alvo.

É importante ressaltar que o pacto da masculinidade irá ter efeitos não somente em atitudes que atinjam o feminino; este pacto irá atingir homens que de uma forma ou de outra “negaram” o poder do falo.

De modo geral, o “pacto da masculinidade” é um mecanismo de sustentação do sistema patriarcal que estrutura a sociedade, favorecendo e privilegiando os homens que ocupam posições de domínio dentro da hierarquia de gênero, sobretudo aqueles

que performam a masculinidade hegemônica. No entanto, esse pacto, também afeta negativamente, os homens que pertencem às masculinidades subalternas — como homens negros, pobres, gays ou trans —, que frequentemente são excluídos dos benefícios plenos desse sistema. Ainda assim, esses mesmos homens podem, em determinadas relações sociais, usufruir de vantagens em relação a grupos mais vulnerabilizados, como mulheres e pessoas LGBTQIA+ mais marginalizadas. Dessa forma, o pacto da masculinidade atua tanto como estrutura opressiva quanto como fonte relativa de privilégio, revelando sua complexidade e capacidade de reprodução dentro do sistema patriarcal.

Em termos estatísticos, o Brasil é um dos países mais perigosos para as mulheres. De acordo com dados trazidos pelo *Atlas da Violência 2021*, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Brasil registrou 50.056 assassinatos de mulheres entre os anos de 2009 e 2019. Entre os anos de 2000 e 2022 ocorreu uma explosão de violência doméstica contra as mulheres e isso se deve à pandemia da Covid-19. Fatores como o isolamento social, a convivência prolongada com agressores, o estresse econômico e o medo relacionado ao vírus contribuíram para esse cenário. Também nesse período aumentou o número de crimes sexuais contra meninas. Embora esses dados específicos sejam limitados, relatos e estudos indicam um crescimento nas denúncias de violência sexual contra mulheres e meninas nesse período. A subnotificação e a dificuldade de acesso a serviços de proteção durante o isolamento social podem ter influenciado a disponibilidade e precisão desses dados.

Esses dados evidenciam a vulnerabilidade das mulheres à violência desde a infância, especialmente dentro do ambiente doméstico. No Brasil, embora vivamos sob uma lógica social patriarcal, na qual os homens são historicamente posicionados como detentores do poder simbólico e material, dados da PNAD Contínua (IBGE, 2022) mostram que 48% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. Essa realidade revela uma contradição importante: ainda que as mulheres estejam assumindo majoritariamente a responsabilidade econômica de suas famílias, continuam sendo as principais vítimas da violência doméstica e intrafamiliar, especialmente meninas.

A estrutura patriarcal se manifesta não apenas na distribuição desigual de poder nos espaços públicos, mas também no interior das próprias casas, onde a autoridade

e os privilégios masculinos são muitas vezes reforçados, quando os lares são sustentados financeiramente por mulheres. A presença de um homem no domicílio tende a restabelecer as hierarquias tradicionais de gênero, invisibilizando o papel da mulher como provedora e perpetuando dinâmicas de dominação masculina. Assim, constata-se que a responsabilidade econômica feminina não necessariamente se traduz em autonomia ou proteção contra a violência, uma vez que os valores patriarcais continuam a operar de maneira profunda nas relações familiares e afetivas.

Seguindo o raciocínio de que o pacto da masculinidade — ou seja, a norma hegemônica que estrutura o que se espera de um “homem de verdade” — também impõe violências e restrições aos próprios homens, é fundamental reconhecer que essa experiência não é homogênea. A perspectiva da interseccionalidade, nos ajuda a compreender que os efeitos desse modelo de masculinidade variam profundamente de acordo com a posição social dos sujeitos. Assim, embora todos os homens possam, em maior ou menor grau, estar inseridos nas exigências e pressões da masculinidade normativa, são especialmente vulneráveis aqueles que ocupam posições subalternizadas em outras dimensões sociais.

Homens gays, homens transexuais, homens afeminados, homens negros e indígenas – entre outros marcadores – vivenciam não apenas o tensionamento com os padrões da masculinidade hegemônica, mas também o entrecruzamento de outras formas de opressão, como o racismo, a homofobia, a transfobia e o classismo. Nesses casos, o não cumprimento (ou a impossibilidade de cumprir) os atributos normativos do “ser homem” – como a virilidade, a força física, o autocontrole emocional e a autoridade – não apenas os exclui do modelo dominante, mas também os expõe a violências específicas e à negação de sua humanidade. A interseccionalidade, portanto, não é apenas um recurso teórico, mas uma ferramenta analítica essencial para compreender como o sistema de gênero se articula com outros sistemas de dominação, afetando os sujeitos de maneira desigual e hierarquizada.

De acordo com o *Atlas da Violência 2023*, em relação a comunidade LGBTQIAPN+:

No Brasil, as limitações na produção de dados constituem o principal desafio técnico à implementação de políticas públicas destinadas a esta população.

As transformações institucionais nessa produção são bastante lentas e desiguais, seja no setor da Segurança Pública, como indicado nas edições anteriores do Anuário Brasileiros de Segurança Pública (FBSP, vários anos), seja no da Saúde, tratado no Atlas da Violência. A insuficiência de dados em torno da população LGBTQI+ indica, neste sentido, subnotificação e subqualificação do fenômeno, seja nas bases produzidas oficialmente, avaliadas em FBSP (2022; 2021; 2020; 2019), Cerqueira e Bueno (2019, 2020) e Cerqueira, Ferreira e Bueno (2021), seja nas produzidas extraoficialmente, avaliadas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Benevides, 2022; Benevides e Nogueira, 2021; 2020; 2019) e pelo Grupo Gay da Bahia (Oliveira e Mott, 2022; 2020; Gastaldi et al., 2021; GGB, 2019) (BRASIL, IPEA, Atlas da Violência 2023).

De acordo com dados do *Atlas da Violência*, os homens gays estão entre os mais atingidos pela violência dentro da comunidade LGBTQIAPN+, revelando a intensidade da repressão que incide sobre corpos dissidentes da norma heteromasculina. Essa realidade pode ser compreendida à luz da crítica ao pacto da masculinidade, que estabelece regras implícitas de comportamento, poder e pertencimento para os sujeitos lidos como homens. Ao recusarem os padrões de virilidade, autoridade e dominação — elementos centrais da masculinidade hegemônica —, homens gays rompem com as expectativas sociais atribuídas ao sexo masculino desde o nascimento. Essa recusa simbólica do “poder do falo”, entendido aqui como representação da autoridade masculina normativa, é interpretada por esse sistema como uma transgressão imperdoável, o que torna seus corpos alvos de punição e disciplinamento. A violência, portanto, funciona como uma forma de coerção e castigo social, reafirmando a masculinidade hegemônica pela exclusão e destruição de tudo que a desafia.

O segundo grupo mais atingido pela violência é o das mulheres transgênero — travestis e transexuais —, cujos corpos são alvo de agressões ainda mais cruéis. A lógica por trás dessas violências segue o mesmo princípio do rompimento com a masculinidade hegemônica: trata-se da negação do “poder do falo”, símbolo do domínio patriarcal. No entanto, nesse caso, o castigo social se intensifica, pois não apenas há a rejeição do status masculino, mas também o desejo de se tornar o feminino — algo profundamente estigmatizado e ameaçador à ordem cisheteronormativa. Já os homens transexuais compõem o terceiro grupo mais violentado e enfrentam outro tipo de apagamento: por mais que se identifiquem e vivenciem o masculino, são frequentemente deslegitimados pelos homens cisgêneros, que os percebem ainda sob o prisma do sexo atribuído ao nascimento. Nesse sentido, são excluídos do pacto da

masculinidade não por rompê-lo, mas por jamais serem reconhecidos como pertencentes a ele, o que evidencia que a masculinidade normativa continua a ser validada a partir de critérios biológicos e essencialistas, que negam a legitimidade das identidades transmasculinas.

O pacto da masculinidade traz grandes prejuízos à sociedade, principalmente para os grupos citados acima. Em diversas situações em que homens cometem abusos ou até mesmo crimes, ocorre uma “união” para que esses homens tenham suas atitudes justificadas e, assim, possam ser isentos de seus atos. Por muito tempo era comum que homens expusessem mulheres com as quais tinha relação sexual, através de práticas de exibição de fotos ou vídeos dessas mulheres para grupos de homens. Esse hábito raramente era censurado por outros homens. Pessoas LGBTQIAPN+ também sofreram — e ainda sofrem — violências, tanto morais quanto físicas, por parte de homens que acreditavam não estar cometendo crimes, mas sim legitimando sua masculinidade perante outros homens ou até mesmo perante a sociedade. Em se tratando das violências que a masculinidade hegemônica gerou e ainda gera, foi necessário que grupos de ativismo social fizessem várias denúncias para que o Poder Público olhasse com seriedade para essa questão.

Recentemente pudemos assistir como expectadores, como o pacto da masculinidade funciona na prática. O ex-jogador da Seleção Brasileira, Daniel Alves, foi preso pelo governo da Espanha acusado de estupro. Em muitas de suas falas ele deu a entender que o ato sexual foi consentido. Aqui, cabe a ele tentar se defender e usar os artifícios que tem. No caso tentar deslegitimar a fala da vítima e assim ganhar apoio de outros homens. O pacto da masculinidade se tornou efetivo neste caso quando Daniel teve, supostamente, sua fiança paga pelo também jogador Neymar. Como no pacto da masculinidade existem regras e uma delas, no entendimento deste pesquisador, é não trazer alardes para os privilégios dos homens, a atitude de pagar a fiança de um estuprador repercutiu muito mal e foi necessário que o pai do jogador Neymar fosse à imprensa e anunciasse que não pagaria a fiança de Daniel Alves. Aqui cabe ressaltar, que após recurso na justiça espanhola, Daniel Alves foi absolvido das acusações, porém o exemplo mostra como se opera o pacto da masculinidade.

Bem como Daniel Alves, o ex-jogador Robinho também foi condenado a 9 anos de prisão por estupro e antes que tivesse sua prisão efetivada na Espanha conseguiu chegar até o Brasil. Após 10 anos e muita denúncia de ativistas, o ex-jogador foi preso após

decisão do Supremo Tribunal Federal.

Assim como esses exemplos, podemos citar inúmeros outros e devido a isso pudemos vivenciar várias ações que fazem partes de um pacto da masculinidade e que precisaram que ocorresse uma intervenção pública para que houvesse a mudança de comportamento social:

⇒ No ano de 2006, foi criada a Lei Maria da Penha, com o objetivo de garantir os direitos das mulheres que sofriam violência doméstica e de gênero. A Lei foi uma importante aliada na promoção de mudanças comportamentais e na tentativa de reduzir a acentuada relação de poder entre homens e mulheres. Contudo, devido ao costume social e ao próprio pacto da masculinidade, a referida lei demorou a se consolidar efetivamente, pois foi necessário criar mecanismos e aparatos no sistema judiciário e na segurança pública para que os autores de violência doméstica e de gênero fossem, de fato, punidos.

⇒ Em 2012 foi sancionada a Lei 12.737, mais conhecida como Lei Carolina Dieckmann, que inseriu no Código Penal o crime de invasão de dispositivos informáticos (celulares, tablets, notebooks). Carolina Dieckmann, atriz brasileira teve seus arquivos íntimos invadidos, copiados e propagados, o que gerou grandes problemas para ela na época dos fatos.

⇒ No ano de 2021, foi sancionada a Lei 14.245, mais conhecida como Lei Mariana Ferrer para proteger vítimas de crimes sexuais em audiências. Na ocasião Mariana Ferrer foi coagida, intimidada e culpabilizada pelo estupro do qual foi vítima.

⇒ No ano de 2023 foi promulgada a Lei 14.786, mais conhecida como Não é Não, que estabelece regras para casas noturnas, boates, espaços para shows, espetáculos.

Essas leis são uma demonstração de que as mulheres sempre foram vítimas do que aqui definimos como pacto da masculinidade. No caso de Maria da Penha, o crime de tentativa de feminicídio ocorreu no ano de 1983, deixando-a paraplégica. Foi necessário que Maria da Penha recorresse a cortes internacionais para que seu algoz fosse julgado e condenado. O primeiro julgamento de seu ex-marido ocorreu somente no ano de 1991, mas devido a recursos ele foi posto em liberdade, sendo julgado posteriormente no ano de 1996. Devido à repercussão negativa do caso, o Brasil foi denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra mulheres.

Já a atriz Carolina Dieckmann teve fotos íntimas vazadas após solicitar reparo de seu notebook. O fato que ocorreu com a atriz demonstrou uma prática comum que mulheres brasileiras sofrem: ter suas imagens expostas para prazer dos homens. Essa prática, além de exaltar a expertise dos homens, por conseguirem fotos íntimas de mulheres, colocavam as vítimas em situação vexatória e de julgamento moral, como se elas fossem as favorecedoras da exposição. Essa lei abriu debate para a questão da imagem íntima de mulheres e do direito que elas têm em posarem apenas para seus parceiros sem correr o risco de serem expostas e julgadas.

O caso Mariana Ferrer teve grande repercussão nacional, em que gravações de uma audiência mostram a vítima sendo coagida, confrontada e humilhada por homens que compunham os poderes judiciários. Mariana Ferrer denunciou ter sido vítima de estupro por seu chefe. Na ocasião a defesa de seu agressor a agrediu verbalmente e a impossibilitou de trazer sua versão. O suspeito do crime foi absolvido. Em tempo, a defesa criou uma tipificação do crime de estupro para alcançar a absolvição do suspeito denominando de “estupro culposo” quando não há intenção de estuprar. Os movimentos de proteção à mulher repercutiram de forma negativa a tentativa da defesa e do judiciário em desqualificar a vítima o que tornou possível a criação da lei.

Já no caso da recente lei “não é não” ocorreu devido à grande necessidade de mulheres se sentirem seguras em frequentarem boates, bares, espetáculos sem serem importunadas ou assediadas. A lei faz com que estabelecimentos que oferecem esses tipos de entretenimento sejam responsáveis pela segurança das mulheres e caso não deem a devida proteção para as mulheres, esses locais serão responsabilizados. Essa lei teve grande divulgação no carnaval de 2024.

Para exemplificar, na prática, o pacto da masculinidade, achei por bem trazer uma lembrança que ocorreu na primeira reunião do primeiro grupo na CAP. Por algum imprevisto me atrasei por 15 minutos para chegar e, obviamente, quando cheguei a psicóloga e a coordenadora já haviam iniciado a reunião. Entrei sem muito alarde e me sentei próximo das duas. Em um primeiro momento os participantes acreditaram que eu era um dos encaminhados da justiça, então não chamei muita atenção. Enquanto a coordenadora explicava as normas da casa e as regras do grupo, percebi que os participantes a ignoravam, bem como ignoravam a psicóloga quando essa intervia nas falas. Os participantes se uniram, como já disse antes, para dizer que eram injustiçados, que as mulheres estavam fazendo mal uso da lei e assim não conseguiam ouvir ou

entender o que a coordenadora dizia. Podemos dizer que não queriam ouvir ou entender. Após a explanação, por parte da coordenadora sobre a casa e o grupo, ela me apresentou. Foi então que os homens pararam para prestar atenção no que eu estava dizendo. Esse fato marcou tanto a mim, como a coordenadora e a psicóloga, e passamos a usá-lo como exemplo de pacto da masculinidade em outros grupos.

Partindo dessa lógica em que os homens incorporam esse pacto, é possível entender que esse aprendizado causou uma espécie de “miopia” no entendimento do que é ser vítima, pois eles não se entendem como vítimas dessa construção e tampouco entendem que muitas de suas práticas são abusivas e transformam outros/as sujeitos/as em vítimas, como trataremos no capítulo a seguir.

### **CAPÍTULO 3: CATEGORIA “VÍTIMA”**

“O mundo me fere e eu retribuo com minha brandura”

Clarice Lispector

Ao abordar a questão da violência doméstica e de gênero, é essencial refletir sobre a construção social da categoria “vítima”: o que ela significa, quem são as pessoas que a encarnam e de que maneira essa noção é mobilizada tanto pelos participantes dos grupos investigados quanto pelas instituições estatais. Trata-se de compreender não apenas as experiências concretas de quem sofre a violência, mas também os sentidos atribuídos a essa condição — sentidos que variam conforme contextos culturais, políticos e jurídicos. Neste capítulo, propomos investigar como a categoria “vítima” é construída, disputada e apropriada, revelando os enquadramentos morais e normativos que orientam tanto as políticas públicas quanto as percepções sociais sobre quem pode (ou não) ser reconhecido como tal.

Quando o pensamento feminista passou a ter maior visibilidade social, suas ideias e reivindicações passaram a exigir, de forma mais organizada e política, que o Estado mudasse o olhar para as mulheres e para a violência que existia no âmbito familiar, havia um consenso de que não se poderia atribuir o papel de vítima aos homens ou aos sujeitos masculinos. *A priori* e após muitas reivindicações dos movimentos sociais, surgiram as delegacias das mulheres, na década de 1980, porém essas delegacias não levavam em conta as relações de gênero e as violências que essas relações implicavam. Muitas mulheres não se entendiam como vítimas de uma relação

de poder entre os gêneros e acreditavam que o tratamento que recebiam não passavam de normalidades conjugais. Nessa mesma linha de pensamento, os homens não entendiam que algumas de suas atitudes eram consideradas violências e encaravam essa questão como desacordos matrimoniais. Além dos atores principais das violências domésticas não entenderem a relação de poder que colocavam homens em situação de privilégios e as mulheres em situação de vítima, o próprio Estado minimizava essa questão, não reconhecendo que essas violências eram graves e as colocavam em um patamar de menor potencial ofensivo. Isso pode ser observado quando na década de 1990 as questões de violência contra mulheres passaram a ser tratadas pela lei 9.099/1995, que de certa forma banalizava as agressões contra as mulheres, tanto no âmbito familiar quanto nas relações afetivas, fora deste contexto (DEBERT; GREGORI. 2008).

Como não existia uma punição efetiva para os autores de violência doméstica, a sociedade civil e os movimentos feministas passaram a exigir que fosse criada uma lei específica para tratar as violências domésticas e de gênero, além de, após o Brasil ter sido condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) por não combater efetivamente as violências contra as mulheres. A partir desse apelo social e da condenação, foi promulgada em 2006 a Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, em que qualificava os tipos de violência contra a mulher e violências de gênero, bem como trazia um olhar para o homem agressor, determinando que ele cumprisse algumas determinações judiciais. A Lei 11.340/06 não traz penalidades em si, ela é um complemento para fazer alterações em crimes já previstos no Código Penal Brasileiro, sendo que a única penalidade expressa na lei é o descumprimento de medida protetiva imposta ao agressor, além de trazer como grande diferencial as medidas protetivas.

A Lei 11.340/06 foi um grande avanço no combate das violências domésticas e de gênero, porém cabe ressaltar que havia, ou ainda há, um histórico social de construções de relações de gênero que favorece o homem em relação à mulher, o que faz com que essa construção normalize as violências e invisibilize a mulher como vítima, uma vez que por anos as agressões contra as mulheres foram normalizadas e legitimadas pela sociedade patriarcal. Inclusive, essa normalização é vista até os dias de hoje. Diante da ideia de que os homens pudessem tratar as mulheres de qualquer forma, a Lei Maria da Penha instruiu que eles fossem chamados para o debate por meio dos Grupos Reflexivos ou programas de ressocialização, que passaram a ser obrigatórios

desde o ano de 2020.

A partir dessa perspectiva, este capítulo se propõe a explorar como os participantes dos grupos investigados compreendem a noção de vítima, bem como os sentidos que atribuem à experiência da violência. Mais do que identificar definições fixas, buscamos analisar as interpretações e percepções construídas socialmente por esses sujeitos: o que significa ser vítima em seus discursos, quais situações são reconhecidas como violência e quais permanecem invisibilizadas.. Essa reflexão é fundamental para compreender os enquadramentos simbólicos e afetivos que moldam tanto o reconhecimento quanto a negação da violência no cotidiano.

Ao serem questionados se entendiam o real motivo de estarem no Grupo Reflexivo, os participantes, em sua grande maioria, mantinham o discurso histórico em que o que havia ocorrido eram amenidades que acontecem nas relações afetivas. Pedimos para que narrassem o que havia ocorrido e alguns participantes não quiseram relatar, pois ainda não se sentiam confortáveis em estar ali, porém o participante Gabriel pediu a palavra e contou sua história.

Gabriel disse que tinha um relacionamento de aproximadamente 13 anos e um filho nesse relacionamento. Que nesses anos sempre existiram pequenas discussões. Gabriel relatou que sua ex-companheira já havia procurado a delegacia de mulheres algumas vezes e que ela tinha registrado ocorrências de ameaças contra ele. Gabriel disse que nunca bateu em sua mulher, porém já havia dado alguns arrancos em seus braços e alguns puxões de cabelo. Para ele isso não era considerado violência e sim parte de um desentendimento entre casais. Gabriel relatou que algumas dessas discussões ocorreram na presença do filho.

Em uma das discussões, a ex-companheira dele saiu de casa e foi morar com a mãe, porém como o casal tinha negócios em comum, além do filho, mantiveram contato. Nesse período a ex-companheira de Rafael não formalizou o pedido de medida protetiva. Gabriel alega que ela retirou todos os móveis da casa e o deixou apenas com o guarda-roupas e a cama, com isso ele disse que ela era uma aproveitadora. Após alguns meses de separação, disse que estava sentindo muitas saudades do filho e da esposa, então foi até a casa da mãe dela e pediu para que reatassem a relação. Com muita resistência a ex-companheira aceitou o retorno, com a condição de que sua mãe fosse morar com eles, além de ele ter que mobiliar a casa novamente. Gabriel alega que em nove meses de retorno da relação, teve apenas quatro relações sexuais com a

companheira, o que fez com que ele imaginasse que ela teria “outro homem”, como ele se expressou. A partir dessa desconfiança, passou a coagir a ex-companheira, forçando-a confessar uma possível traição. Essa fase, segundo o narrador, durou aproximadamente vinte dias. Gabriel colocou rastreador no carro da ex-companheira e passou a monitorá-la, porém não encontrou nada que confirmasse suas desconfianças. Após várias tentativas de manter relação sexual com sua ex-companheira e ela negar, Gabriel disse que quebrou um armário da cozinha e algumas cadeiras da casa. A companheira acionou a Polícia Militar, porém Gabriel evadiu do local e não foi preso em flagrante. No dia seguinte, a ex-companheira dele voltou à residência e queria levar os móveis novos que ele tinha comprado. Ele alegou que ela não levaria nada, pois ela já tinha levado os outros móveis na última separação. Gabriel alega que nessa situação ele foi vítima de sua companheira, pois ela não cumpria o “papel de mulher”, negando ter relação sexual com ele. Foi essa última violência que Gabriel praticou contra sua ex-companheira que o levou até a CAP, através de medida protetiva e determinação judicial.

O relato de Gabriel trouxe, para nós, condutores dos grupos, a oportunidade de especificarmos como as violências de gênero operam na sociedade e nas relações conjugais. Foi importante dizer para o grupo que a história contada envolvia vários tipos de violências previstas na Lei Maria da Penha. Ao discutir com sua parceira e a ofendê-la, Gabriel cometeu a violência psicológica. Ao dar arrancos e puxar o cabelo de sua companheira, Gabriel cometeu a violência física. Ao chutar e quebrar móveis, ele cometeu violência simbólica, e, ao insistir que sua ex-companheira tivesse relação sexual com ele, Gabriel cometeu violência sexual.

Esse relato foi especialmente significativo, pois nos possibilitou apresentar aos participantes o conceito de ciclo da violência<sup>11</sup>, desenvolvido pela psicóloga norte-americana Leonore Walker. Segundo Walker, a violência doméstica tende a seguir um padrão recorrente dividido em três fases: a fase da tensão, marcada por hostilidade e comportamentos controladores do agressor; a fase da explosão ou agressão, em que ocorrem os atos de violência física, psicológica ou sexual; e, por fim, a fase da lua de mel, quando o agressor demonstra arrependimento, faz promessas de mudança e adota um comportamento afetuoso e conciliador, iludindo a vítima e contribuindo para a manutenção do vínculo abusivo.

Ao explicar esse ciclo, pudemos contribuir para que os participantes

---

<sup>11</sup> <sup>8</sup> Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>

reconhecessem as dinâmicas recorrentes da violência, muitas vezes naturalizadas em suas vivências ou nos discursos cotidianos. Além disso, foram apresentados dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que evidenciam a gravidade das violências de gênero no Brasil, reforçando a importância de discutir e enfrentar essas dinâmicas no âmbito das políticas públicas e da educação social.

Figura7: Homicídios de mulheres e feminicídios. Fonte Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Homicídios de mulheres e feminicídios <sup>(1)</sup>  
*Brasil e Unidades da Federação – 2022-2023*

Brasil e Unidades da Federação	Homicídios					Feminicídios					Proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres	
	Vítimas Mulheres											
	Ns. Absolutos		Taxa <sup>(2)</sup>		Variação	Ns. Absolutos		Taxa <sup>(2)</sup>		Variação	Em percentual (%)	
	2022 <sup>(3)</sup>	2023	2022	2023	(%)	2022 <sup>(3)</sup>	2023	2022	2023	(%)	2022 <sup>(3)</sup>	2023

Figura 8: Tentativas de homicídio de mulheres e tentativa de feminicídio. Fonte Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Tentativas de homicídio de mulheres e tentativas de feminicídio  
*Brasil e Unidades da Federação – 2022-2023*

Brasil e Unidades da Federação	Tentativas de homicídio					Tentativas de feminicídio				
	Vítimas Mulheres									
	Ns. Absolutos		Taxa <sup>(1)</sup>		Variação	Ns. Absolutos		Taxa <sup>(1)</sup>		Variação
2022 <sup>(2)</sup>	2023	2022	2023	(%)	2022 <sup>(2)</sup>	2023	2022	2023	(%)	
Brasil	7.666	8.372	7,3	8,0	9,2	2.612	2.797	3,2	3,4	7,1

Figura 9: Lesão corporal dolosa - violência doméstica. Fonte Fórum Brasileiro de Segurança Pública

**Lesão corporal dolosa - violência doméstica <sup>(1)</sup>**  
*Brasil e Unidades da Federação – 2022-2023*

Brasil e Unidades da Federação	Lesão corporal dolosa - violência doméstica (Art. 129 § 9º)				
	Vítimas mulheres				
	Ns. Absolutos		Taxas <sup>(2)</sup>		Variação (%)
	2022 <sup>(3)</sup>	2023	2022	2023	
<b>Brasil</b>	<b>235.915</b>	<b>258.941</b>	<b>225,7</b>	<b>247,7</b>	<b>9,8</b>

Figura 10: Ameaças - vítimas mulheres. Fonte Fórum Brasileiro de Segurança Pública

**Ameaça - vítimas mulheres**  
*Brasil e Unidades da Federação – 2022-2023*

Brasil e Unidades da Federação	Ameaça - somente vítimas mulheres				
	Ns. Absolutos		Taxas <sup>(1)</sup>		Variação (%)
	2022 <sup>(2)</sup>	2023	2022	2023	
<b>Brasil</b>	<b>668.355</b>	<b>778.921</b>	<b>639,3</b>	<b>745,0</b>	<b>16,5</b>

Figura 11: Perseguição e violência psicológica. Fonte Fórum Brasileiro de Segurança Pública

**Perseguição (stalking) e Violência Psicológica - vítimas mulheres**  
*Brasil e Unidades da Federação – 2022-2023*

Brasil e Unidades da Federação	Perseguição (stalking) <sup>(1)</sup>					Violência Psicológica <sup>(2)</sup>				
	Ns. Absolutos		Taxas <sup>(3)</sup>		Variação (%)	Ns. Absolutos		Taxas <sup>(3)</sup>		Variação (%)
	2022 <sup>(4)</sup>	2023	2022	2023		2022 <sup>(4)</sup>	2023	2022	2023	
<b>Brasil</b>	<b>57.294</b>	<b>77.083</b>	<b>54,8</b>	<b>73,7</b>	<b>34,5</b>	<b>28.771</b>	<b>38.507</b>	<b>27,5</b>	<b>36,8</b>	<b>33,8</b>

Figura 12: Ligação para o 190 com natureza de violência doméstica. Fonte Fórum Brasileiro de Segurança Pública

**Ligações ao 190 registradas - Total e natureza Violência doméstica**  
*Brasil e Unidades da Federação – 2022-2023*

Brasil e Unidades da Federação	Total de Chamadas 190					Chamadas 190 - Violência doméstica					Proporção de ligações de Violência doméstica em relação ao total	
	Ns. Absolutos		Taxa <sup>(1)</sup>		Variação (%)	Ns. Absolutos		Taxa <sup>(1)</sup>		Variação (%)	2022	2023
	2022 <sup>(2)</sup>	2023	2022	2023		2022 <sup>(2)</sup>	2023	2022	2023			
<b>Brasil</b>	<b>48.731.080</b>	<b>46.298.853</b>	<b>240,0</b>	<b>267,8</b>	<b>11,6</b>	<b>916.300</b>	<b>848.036</b>	<b>4,7</b>	<b>5,1</b>	<b>0,9</b>	<b>1,9</b>	<b>1,8</b>

Figura 13: Medidas protetivas de urgência. Fonte Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Medidas protetivas de urgência distribuídas e concedidas pelos Tribunais de Justiça <sup>(NT)</sup>  
 Brasil e Unidades da Federação – 2022-2023

Brasil e Unidades da Federação	Medidas protetivas de urgência											
	Medidas distribuídas					Medidas concedidas					% de MPU's concedidas	
	Ns. Absolutos		Taxa <sup>(1)</sup>		Variação (%)	Ns. Absolutos		Taxa <sup>(1)</sup>		Variação (%)		
	2022 <sup>(2)</sup>	2023	2022	2023		2022 <sup>(2)</sup>	2023	2022	2023			
Brasil	547.201	663.704	523,4	634,8	21,3	426.297	540.255	407,8	516,8	26,7	77,9	81,4

Após a apresentação dos dados sobre violência de gênero, algo comum emergiu em todos os grupos: diversos participantes passaram a relatar experiências próprias de violência — incluindo ameaças, perseguições e até agressões físicas. Ao serem questionados sobre o motivo de não terem registrado boletins de ocorrência ou buscado apoio institucional, as respostas se mostraram bastante semelhantes: relataram vergonha e o receio de serem ridicularizados ao procurarem órgãos de segurança pública. Esse sentimento revela como a masculinidade hegemônica opera como um mecanismo de silenciamento, impedindo que homens se reconheçam, ou se apresentem publicamente, como vítimas no contexto das relações de gênero.

Quando provocados a rememorar situações em que se sentiram vulneráveis ou vitimados, os participantes compartilharam relatos significativos — desde aspectos da educação rígida e repressiva na infância até episódios de abuso e assédio sexual. Esses relatos indicam que, embora a experiência da violência entre homens seja real e frequente, há barreiras simbólicas e normativas que dificultam seu reconhecimento social e institucional, reforçando uma cultura do silêncio sustentada por estereótipos de força, controle e invulnerabilidade associados ao ideal de ser homem.

Aqui trago o relato de Bruno, que muito emocionado, disse ter sido criado por sua mãe até, aproximadamente, seus quatro anos e que vivia em situação de abandono por parte dela. Ele relata que sua mãe também vivia uma opressão por parte de seu pai e de seus avós. Em um momento, sua mãe o levou para passear, escondido, enquanto seu pai trabalhava e pediu para que o menino guardasse segredo. Como ele se expressou, pedir para uma criança de quatro anos guardar segredo de um passeio é quase que a mesma coisa que pedir para ela contar sobre o passeio. Então, quando seu pai chegou, ele imediatamente falou sobre a diversão. Essa revelação fez com que seus pais

brigassem. Bruno relatou que seu pai saiu tomando rumo ignorado e quando foi por volta das 4 horas da manhã, acordou sendo agredido por sua mãe, que dizia que ele nunca mais sairia com ela, que ele era um filho ruim. Bruno relatou que foi muito agredido e que as agressões cessaram apenas quando seu pai chegou. Ao ver o filho naquele estado, o pai decidiu pelo divórcio. Bruno disse que, por muito tempo, se sentiu culpado pela separação, mas hoje tem consciência de que ele era apenas uma criança, porém esse fato fez com que ele se permitisse entrar em várias relações abusivas.

Já o relato que vejo importância em trazer é o de João. Ele disse que cresceu na roça e, desde muito menino, precisou trabalhar no campo. Que sua rotina era acordar de madrugada, andar alguns quilômetros, fazer o serviço do campo e voltar antes do anoitecer. João relata que a referência de masculinidade se construiu principalmente por meio do trabalho que fazia com seu pai e que era uma referência violenta. João relatou ainda que sua mãe tinha tanto medo da rigidez de seu pai que, por muitas vezes, o agredia. João também traz muitas mágoas desse período, porém diz que “era outra época” e que as pessoas viviam dessa maneira – entendemos como uma forma de perdoar as violências sofridas.

A seguir, considero um dos relatos mais importantes, no que se refere à violência sexual contra homens. É importante dizer que o relato tem uma profundidade tão grande na masculinidade que o participante preferiu escrever, como ele mesmo disse, lágrimas em formas de letras.

Ronan nos relatou que por diversas vezes sofreu assédio e importunação sexual, tanto por parte de homens quanto de mulheres. Tal revelação abriu precedentes para que os outros homens falassem de suas experiências como vítimas sexuais. Sem dúvida a violência sexual contra os homens é um tabu e um campo que precisa ser estudado, pois nos foi trazido que eles não denunciavam tais acontecimentos, pois se fosse uma mulher que os assediasse e eles denunciassem, seriam vistos como “menos homem”, visto que no imaginário todo homem tem que estar disposto a investidas de mulheres e, caso não estivessem dispostos a corresponder a essas investidas, teriam sua masculinidade questionada. Por outro lado, se o assédio fosse cometido por outros homens, teriam de qualquer forma sua masculinidade questionada, pois se não correspondessem a esse assédio com violência seriam questionados, ou ainda, que esse assédio teria ocorrido porque provavelmente eles seriam homossexuais. Aqui pensamos que há uma

subnotificação de crimes sexuais contra homens devido à masculinidade hegemônica instalada.

Diante da dificuldade que muitos participantes demonstraram em verbalizar experiências relacionadas ao assédio e à violência sexual sofrida por homens — temas ainda marcados por tabus, vergonha e silenciamentos —, propusemos uma alternativa metodológica: que pudessem expressar-se por escrito, caso se sentissem mais à vontade. Foi nesse contexto que Ronan optou por compartilhar um relato em tom mais lúdico, mas que, apesar da leveza estilística, revela um sofrimento profundo associado a um episódio vivido na primeira infância. Escolhemos encerrar este capítulo com suas palavras, pois elas sintetizam, de forma potente e sensível, a complexidade da categoria “vítima” também quando acionada por sujeitos masculinos. A experiência de Ronan nos convida a reconhecer que os homens, embora socialmente distanciados desse lugar simbólico, também vivenciam dores, traumas e vulnerabilidades que precisam ser nomeadas, acolhidas e compreendidas — especialmente quando envolvem relações de poder de gênero.

Durante muito tempo, os estudos sobre violência de gênero concentraram-se, com razão, nas violências estruturais sofridas por mulheres em uma sociedade patriarcal (SAFFIOTI, 2004; SEGATO, 2003). No entanto, mais recentemente, algumas pesquisas vêm buscando compreender também como os próprios homens são impactados pelas normas rígidas da masculinidade hegemônica (CONNELL, 1995; KIMMEL, 2006). Entender as mulheres como vítimas da construção social de gênero foi um passo fundamental, mas compreender como os homens também podem ser afetados — inclusive como vítimas — é um desafio que só recentemente começou a ser enfrentado. Instigado pelos relatos dos participantes, buscamos aprofundar o tema da violência de gênero contra homens. A literatura disponível concentra-se, majoritariamente, nas violências urbanas (BARKER, 2001), sobretudo entre homens jovens e negros, mas há escassez de dados e análises quando se trata de violências domésticas, sexuais ou relacionais envolvendo homens como vítimas — lacuna que reforça o estigma social que os impede de buscar ajuda ou denunciar por medo de terem sua masculinidade questionada. Como apontam estudiosos do campo dos estudos de gênero, essa vergonha é um dos principais mecanismos de silenciamento e reprodução da violência (SEFFNER, 2009; ALMEIDA, 2022).

A seguir, trago as palavras de Ronan, como encerramento deste capítulo e convite à escuta de outras vozes que, muitas vezes, não encontram espaço para dizer.

*“Os grãos de milho”*

*Me lembro da cena como se fosse hoje, meu pai me chamou para termos uma conversa de homem para homem, e eu já estava no auge dos meus quatro anos de idade. Ele me levou para o quarto dos fundos, fechou a porta e disse coisas muito sérias que eu não entendia muito bem, mas era algo do tipo: homem não faz isso!*

*Eu fiquei muito triste e me chorei em silêncio. Acredito que eu choro em silêncio até hoje, depois daquela conversa.*

*De repente ele falou para eu abaixar as calças, ali eu sabia que ele iria me machucar. Foram várias palmadas em minha bunda. A bunda de um menino de 4 anos. Eu tentava me desvencilhar, gritava pela minha mãe, mas ele não parava. Ele estava com ódio, e eu estava achando que aquele ódio que estava nele tinha sido causado por mim, mas na verdade esse ódio todo surgiu quando aqueles dois jovens molestaram uma criança de 4 anos. Quatro anos! Meu pai só canalizou o ódio na pessoa errada, no caso, na vítima: uma criança de 4 anos. Até hoje choro em cima daqueles grãos de milho que ele me obrigou a ficar ajoelhado por horas para refletir. Até hoje eu reflito! Até hoje os grãos de milho doem meus joelhos que já estão velhos. Até hoje sinto saudades do meu pai que me protegeu um dia. Hoje somos somente ele lá e eu cá. Cada dia um com os seus grãos de milho. Não sabemos qual grão dói mais, mas sabemos que ambos terão grãos de milhos em todas as suas existências.*

## **CAPÍTULO 4: FAZENDO GÊNERO: CAP E AS PROPOSTAS DA EQUIPE DE CONDUTORES (“ADMINISTRADORES”)**

Nos capítulos anteriores, analisamos como os homens se posicionam frente às categorias de gênero, vítima e agressor. Aqui, observaremos como, a partir das interações no grupo reflexivo, emergem efeitos de ruptura subjetiva e reposicionamento ético.

A construção de novas formas de masculinidade tem se mostrado um dos grandes desafios da sociedade contemporânea, especialmente diante do agravamento das

violências de gênero e da urgência em enfrentá-las de maneira estrutural. Este capítulo propõe uma reflexão sobre as práticas desenvolvidas nos grupos reflexivos destinados a homens autores de violência doméstica, analisando como essas experiências podem favorecer a emergência de uma consciência crítica sobre o que significa “ser homem” em nossa sociedade. Por meio de uma abordagem humanizada e dialógica, discutiremos os caminhos percorridos nesses encontros, os limites e as possibilidades de transformação subjetiva, bem como os efeitos desses espaços na desconstrução de estereótipos de gênero e na construção de relações mais respeitadas e equitativas. Por fim, também são apresentadas as trajetórias dos condutores que participaram ativamente desse processo coletivo de “fazer gênero”, contribuindo com suas escutas, metodologias e vivências para reconfigurar práticas e sentidos atribuídos à masculinidade.

É importante dizer que não há cursos específicos para facilitadores de grupos reflexivos para homens, contudo existem guias produzidos por Tribunais de alguns estados que orientam as diretrizes que os grupos podem seguir, como por exemplo o Estado Distrito Federal que possui um dos documentos mais referenciados no tema e o Estado do Rio Grande do Sul que possui um guia prático para implementação de grupos reflexivos de gênero.

Como dito antes, a violência de gênero é um fenômeno intrigante, instigante e complexo que está enraizada nas construções sociais e culturais que mantêm as diferentes desigualdades de gênero. Como já explorado anteriormente, um dos pilares da desigualdade de gênero se personifica na masculinidade hegemônica que cria um perfil (quase inatingível) de homem ou do que é ser homem. Connel (2025) e Kimmel (2008) trazem para o debate como essa masculinidade hegemônica está diretamente associada à dominação masculina que faz com que muitos homens a reproduzam.

Com o objetivo de mudar essa realidade e a visão masculina de superioridade, foi necessário que o Estado criasse mecanismos para uma nova visão sobre o que é ser homem, o que é ser mulher e como esses corpos operam socialmente para contribuir com o enfrentamento ou discussão das violências de gênero.

Incluir Grupos Reflexivos para homens, como política pública de enfrentamento, foi uma forma eficaz de promover reflexões sobre as consequências dessas construções de gênero. O surgimento de uma nova consciência masculina passa pela desconstrução de mitos e estereótipos que cercam a masculinidade. É fundamental que os homens aprendam a expressar suas emoções de maneira saudável, a cultivar relacionamentos

baseados na igualdade e a reconhecer a importância do consentimento. A autora Bell Hooks (2004) enfatiza a necessidade de um amor que desafie as normas patriarcais promovendo uma masculinidade que valorize a vulnerabilidade e a empatia.

Então, para conduzir Grupos Reflexivos, é importante que os facilitadores reflitam sobre como essas construções os afetaram e de que forma essas experiências podem contribuir para o desenvolvimento de novas compreensões sobre gênero, favorecendo a construção de uma consciência crítica entre os participantes sobre as relações de gênero

Na introdução deste trabalho, apresentei minha própria trajetória com o intuito de situar o/a leitor/a quanto ao ponto de partida da pesquisa e às experiências que moldaram meu olhar até aqui. No entanto, considero igualmente fundamental dar voz às demais integrantes da equipe de condutores, mulheres que caminharam comigo ao longo de todo esse percurso. Trazer os relatos em primeira pessoa dessas facilitadoras não é apenas uma escolha metodológica, mas um gesto político e ético que reconhece a importância das suas vivências, percepções e construções subjetivas na condução dos grupos reflexivos. Seus relatos oferecem múltiplas camadas de compreensão sobre gênero, escuta e transformação, compondo, junto aos homens participantes, a tessitura complexa deste processo coletivo de “fazer gênero”. A seguir, compartilho as palavras de cada uma delas, em suas próprias vozes.

### **A Psicóloga: as diferentes masculinidades e feminilidades**

Parafrazeando uma frase da música interpretada pelo artista *Pepeu Gomes*: ser uma mulher masculina, não fere o meu lado feminino. Nas diferentes fases da minha vida homens e mulheres deixaram suas marcas relacionadas a como ser masculino e feminino, muitos comportamentos foram projetados e introjetados, até certo ponto fizeram sentido, depois destoaram em diferentes contextos e hoje tudo foi revisto, sob novas lentes, e ressignificado. Aprendo muito com as diferentes masculinidades e feminilidades na nossa cultura, bem como nas demais.

Os traços e virtudes comuns a todo homem e a toda mulher são independentes do gênero e da orientação sexual, pois os conceitos não são opostos, visto que são construções sociais e estão relacionados a valores e costumes que são repassados no processo de socialização em diferentes espaços físicos e simbólicos que permeiam a formação da identidade desses sujeitos. As diferentes masculinidades e feminilidades são construídas de forma hierarquizada e desencadeiam competições e classificações

que produzem disputas de poder e determinam formas de ser masculino ou feminino. Freud, em 1906, introduz o conceito de bissexualidade como sendo inerente ao menino e à menina e relacionando-o também às identificações. Identidade sexual e orientação sexual são conceitos diferentes e, no atendimento clínico, é preferível usar o termo orientação sexual no sentido de orientação da libido. Não se fala em “identidade sexual” ou “desvio de identidade sexual”.

O Grupo Reflexivo para homens, um espaço da CAP, oferece acolhimento a homens e mulheres em conflito com a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, e, por meio do diálogo, do conhecimento científico e do compartilhamento de vivências, é possível intervir em comportamentos masculinos e femininos hegemônicos. É notória a pluralidade de masculinidades e feminilidades (hegemônicas ou não hegemônicas) que permeiam a singularidade de cada um dos participantes. Tem sido um aprendizado constante lidar com essas diferentes masculinidades e feminilidades, respeitando suas particularidades. De certa maneira, posso rever minha feminilidade (e o que tenho de masculinidade), como fui e sou impactada pela cultura patriarcal. Mesmo vindo de uma família onde as mulheres tinham amplo poder, mesmo assim eram menores que o poder dos homens.

### **A Coordenadora: “Meu conhecimento a respeito do tema é muito mais empírico”**

Inicialmente por ser mulher e na infância, adolescência e vida adulta ter sofrido vários tipos de violência e pelo trabalho durante 14 anos no Judiciário mineiro com violência doméstica, não há que se falar de violência sem olharmos para as questões sociais, raciais, culturais e religiosas.

A misoginia é sem dúvida o mais antigo preconceito da sociedade.

Como todos os comportamentos na esfera social, também a agressividade, o sentimento de superioridade masculino foram apreendidos e estimulados por uma sociedade patriarcal. Esse mesmo comportamento virulento, agressivo que se insiste em ter sobre as mulheres também é usado contra aqueles que em determinado momento social se mostram diferente daquilo que foi estipulado como “normal” para essa sociedade: a perseguição aos homossexuais, aos trans, as lésbicas, aos que têm deformações físicas, e tantos outros.

E não se pode deixar de observar que esse comportamento aprendido também traz grande dor e sofrimento aos homens. São eles algozes de si mesmos!

Como afirmam alguns pesquisadores, comportamento aprendido é comportamento

que pode ser modificado e essa é a luta que se vem travando para mudança do comportamento masculino. Cada século teve suas mudanças de comportamento, maior ou menor repressão à sexualidade, mas em nenhum deles a misoginia foi arrefecida, e de outro lado, é a luta da mulher para buscar seus direitos e equidade.

Os movimentos feministas que sempre existiram em alguns momentos de maneira tímida e, em outros, com maior reverberação, caminham lado a lado com a violência masculina — repito — aprendida e exigida por uma sociedade patriarcal ao longo dos tempos.

Num país de tanta exclusão como o Brasil, nos deparamos diuturnamente com a violência. Muitos homens não conseguem entender que cometem violência psicológica e moral, e por isso há necessidade de criar leis que agravem a pena para quem comete feminicídio. Vivemos em uma sociedade que encarcera, sobretudo, rapazes pobres e pretos.

Acredito que a violência contra a mulher, de forma tão avassaladora, como hoje ainda acontece, só irá melhorar quando a educação do homem for menos violenta; quando for permitido aos homens falar sobre seus sentimentos; poder expressar suas dores e mágoas, sem serem ridicularizados. Quando esses homens entenderem que a diferença física das mulheres não as incapacita para nenhuma função; que seus corpos não devem ser objetificados; que a homossexualidade não é uma escolha e precisa ser respeitada. Quando a religião deixar de fazer de Deus uma arma para promover divisão social e justificar todo tipo de agressão e ofensa. Isso é um longo caminho!

Numa época em que a internet deixa mais visível a luta feminina, em que os crimes são mostrados quase que instantaneamente; em que os conceitos e a tentativa de ensinar respeito e igualdade no trato são discutidos diariamente, ela, a rede, também traz o contraponto, homens que fazem campanhas para manter a submissão da mulher dizendo que isso é o correto, mesmo que seja necessário fazer uso da violência. As redes sociais difundem a fala de pastores que insistem que mulher tem que ser cativa das vontades de seus pais, maridos e companheiros. As mulheres evangélicas, segundo pesquisa da pastora Valeria Vilhena, são 40% (quarenta por cento) das mulheres agredidas.

A Lei sancionada em 29/12/2023 conhecida como “Não é Não” criou protocolos para combate à violência contra a mulher em casas noturnas, bares, restaurantes, espetáculos musicais e demais locais fechados e shows onde haja venda de bebida alcoólica e deixou de fora os templos religiosos, evidenciando como um Congresso machista não quer se indispor com a bancada religiosa, perpetuando assim o

ensinamento agressivo aos homens e à resignação às mulheres.

Necessário que se traga também as mulheres para essa conversa. Urgente que elas modifiquem a forma de criar seus filhos. Imprescindível que se dê um fim a falas misóginas vindas das próprias mulheres; a sororidade tão falada e tão pouco executada deve ser conversada. No mundo capitalista, necessário que mulheres que cheguem ao poder; que assumam cargos de mando, não se esqueçam de serem solidárias com aquelas que ficaram no chão da fábrica.

Mas, apesar de tudo e por tudo, confio que a mudança de todo o contexto da violência contra a mulher só se dá com a escuta das pessoas e principalmente com a informação, e é por isso que tão logo criamos a CAP, apresentei o Projeto Transformar-se para a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e, convidei o Cleber, que já o conhecia da Delegacia de Mulheres, para dele fazer parte – o que foi uma escolha profundamente acertada.

Nesse mês de janeiro de 2025 estamos iniciando o 40º Grupo Reflexivo já tendo passado por essa casa em seus 19 meses de existência mais de 400 participantes.

O que se observa nos grupos reflexivos é a falta de conhecimento por parte dos participantes de seus direitos e direitos dos outros; a falta de pensamento crítico desses homens com relação às suas atitudes com companheiras, esposas, mães e filhas. Quando trazemos para o grupo as questões de gênero, o feminismo, isso lhes causa impacto; no momento que falamos dos cuidados com a saúde física e mental eles se deparam com a falta de cuidados que têm para consigo mesmo. Quando trabalhamos as emoções, o direito de poder falar e chorar, os participantes dos grupos se mostram profundamente tocados. Revelam que é normal os pais baterem até mesmo de forma violenta nos filhos repetindo que eles o fazem para criar homens de bem. Quando trabalhamos a comunicação não violenta, eles se surpreendem com as formas de dizer e transmitir suas emoções e pensamentos.

Apesar do pouco tempo de existência dos Grupos Reflexivos na CAP já tivemos retorno de casais que retomaram o relacionamento e as mulheres fazem questão de dizer da transformação ocorrida na forma de agir de seus maridos ou companheiros. Também vários homens que passaram pelos grupos nos deram testemunhos de sua mudança no agir no dia a dia não só no relacionamento afetivo, mas com a família e amigos de maneira geral.

\*\*\*

Após a apresentação do olhar da Psicóloga e da Coordenadora, bem como a

minha no início dessa escrita, partimos juntos para a construção de um fazer gênero que possibilitasse um novo olhar, uma nova concepção dos interlocutores sobre a grande dificuldade de repensar estruturas tão enraizadas em todos e todas nós.

Por diversas vezes tivemos grande dificuldade de nos expressarmos no objetivo comum que era fazer com que os homens que ali estavam não cometessem mais crimes relacionados à violência doméstica, nem reincidissem. Porém é preciso relatar que três corpos considerados menos valorizados em uma sociedade patriarcal (um gay e duas mulheres) com certeza seriam questionados em suas falas, tentariam de uma forma ou de outra deslegitimar o que era dito e por fim se manterem em uma posição confortável de não pensar e questionar o privilégio de ser homem em uma sociedade patriarcal.

Tivemos muitos desafios, mas sempre conseguimos contorná-los com calma, compreensão e teoria, porém um fato ocorreu no 40º grupo, que realmente trouxe à tona práticas masculinas comuns do dia a dia, principalmente contra as mulheres.

Antes de relatar o fato em si, preciso trazer o conceito do termo “manterrupting”, conceito que emergiu na década de 2010 e que é uma junção das palavras “man” (homem) e “interrupting” (interrompendo). Essa prática refere-se ao fato de homens interromperem mulheres durante interações verbais, especialmente em contextos profissionais e acadêmicos. A relevância do termo se intensificou nas discussões contemporâneas sobre igualdade de gênero e as dinâmicas de poder — muitas vezes invisíveis — que permeiam as interações sociais. O “manterrupting” serve como um exemplo claro de como as vozes femininas podem ser desvalorizadas ou silenciadas em ambientes predominantemente masculinos (KARPOWITZ; MENDELBERG, 2014).

Essa prática surge de forma quase espontânea entre homens que não aceitam que mulheres falem com propriedade sobre determinado assunto, e certamente a maioria das mulheres já vivenciou essa situação. Porém, é importante ressaltar que homens, em sua maioria heterossexuais, também se utilizam dessa prática para interromper outros homens que consideram tão abjetos quanto as mulheres.

No caso que relatarei a seguir, essa prática foi realizada por homens heterossexuais que interromperam incessantemente a coordenadora da casa e a mim, não nos permitindo falar.

Ao buscar um termo semelhante para nomear essa atitude de homens heterossexuais em relação a homens gays, não encontrei nenhuma literatura que tratasse de um termo espe-

cífico para esse comportamento. Por isso, aqui sugiro o termo “**Interruptgay**”, que, na mesma lógica em que os homens interrompem as mulheres por não acreditarem em sua capacidade interlocutória, caracteriza o ato praticado contra homens gays, cuja capacidade de fala e autoridade também são colocadas em dúvida.

A proposta do termo “**Interruptgay**” foi um exercício criativo que realizei e que me parece possuir grande potencial explicativo. Pode ser considerado arriscado — no melhor sentido — como um neologismo crítico que ajuda a nomear um fenômeno ainda pouco discutido, porém recorrente nas relações sociais entre homens. Assim como o termo “**manterrupting**” surgiu da fusão entre *man* e *interrupting*, para evidenciar uma prática de interrupção ancorada em desigualdades de gênero, o termo “**Interruptgay**” une *interrupt* + *gay* para denunciar interrupções que não são neutras, mas marcadas por homofobia, cisheteronormatividade e pelo controle da masculinidade.

Ao iniciarmos, no segundo encontro do 40º grupo, a explicação de como se dava a construção social dos indivíduos a partir de sua genitália e de como essa construção é incisiva e cotidiana, foi dado o exemplo de como as lojas de brinquedo funcionam, separando os itens vendidos como sendo de meninos ou de meninas. Antes que o raciocínio pudesse ser concluído, o participante Jhonatas interrompeu dizendo que não concordava com o que estava sendo dito, pois os condutores estavam querendo fazer meninos virarem meninas e meninas virarem meninos. Tentamos de várias formas explicar que não era aquilo que estava sendo dito, porém não conseguimos falar, pois Jhonatas estava extremamente alterado, inclusive ameaçando partir para cima de nós.

Quando tentávamos dizer algo, Jhonatas batia o pé forte, batia na mesa, ria de nossas falas e incitava os outros participantes a fazer o mesmo. Os outros participantes, utilizando-se do pacto silencioso da masculinidade, passaram a defender Jhonatas e a nos atacar. O caos estava estabelecido, não conseguíamos falar, pois os gritos, as batidas de pés e as batidas nas mesas abafavam nossas vozes.

Foi então que precisei tomar uma atitude radical e, quando havia se passado apenas 30 minutos de início da reunião, disse que encerraríamos por ali, pela falta de respeito e educação dos participantes, e disse que aquele encontro não seria computado na presença deles, tendo todos que repetir o encontro, com a possibilidade de serem comunicados ao juízo. Nos 39 grupos que antecederam, tivemos alguns problemas de discordância, porém sempre ocorreu o respeito. Esse fato gerou o medo dos condutores de sofrerem agressão. Após os participantes saírem, pensamos em uma estratégia para

que no próximo encontro não perdêssemos o controle do grupo, foi então que escrevi um texto, intitulado “O que aconteceu semana passada?”:

O que aconteceu semana passada?

Quando falamos de gênero, tocamos em uma estrutura extremamente enraizada em nossa sociedade, que faz com que a discussão dos privilégios que alguns corpos possuem beire a violência.

O que ocorreu na semana passada tem nome: violência de gênero! Isso ocorreu na semana passada, mas ocorreu há seis minutos com uma menina, ou há 16 horas com uma mulher, ou há um dia com um gay ou uma transexual. E o que ocorreu semana passada, ocorrerá daqui a seis minutos, daqui a 16 horas, daqui um dia, até que consigamos entender que o que ocorreu semana passada está estampado todos os dias nos jornais, na internet, na sua casa, na sua rua, no seu trabalho.

Não deixar falar é violento, e essa violência de gênero tem nome: Interruptman. Esse termo significa interromper. Silenciar. Se recusar a ouvir. Ele vem de um agente específico: homens heterossexuais em sua maioria. Quando um homem determinado pela justiça precisa frequentar um grupo que é coordenado por uma mulher e um homem gay, toda a estrutura que se conhece da formação social do gênero entra em colapso, entra em um estado de revolta por serem corpos considerados abjetos, inferiores, que vão dizer para homens o que é ser homem. Então palavras que ouvimos na semana passada, como “vagabunda”, “viado”, “mulheres querem privilégios”— nada mais são que a maneira mais conhecida que os homens privilegiados agem: silenciam, não permitem a conclusão de um raciocínio, não querem ouvir, apenas querem rebater, como se o inimigo estivesse bem ali, diante deles. E, meus caros, não se enganem, ouvimos essas palavras todos os dias de nossas vidas, desde quando nem entendíamos que isso era violência, mas estamos aqui, fazendo jus à grande frase: “nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai”.

Quando se diz que uma menina é estuprada a cada 6 minutos, e a resposta é: “De onde você tirou isso?” ou “Quem escreveu sobre isso?”, isso reflete uma construção social de gênero desinformada sobre suas próprias construções, origem e consequências; de que mais uma vez, o pensamento vindo de uma mulher ou de um homem gay é invalidado — e não importa se os dados mostram que uma criança é violentada a cada 6 minutos, o que importa na realidade é que os homens não se preocupam com esses dados, eles se preocupam — porque assim foram criados e educados — em silenciar as

pessoas que eles julgam serem inferiores, devido ao gênero e a sexualidade.

Mesmo assim, com a tentativa de silenciar, intimidar, aterrorizar, os alvos resistem e continuam com sua linha de raciocínio, porém o tom aumenta propositalmente, para abafar a voz dos que falam. Mas isso não acontece mais, e quando os participantes percebem isso, partem para a autocomiseração soltando frases do tipo: “ai você quer me diminuir, me humilhar porque você estudou e eu não”, “eu não tenho o direito nem de falar”. Isso também é violência e tem nome: *gaslighting*, ou o ato de negar a violência para culpar a quem se ataca. Em tom maior é o famoso vitimismo, uma alternativa para transformar a violência em ato legítimo.

Por fim, é muito importante perceber que a sociedade mudou, de que as mulheres mudaram, de que as pessoas LGBTQIA+ mudaram e que comportamentos como esses não serão mais tolerados, pois não são civilizados e são tipificados como crime. O que ocorreu semana passada ocorre todos os dias, com mulheres diferentes, com gays diferentes, com transexuais diferentes, mas aqui, onde lutamos por um espaço de acolhimento, cultivo da paz e mudança social, esse comportamento não será tratado como opinião, ele tem nome: é crime!

Na semana seguinte, após a leitura do texto pela Coordenadora, foi possível perceber o olhar de vergonha dos participantes, e o pedido de desculpa de alguns deles. Foi necessário situá-los da condição que os colocou ali: eram homens encaminhados pela justiça, por cometerem violência de gênero. Além disso foi preciso informar que a CAP é uma organização sem fins lucrativos e que todos os trabalhadores atuam no local de forma espontânea e voluntária. Após a leitura da carta e novamente a explicação de como funciona a CAP, os encontros seguiram normalmente, porém a participação dos homens se reduziu ao silêncio.

Algo chamou atenção, no encontro em que a carta foi lida. Um Psicólogo substituiu a Psicóloga, e o interessante é que quando os participantes falavam algo, dirigiam-se apenas ao Psicólogo homem heterossexual, o que me faz crer que a atitude se deu por identificação masculina com ele.

É importante ressaltar que quando os homens têm seu lugar de privilégio questionado, muitas vezes agirão de forma violenta, porém quando não é possível agir assim, agem com desprezo, com silêncio, como dito por Bourdieu:

Não se pode, portanto, pensar esta forma particular de dominação senão ultrapassando a alternativa da pressão (pelas forças) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, livre, deliberada ou até mesmo calculada. O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, avaliação e de ação (BOURDIEU, 2020, p. 68).

Embora tenha causado um desconforto tanto pela parte dos condutores, como pela parte dos participantes, a estratégia de ler uma carta e ter a presença de um homem heterossexual, mudou a dinâmica do grupo e as informações foram passadas, e as participações tiveram um avanço moderado.

## **CAPÍTULO 5: APRENDENDO A VER; APRENDENDO A SE LER**

### **O espelho**

**Quando se olhou no espelho, tomou a grande decisão, não iria mais chorar! Achou que o efeito de segurar as lágrimas a sensibilizava muito mais, mas ela decidiu: as lágrimas não irão existir. Para isso ela sorriu, dançou e trepou. Quis a vida. Feliz.  
E assim se fez, feliz.**

**(Cleber G. R. Miranda)**

As relações de gênero constituem um fenômeno complexo, envolvendo questões de poder, controle dos corpos, das sexualidades, das masculinidades e das feminilidades. Entender essas relações é fundamental para entendermos as violências contidas nelas. No caso das masculinidades, é fundamental que os homens que cometem atos violentos se percebam — e compreendam como essa percepção influencia seus comportamentos. Goffman oferece uma lente valiosa para analisar as dinâmicas desses comportamentos:

As encenações legítimas do cotidiano não são “representadas” ou “assumidas” no sentido de que o ator sabe de antemão exatamente o que vai fazer e o faz exclusivamente em razão do efeito que provavelmente venham ter. (GOFFMAN, 2014, P. 86)

Um dos momentos mais marcantes das reuniões dos Grupos Reflexivos é o convite à reflexão individual por meio de uma dinâmica que consiste na apresentação de duas caixas fechadas — uma vermelha e outra azul —, ambas com um espelho em seu fundo

e, quando o participante é convidado a escolher uma, a ele é solicitada uma reflexão sobre a imagem que vê. Essa parte, que classificamos como a final, consiste em fazer com que os participantes olhem para si a partir das perspectivas apresentadas. Que falem especificamente de si e para si. A essa altura os grupos já se apresentam coesos e com mais intimidade entre os participantes.

Ao serem questionados sobre o que sentiram ao ver a imagem, tivemos repostas interessantes como: “a imagem é bonita”, “a imagem é cansada”, “a imagem é de uma pessoa responsável”.

Questionados posteriormente a respeito do que poderia ser mudado naquela imagem, alguns disseram que nada, outros disseram que queriam que a imagem fosse mais bem cuidada, outros que a imagem precisava ser mais calma.

Ficou perceptível como foi importante atravessar a parte teórica para chegar até a parte em que os integrantes olham para si. Aconteceu uma satisfação, por parte deles, de falar sobre seus medos, suas perspectivas e sobre ideais a serem alcançadas. Pudemos perceber que aos homens que estavam nos grupos foi dada pouca oportunidade de se olharem como sujeitos individuais, que possuem desejos individuais, que possuem vaidades e sonhos e que se orgulham ou reprimem quem são. Após as dinâmicas, solicitamos que os participantes relatassem suas histórias que envolviam agressividade, seja da parte deles, como da parte de terceiros. Mais uma vez, ali nos grupos, o véu da masculinidade foi retirado e a emoção dos participantes aflorou.

Como os grupos foram constituídos por homens que totalizaram 480, optei por trazer depoimentos que foram marcantes nos grupos, antes de começar os depoimentos em si, produzi uma tabela com os nomes, frases mais marcantes e tipo de crime que ocorreu, importante ressaltar que alguns nomes apareceram antes desse capítulo:

Tabela 1: Seleção de nomes, relatos e tipos de violência

Participante	Relato / Descrição	Tipo(s) de Violência / Questões Relevantes	Observações
<b>Sílvio</b>	Foi acolhido no grupo com empatia, apesar de apresentar dificuldades emocionais; buscava romper o ciclo de violência familiar e construir nova forma de ser homem; comparado com Leonardo, que não teve o mesmo acolhimento, mostra a seletividade e imposição do padrão de masculinidade que pune quem foge da norma.	Violência simbólica, acolhimento desigual, imposição da masculinidade hegemônica.	Exemplo de como a masculinidade é seletiva e excludente.
<b>Daniel</b>	Relatou momento de ruptura subjetiva e expressão de afeto no segundo encontro, demonstrando sensibilidade emocional frente ao grupo reflexivo.	Vulnerabilidade emocional, expressão afetiva.	Exemplo de abertura emocional no grupo.
<b>Marcos</b>	Apresentou resistência inicial à participação, expressou dificuldade em lidar com o espaço reflexivo e com os temas abordados, mas foi progredindo ao longo do grupo.	Resistência emocional, dificuldade de abertura.	Importante para ilustrar processos de resistência e transformação.
<b>Davi</b>	Comentou que “a gente aprendeu que tem que falar”, indicando aprendizado de comunicação e compartilhamento de sentimentos no grupo.	Desenvolvimento da expressão verbal e afetiva.	Demonstra evolução comunicativa no grupo.
<b>Hugo</b>	Descreveu sentimentos de confusão e vergonha relacionados às próprias ações violentas, reconhecendo a necessidade de mudança e responsabilização.	Conscientização sobre violência, vergonha, busca por mudança.	Exemplo de autoanálise e vontade de transformação.
<b>Francisco</b>	Relatou experiências de descontrole emocional e episódios de agressividade, reconhecendo os impactos negativos sobre si e terceiros.	Violência física, descontrole emocional.	Ilustra os desafios no processo de responsabilização.

<b>Leonardo</b>	Relatou agressão à ex-esposa após exposição de sua homossexualidade; infância marcada por rejeição paterna; viveu conflitos com identidade e padrões normativos; denunciou a homofobia e marginalização sofrida; possui dois filhos e expressa desejo de romper ciclo de violência.	Violência física, simbólica, homofobia, rejeição familiar, marginalização.	Demonstra o impacto da violência simbólica na construção da masculinidade e da identidade sexual.
<b>Gabriel</b>	Relacionamento conflituoso de 13 anos, com registros de ameaças pela ex-companheira; admitiu agressões físicas consideradas por ele “normais” no contexto conjugal; episódios de violência psicológica, física, simbólica e sexual; monitoramento e controle da parceira; ingresso no grupo por determinação judicial.	Violência física, psicológica, simbólica e sexual; controle coercitivo; negação da gravidade dos atos.	Relato útil para exemplificar múltiplas formas de violência de gênero.
<b>Bruno</b>	Criado por mãe em contexto de abandono e opressão familiar; viveu agressões e conflitos entre os pais; pai decidiu pelo divórcio após episódio de violência; sentiu culpa na infância; teve relações abusivas posteriormente.	Violência familiar, negligência, agressão infantil, culpa e consequências psicossociais.	Impactos da violência familiar na construção subjetiva e perpetuação de ciclos abusivos.
<b>João</b>	Cresceu em ambiente rural com rotina de trabalho árduo; referência masculina rígida e violenta no pai; mãe com medo da violência paterna, agredia o filho; aponta para o contexto histórico e cultural da violência.	Violência doméstica, violência simbólica, condicionamento cultural da masculinidade.	Como contexto sociocultural influencia a masculinidade e a aceitação da violência.

<b>Ronan</b>	Relatou múltiplas situações de assédio e violência sexual sofrida por homens e mulheres; tema tabu entre homens; optou por expressar-se por escrito; relato lúdico mas profundo; revela subnotificação e dificuldades de denúncia; evidencia vulnerabilidades masculinas e desafios impostos pela masculinidade hegemônica.	Violência sexual, assédio, tabus sociais, silenciamento, vulnerabilidade masculina.	Compreensão das violências de gênero que afetam homens e permanecem invisibilizadas.
<b>Jhonatas</b>	Durante o segundo encontro do 40º grupo, reagiu violentamente à discussão sobre construção social da sexualidade, alegando que os condutores tentavam transformar meninos em meninas; postura agressiva com ameaças, batidas de mesa e incitação a outros participantes; gerou caos e interrupção do encontro; apoiado pelo pacto silencioso da masculinidade, outros participantes o defenderam e atacaram os condutores; encontro encerrado após 30 minutos por falta de respeito.	Violência simbólica, agressão verbal, homofobia internalizada, cisheteronormatividade, controle da masculinidade, resistência.	Demonstra tensões identitárias violentas em espaços de reflexão e debate.

Tabela 1: Produção própria

Daniel, 60 anos, que após ouvir a explanação de temas relacionados à saúde, trouxe sua questão ao grupo. Daniel relatou que seu pai o levou para ter sua iniciação sexual aos 12 anos em um prostíbulo e que tinha muito medo de “falhar”, pois seu pai era sempre agressivo com ele e com sua mãe. Daniel teve uma relação de aproximadamente 20 anos com uma mulher e não aceitava a separação. Em seus relatos ele sempre informava que a mulher queria a separação porque estaria saindo com diversos homens na rua. Uma forma de negar o fim da relação e culpar a mulher por esse fim. Em tom vergonhoso, bastante humilhado e emocionado, Daniel relatou que após iniciar seus tratamentos para diabetes passou a ter problemas com sua ereção e que desde então não atendia às expectativas de sua esposa nas relações sexuais, o que a levou à traição. Com isso, Daniel passou a ameaçá-la, fazendo-a a solicitar medida protetiva contra ele. Aqui,

Daniel acredita que estava reproduzindo as violências praticadas por seu genitor. Ao ser questionado se Daniel, além de tratar a diabetes, procurou tratamento com especialista para tratar as questões da disfunção erétil, a resposta foi negativa. Foi explicado para Daniel que existem recursos para este problema e que a medicina estava bem avançada neste quesito.

A propósito, ao longo da história podemos pensar que a medicina é muito mais envolvida nas questões da sexualidade masculina do que da feminina. Se pensarmos que a indústria farmacêutica se desenvolveu na questão da sexualidade masculina pensando no falo e na performance sexual, dá se o exemplo dos medicamentos Sildenafil e Tadalafila, que buscam trabalhar as questões físicas relacionadas à ereção, em contrapartida para as mulheres há uma gama de medicamentos ou métodos que visam o controle da reprodução (contraceptivos), porém há poucos estudos voltados para a performance da sexualidade feminina. Ao ser explanado isso para Daniel, foi como se tivesse aberto uma luz em seu rosto e aquela fragilidade causada pela disfunção erétil pudesse ser suprimida.

Este relato de Daniel se torna um exemplo claro de como os homens possuem dificuldades para falar de sua saúde, inclusive de buscar informações, temendo ter sua masculinidade exposta. Como tratávamos da questão “saúde”, voltamos a falar da construção social do homem e da masculinidade que o castra de expressar sentimentos tidos como mais “sensíveis” ou pertencentes ao campo do feminino. Ao provocarmos os participantes sobre com quem eles desabafam suas questões e dores, nos foi relatado que não desabafavam nunca, pois nas relações entre amigos, geralmente falavam de cotidianos irrelevantes, e nas relações com suas parceiras sentiam dificuldades de demonstrar fragilidades.

Quando Daniel se abriu diante dos outros participantes, ocorreu algo interessante, mas já visto em outros encontros. Todos pertenciam ao mesmo grupo, ou “matilha” para ser mais exemplificativo, e puderam falar de suas dores também. Marcos ouviu o relato de Daniel e percebemos que estava chorando. Demos a palavra a ele, e Marcos relatou, em tom de culpa, que havia destruído sua vida, por ter se excedido no uso de álcool, o que o levou a agir de forma mais agressiva com sua irmã. Marcos relatou que havia interrompido o consumo de álcool, pois percebia que ele potencializava seus comportamentos agressivos. Seguindo a linha de pensamento e relato de Marcos, Davi também relatou que o motivo que o levou ao grupo foi uma noite específica em que fez

uso abusivo de álcool e foi até a residência de sua ex-companheira e tentou entrar na casa utilizando-se de força física.

Em um debate sincero, os participantes compartilharam suas experiências com álcool e drogas, e a maioria relatou que a violência ocorria especialmente quando estavam sob efeito do álcool. Alguns relataram a associação entre álcool e cocaína como uma forma de facilitar a exposição de suas violências. Abaixo reforço o relato de Davi, que se emocionou muito no encontro ao lembrar das atitudes que teve contra sua ex-companheira e sua filha, uma menina de três anos.

Davi é um homem considerado bonito, e já trabalhou como modelo em diversos países. Relatou que costumava consumir álcool com seu pai e que frequentemente ouvia agressões verbais quando ele estava embriagado — motivo que o levou a tentar a carreira de modelo para sair do convívio familiar. Seu trabalho lhe trouxe uma boa estabilidade financeira, o que lhe proporciona trabalhar com algo que lhe dá prazer, sem se preocupar com o salário. Davi estava em uma relação que, segundo ele, já havia passado da hora de terminar, pois ocorriam brigas constantes. A ex-companheira de Davi, cansada das brigas constantes, decidiu terminar a relação. Segundo ele, sentiu-se traído por sua ex-companheira, que solicitou medida protetiva contra ele, obrigando-o a deixar a residência. Davi deixou claro que a casa era dele, já que era o responsável pelos proventos para a manutenção do lar — reforçando o comportamento da masculinidade hegemônica, que valoriza o homem que trabalha fora e ignora ou menospreza a mulher que trabalha em casa e cuida dos filhos.

Davi relata que em uma determinada noite saiu para encontrar alguns amigos e fez uso excessivo de álcool. Em seu relato o mesmo nega ter usado outro tipo de droga. Davi prosseguiu dizendo que seus amigos o ouviram a noite toda, mas que em um determinado momento, quando ele já estava bem alterado, foi sugerido que ele fosse para casa. Ele relatou que dirigiu alcoolizado e que em sua cabeça, a sua casa era a mesma onde estavam morando sua ex-companheira e sua filha. Então, por volta das três horas da manhã, Davi passou a gritar na rua pelo nome de sua ex-companheira, começou a chorar, deitou-se na rua gritando por sua filha.

Nesse momento, Davi se emocionou em seu relato e disse que se sentia envergonhado. Como a ex-companheira de Davi se recusou a abrir para que ele entrasse, ele passou a chutar violentamente o portão de entrada até conseguir derrubá-lo. Depois de passar pelo portão, Davi começou a esmurrar a porta de entrada da casa, que

segundo ele, ficou danificada, porém não teve êxito em entrar no imóvel, pois sua ex-companheira havia acionado a Polícia Militar, que chegou ao local e efetuou sua prisão em flagrante. Ele ficou preso por dois dias e foi obrigado a frequentar o Grupo Reflexivo.

Davi atribuiu o seu descontrole ao álcool e ao fato de não ter sido ele quem encerrou a relação, o que reflete um padrão típico da masculinidade hegemônica, que coloca a voz e a vontade do homem como primordiais e a única que deve ser respeitada. Ele reconheceu seus excessos, seus crimes e foi um dos participantes mais atuantes nos debates que ocorriam no grupo. Durante sua participação no grupo, Davi iniciou terapia e interrompeu o consumo de álcool.

Os relatos acima nos fizeram refletir sobre o fato de que o uso de álcool e outras drogas pode ter múltiplas finalidades e que esse uso pode alterar a percepção da realidade e reforçar hierarquias de gênero, contribuindo, conseqüentemente, para a violência.

De acordo com BERGERON (2012, p.13), entende-se por droga “substância, natural ou sintética, capaz de mudar os estados de consciência, como por exemplo, a maconha, a cocaína, a heroína, o ópio, o álcool ou os remédios psicotrópicos”. O uso de substâncias como álcool e drogas pode ser visto como uma maneira de diferenciar as hierarquias sociais de classes e essas definirão os tipos de acessos que as pessoas terão às substâncias, se com maior ou menor facilidade em termos monetários, com maior ou menor exposição aos riscos de violências policial ou do tráfico. Ainda de acordo com Bergeron, a droga mascara as diferenças sociais e seu uso regulado se constituirá na reafirmação da hierarquia social e dos acessos exclusivos que alguns membros da sociedade terão.

Quando se trata de masculinidade, o uso de substâncias pode reforçar a masculinidade hegemônica e, como consequência, gerar distúrbios sociais, como a violência contra mulheres, o elevado número de homicídios entre homens, os altos índices de acidentes de trânsito e as violências contra pessoas LGBTQIA+.

Durante os encontros, vários participantes relataram o uso regular e recreativo de álcool; outros, o uso abusivo de álcool e drogas e em algum momento um dos participantes não continuou nas reuniões devido ao uso e abuso de crack. A abordagem desse tema permitiu que os participantes avaliassem como substâncias que alteram a

consciência podem potencializar comportamentos associados à masculinidade hegemônica gerando vários riscos tanto para terceiros quanto para eles mesmos. Para terceiro, pois o uso de algumas substâncias pode exacerbar comportamentos violentos – violência de gênero, violência no trânsito, violência doméstica entre outras. Esses relatos, embora diferentes, trazem a dimensão de como as violências sofridas ao longo da vida — especialmente na infância — podem ser determinantes para os comportamentos violentos manifestados na vida adulta. De forma geral, os participantes rejeitaram a maneira como seus tutores conduziram sua formação, marcada pela predominância da violência.

Com base nesses relatos, e reconhecendo que as violências intrafamiliares ocorreram durante a infância, podemos inferir que os impactos causados interferiram diretamente no processo de socialização, especialmente na forma como os participantes passaram a perceber a violência. A violência intrafamiliar deixa marcas que acompanham o sujeito por toda a vida e, por muitas vezes, o impedirão de se reconhecer como sujeitos passíveis de violência ou sujeitos ativos de violência. Aqui, assume-se o compromisso de aprofundar a questão da violência intrafamiliar e sua repercussão na construção da masculinidade.

A violência intrafamiliar é um fenômeno de alta complexidade, o que significa que não se lhe pode atribuir uma causa única. É preciso considerar que os adultos no contexto familiar são pessoas significativas do ponto de vista afetivo para as crianças e os adolescentes e que, ao agirem de forma violenta, provocam nas crianças e nos adolescentes graves sequelas emocionais (MOREIRA; SOUSA, 2012 p. 17).

Essa dinâmica trouxe um lado mais sensível dos participantes, porém, eles conseguiram perceber que existe uma hierarquia entre os diferentes tipos de trajetórias e performances de masculinidade e de privilégios que os diferem uns dos outros, além de trazer um debate acalorado sobre o tratamento que alguns perfis de homem têm em relação a outros, e de como essas diferenças traçam caminhos distintos:

É doloroso viver assombrado pelo fantasma de um sonho irreal; ter uma visão ampla do império se desfazendo em cinzas e poeira; sentir a dor do vencido, e ainda assim que, junto com todo o Mal que lhe recaiu em um dia sinistro, foi eliminado algo que merecia viver, foi morto algo que com justiça se recusava a morrer; saber que, junto com o Certo que triunfará, houve o triunfo de algo Errado, algo sórdido e cruel, algo que não correspondia ao que existia de melhor e mais amplo. Tudo isso é amargamente difícil; e muitos homens e

idades e povos encontraram nisso um pretexto para a melancolia, e para o lamento, e para a espera passiva (DU BOIS, W.E. B. p. 103, 2021).

Quando pensamos em masculinidades, masculinidade hegemônica e os privilégios que essa hegemonia traz, não há como não pensar em “quem essa hegemonia atende? Quem realmente possui os privilégios da hegemonia masculina? Essa hegemonia traz vítimas? Quem são essas vítimas?”

Ao olharmos de forma global todos os participantes dos grupos reflexivos, fica evidente que a maioria são homens pardos. E ao analisarmos seus relatos também fica claro em como ocorre um peso maior no julgamento, social principalmente, para os homens pardos e pretos. A seguir trarei dois relatos semelhantes, sendo um de um homem pardo e um de um homem branco.

O participante Hugo chegou ao grupo muito tranquilo, embora apresentasse algum desconforto, como todos os outros participantes e, ao ser questionado sobre o motivo de seu encaminhamento, relatou que mantinha um relacionamento de aproximadamente sete anos e que, desse relacionamento, tem uma filha com idade de cinco anos. Hugo é um homem jovem, branco e de classe média. Hugo relatou que, por diversas vezes, teve desentendimentos com sua ex-companheira e que sempre havia agressões verbais mútuas. Apesar das constantes agressões verbais, Hugo nunca havia sido formalmente denunciado por sua ex-companheira. Em determinado momento da relação, quando ambos já haviam decidido que o relacionamento não era mais viável, ocorreu um desentendimento entre ex-casal em relação à visitação da filha. Como de costume no relacionamento, Hugo e sua ex-companheira trocaram acusações e xingamentos. Sua ex-companheira acionou a Polícia Militar e, durante o atendimento, ambos foram orientados pelos policiais. Naquele momento, não foi feito nenhum registro formal de violência contra a mulher. No entanto, ela foi orientada a procurar a delegacia especializada, caso os xingamentos e desacordos persistissem. Foi o que ocorreu: por meio de uma denúncia posterior feita por sua ex-companheira, Hugo foi encaminhado a frequentar o Grupo Reflexivo.

O segundo relato é de Francisco, um homem pardo, de meia-idade, morador da periferia. Ele nos relatou que teve um relacionamento de 13 anos com sua ex-companheira e que nesse relacionamento teve três filhos. O relacionamento de Francisco foi construído por constantes violências verbais e havia a codependência em álcool e drogas, o que fazia com que as violências verbais e ameaças de ambas as partes fossem

constantes. Francisco buscou tratamento de sua dependência química e após alguns meses resolveu separar de sua companheira que não quis se tratar. Quando comunicou o fato à companheira, ela o agrediu jogando um copo em seu rosto, causando um corte. A ex-companheira dele acionou a Polícia Militar e ambos foram encaminhados para a delegacia de plantão. No local Francisco teve sua prisão ratificada por violência doméstica. Ele ficou alguns meses preso e foi determinado que frequentasse o grupo reflexivo após sua saída da prisão.

Com base nos relatos apresentados, é possível perceber que as masculinidades não são vividas de forma homogênea — ao contrário, elas são atravessadas por múltiplos marcadores sociais, como raça, classe e território. A análise interseccional permite compreender que os efeitos das instituições punitivas, da justiça e das redes de proteção variam conforme o lugar que cada sujeito ocupa na estrutura social.

Hugo e Francisco, embora ambos, homens encaminhados para o grupo reflexivo por conflitos em relações afetivas-heterossexuais, vivenciaram percursos muito distintos no sistema de justiça. Hugo, homem branco e de classe média, foi apenas orientado pela polícia, mesmo diante de um histórico de agressões verbais mútuas. Seu ingresso no grupo se deu por encaminhamento após uma denúncia formal, sem que houvesse registro de prisão. Já Francisco, homem pardo, morador de periferia, foi imediatamente criminalizado e encarcerado, mesmo tendo relatado também situações de violência mútua e dependência química.

Esse contraste revela como o racismo estrutural e a desigualdade social operam também na produção das masculinidades. Homens não ocupam o mesmo lugar dentro do “pacto da masculinidade”: alguns são protegidos e acolhidos pelas instituições, enquanto outros são punidos de forma mais severa, mesmo em situações semelhantes. A conclusão que se impõe, portanto, é a de que qualquer política pública voltada para o enfrentamento das violências de gênero entre homens deve necessariamente considerar as intersecções entre raça, classe, gênero e território, reconhecendo que os dispositivos de poder operam de forma desigual até mesmo entre os próprios homens. Só assim será possível construir estratégias mais justas e eficazes de responsabilização, escuta e transformação.

Nos relatos acima, fica evidente que Hugo ao apresentar seu relato estava tranquilo, já que não foi tratado de forma desigual pelos “homens da lei”, e pôde aguardar, com tranquilidade, se sua ex-companheira o denunciaria ou não. Inclusive, o único

desconforto de Hugo era precisar comparecer aos encontros dos Grupos Reflexivos às quartas-feiras, perdendo a transmissão do futebol. Já Francisco, além de estar profundamente revoltado por ter sido agredido por sua ex-companheira e preso, afirmou que sequer foi ouvido pelos policiais, percebeu também que, devido ao local onde morava e à sua classe social, a atuação policial sobre ele foi mais agressiva, sendo-lhe dada a ordem de se deitar no chão, sendo algemado em seguida. Já na delegacia, Francisco teve sua prisão ratificada e seguiu para o sistema prisional.

Diante desses dois relatos, foi feita uma análise nos “*Atlas da violência 2023* e no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*” e pudemos observar os seguintes dados: no ano de 2021, a cada 100 mortes de jovens entre 15 e 29 anos, 49 mortes eram consequentes de violências letais, totalizando 24.217 jovens mortos, trazendo uma média de 66 jovens assassinados por dia no país; a cada 20 minutos um jovem é assassinado no Brasil; a morte simbólica de jovens, principalmente homens jovens, ocorre antes da morte física, uma vez que muitos deles não entram no mercado de trabalho ou na vida econômica em detrimento da vida no crime (talvez como única opção). O homicídio de pessoas pretas e pardas representou 71% dos crimes ocorridos no país no ano de 2021 e teve um número absoluto de 36.922 mortes. Tratando-se da sexualidade, os homens gays e negros representam 55,3% das vítimas de crimes de LGBTQIFOBIA e as mulheres transsexuais e travestis negras representam 58% das vítimas, sendo as travestis negras as mais vitimadas e de forma mais violenta.

De acordo com o *Anuário Brasileiro de Violência de 2023*, das pessoas encarceradas no Brasil, 95% são do sexo masculino e desses, 68% são homens negros. Das vítimas de violências intencionais 91,4% são homens. Das vítimas de intervenções policiais, 99,2% eram do sexo masculino e dos mortos através dessas intervenções, 76,5% são homens negros. Das mortes de policiais 98,4% são de agentes do sexo masculino e dessa porcentagem 67,3% são agentes negros.

O processo de exclusão das pessoas negras se inicia com o racismo por denegação: trata-se de um racismo disfarçado e codificado que torna desnecessárias formas abertas de segregação, já que hierarquias não institucionalizadas garantem a superioridade das pessoas brancas como grupo social. . O racismo por denegação se disfarça em teorias culturais que celebram a miscigenação, a assimilação e a democracia racial, em que se aceita contribuição negra, mas de modo subordinado (VINUTO, 2022).

Os dados apresentados, aliados às narrativas de Francisco e Hugo, oferecem um

panorama sobre a estruturação de nossa sociedade. De modo geral, a sociedade expõe intensamente suas mazelas à população negra, que é sumariamente encarcerada ou dizimada. Embora amplamente estudadas, as questões raciais demonstram que, mesmo quando busca justiça, a população negra é sistematicamente negligenciada — especialmente no que se refere às oportunidades, como evidencia a morte simbólica de jovens negros que enfrentam grandes dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, pois, antes disso, muitos foram obrigados a abandonar a escola.

De acordo com o IBGE (2023), a evasão escolar de pessoas negras representa 71,6% do total. Ao abandonarem a escola, os jovens negros veem cada vez mais reduzidas as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, no entanto, a necessidade de sobrevivência persiste. Como a ausência de formação os coloca em desvantagem frente aos jovens brancos que concluíram o ensino médio, esses jovens negros se tornam alvos fáceis de serem captados por redes ilícitas ou marginalizados pelo próprio sistema.

Em relação ao grande número de mortes violentas de homens jovens e, associando isso a masculinidade hegemônica, podemos refletir, que, devido à grande evasão escolar de jovens negros e a captação desses para o mundo do crime, fazendo uma interligação ao padrão hegemônico da masculinidade exigido, podemos observar que essa captação ao crime se torna fácil e sem muitos empecilhos, uma vez que o crime, principalmente o relacionado ao tráfico de drogas e armas representa ou apresenta a potencialidade de uma masculinidade agressiva, poderosa e que é indestrutível. Os símbolos dessa masculinidade apresentada aos jovens trazem a arma, o consumo de produtos que representam uma ostentação capitalista, a oportunidade de subjugar o corpo feminino e de subjugar corpos masculinos que não representam tão bem essa masculinidade. Porém, é importante ressaltar que embora esses jovens performem e acreditem que estão no topo da masculinidade hegemônica, há o atravessamento da questão racial e devido a denegação racial, trazida por Lelia Gonzalez, serão esses jovens os que estarão na linha de frente para a morte e para a prisão, esse fato confirma a hierarquização da masculinidade.

Encerrar este capítulo é, de certo modo, reconhecer que o exercício de se olhar no espelho — tão simbólico quanto concreto — foi apenas o início de um processo mais profundo: o de aprender a se ver e a se ler para além das imagens fixadas por discursos hegemônicos sobre o que é ser homem. Ao longo dos encontros, os participantes foram

convidados a revisitar suas trajetórias, seus silêncios e suas dores. Falar sobre o que os levou até ali, questionar a naturalização da negligência com o próprio corpo e a própria saúde, refletir sobre o uso de substâncias como anestesia para emoções reprimidas — tudo isso foi parte de uma jornada que exigiu coragem, escuta e abertura.

Mais do que isso, as discussões trouxeram à tona como esses sujeitos não são apenas homens em abstrato: são corpos marcados por raça, classe e território, o que implica diferentes formas de serem afetados pelas políticas públicas e pelo sistema de justiça. O espelho, nesse sentido, não reflete apenas o indivíduo, mas a sociedade que o molda. A intersecção entre masculinidade e desigualdades estruturais ficou evidente quando observamos como a aplicação da Lei Maria da Penha — ainda que fundamental — incide de forma desproporcional sobre homens negros e periféricos, revelando a seletividade do sistema penal.

Aprender a se ver é, portanto, mais do que reconhecer-se: é desnaturalizar aquilo que se foi ensinado a aceitar como destino. Aprender a se ler é começar a compreender-se como parte de um enredo maior, tecido por relações de poder, violência e, também, possibilidade de mudança. A transformação que se delineia nos relatos é parcial, hesitante, contraditória — mas real. Ela nos permite vislumbrar frestas em um sistema de gênero rigidamente construído, onde o afeto, a escuta e a responsabilização emergem como forças de deslocamento subjetivo e ético. Esse capítulo não oferece respostas prontas, mas deixa entreabertas as portas por onde esses homens podem, quem sabe, reescrever suas histórias — agora conscientes de que suas marcas não os definem por completo, mas são pontos de partida para outras narrativas possíveis.

## **CONCLUSÃO: FAZENDO GÊNERO: O QUE MUDOU?**

Ao compartilhar minha trajetória no capítulo 1 desta pesquisa, busquei ilustrar como todas as pessoas, independentemente de seu gênero, são influenciadas pela construção social do que significa ser homem ou mulher, muitas vezes considerando apenas o fator biológico nesse processo. Essa influência, inicialmente, pode passar despercebida por aqueles que se conformam às normas cisgêneras impostas. No entanto, é fundamental refletir que, mesmo quando essa influência parece sutil ou quase imperceptível, as normas rígidas relacionadas à cisgeneridade deixam marcas nos corpos de homens e mulheres que se ajustam a esses padrões. Tais marcas podem se manifestar de diversas formas, incluindo comportamentos agressivos, possessivos,

silenciosos ou temerosos, entre outros, dependendo do gênero construído por essas normas. Essa reflexão evidencia a complexidade e a profundidade do impacto social na constituição das identidades de gênero, ressaltando a importância de compreender essas dinâmicas para promover uma sociedade mais inclusiva e consciente. Neste capítulo, busquei promover uma reflexão acerca das experiências vivenciadas por corpos considerados desviantes ou abjetos, que enfrentam diariamente o desafio de se enquadrar na cisgeneridade. Pessoas que são rotuladas como abjetas frequentemente se deparam com diversas formas de violência, que variam desde manifestações sutis até agressões mais explícitas. Essas agressões representam, muitas vezes, uma punição social direcionada àquelas que não se conformam às normas cisheteronormativas, evidenciando o impacto de uma sociedade que marginaliza e exclui corpos que divergem dos padrões estabelecidos.

No capítulo 2, o objetivo foi compreender e dialogar com os participantes acerca do que significa ser homem em uma sociedade patriarcal, e refletir sobre como essa estrutura social influencia suas trajetórias individuais. De modo geral, o conceito de masculinidade, imposto socialmente às pessoas designadas como do sexo masculino ao nascimento, embora aparente ser uma fonte de privilégios, carrega consigo diversas marcas, sobretudo de ordem psicológica. Essas marcas podem se manifestar por meio de comportamentos como retração, impulsividade e possessividade, uma vez que a construção social de masculinidade muitas vezes restringe os homens de expressar sentimentos considerados menos agressivos ou mais vulneráveis. Ser homem em uma sociedade marcada pelo machismo exige uma grande carga de resistência e adaptação por parte dos sujeitos, que vivem sob constante vigilância quanto aos comportamentos socialmente considerados adequados aos seus corpos, reforçando uma dinâmica de controle e expectativa social.

O Capítulo 3 propôs-se a analisar a dinâmica social que conduz indivíduos à condição de vítima, especialmente no contexto das relações de gênero. A partir dessa perspectiva, buscou-se compreender como os homens, ao serem encaminhados para grupos reflexivos, elaboravam a noção de que haviam transformado suas companheiras em vítimas de violência doméstica e de gênero. Mais do que uma constatação sobre o ato violento em si, interessava-nos compreender se esses sujeitos reconheciam, em alguma medida, que também foram atravessados por estruturas sociais que os educaram para uma masculinidade violenta e repressora.

O que se observou foi que muitos desses homens foram socializados em contextos familiares marcados por práticas educativas coercitivas e punitivas, onde a expressão de emoções era interpretada como fraqueza e, portanto, incompatível com os ideais normativos de masculinidade. Assim, torna-se evidente que a violência de gênero, frequentemente, é uma reprodução de modelos aprendidos e internalizados ao longo da vida. Trata-se de uma herança silenciosa de um sistema patriarcal que forma homens incapazes de expressar afetos e vulnerabilidades, pois, ao fazê-lo, colocariam em risco sua legitimidade enquanto “homens de verdade”.

Nesse sentido, os grupos reflexivos oferecem uma oportunidade ímpar para que esses homens se confrontem com a complexidade de suas trajetórias: são autores de violência, sim, mas também sujeitos que, em muitos momentos, foram silenciados, enrijecidos e moldados por um modelo de masculinidade excludente e agressivo. Reconhecer essa dualidade — sem cair em justificativas ou eximindo-os de suas responsabilidades — é fundamental para a construção de estratégias mais efetivas de enfrentamento à violência de gênero.

O capítulo 4 também se debruça sobre o processo de estruturação e condução dos encontros no grupo reflexivo, apontando os desafios que envolvem o que se convencionou chamar de “fazer gênero”. Este “fazer” demanda dos facilitadores um compromisso ético e formativo constante, uma vez que as discussões que emergem dos encontros são atravessadas por temas sensíveis, densos e, por vezes, inesperados. O trabalho exige mais do que domínio teórico; requer disponibilidade emocional, escuta ativa e a construção de uma postura acolhedora, crítica e empática.

Durante os encontros, os facilitadores não apenas conduziram debates, mas também foram atravessados por reflexões que desestabilizaram certezas e exigiram novas formas de pensar e sentir o mundo. A tarefa de desconstruir o gênero em um espaço que acolhe homens autores de violência revelou-se um exercício coletivo de aprendizado e reinvenção. Os relatos desses participantes evidenciaram marcas de sofrimento, frustração, depressão e experiências de silenciamento emocional. Ouvi-los, acolhê-los e, simultaneamente, responsabilizá-los foi o grande desafio enfrentado por quem se dispôs a mediar esses espaços.

A análise dos Capítulos 3 e 4 revela, portanto, que os Grupos Reflexivos não se

limitam a ser espaços de correção de condutas ou mera imposição de normas. Ao contrário, configura-se como um espaço de reconstrução subjetiva e ressignificação de experiências. Nele, é possível fomentar o reconhecimento das estruturas que sustentam a violência de gênero e, ao mesmo tempo, vislumbrar caminhos para a transformação pessoal e social.

Trabalhar com homens que cometeram violência exige coragem, sensibilidade e compromisso. Exige compreender que responsabilizar não é punir, mas convocar à consciência. Fazer gênero, neste contexto, é abrir brechas para o diálogo e promover um deslocamento da rigidez identitária que caracteriza a masculinidade tradicional. É transformar dor em consciência, repetição em ruptura e violência em cuidado.

O desafio, portanto, permanece: ampliar esses espaços, fortalecer práticas de escuta e formação e engajar mais vozes dispostas a enfrentar — com humanidade e coragem — as complexidades da masculinidade e da violência de gênero.

Os Grupos Reflexivos para Homens autores de violência doméstica têm se consolidado como importantes instrumentos de transformação social no combate às violências de gênero. Essas iniciativas oferecem uma perspectiva mais ampla e aprofundada acerca das masculinidades, possibilitando uma compreensão crítica sobre como a construção social do homem é, muitas vezes, responsável por perpetuar práticas prejudiciais à sociedade como um todo.

Ao analisarmos as diversas manifestações de violência, como as agressões domésticas contra mulheres, as violências dirigidas à comunidade LGBTQIAPN+, as mortes violentas de jovens, especialmente negros, e os altos índices de estupros de mulheres e meninas, torna-se evidente a necessidade de colocar em debate a hegemonia da masculinidade como uma pauta central. Essa discussão é fundamental para promover uma redução efetiva dessas violências, uma vez que ela revela as raízes culturais e sociais que sustentam esses comportamentos.

O Grupo Reflexivo representa apenas uma das estratégias para compreender a formação social dos homens e as dinâmicas de violência relacionadas às masculinidades hegemônicas. Essas ações são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, na qual as disparidades de gênero possam ser enfrentadas de forma mais efetiva. A pesquisa e o debate sobre masculinidades, grupos reflexivos e violência contra homens

constituem um campo de estudo promissor, que contribui para o avanço de uma sociedade mais consciente das questões de gênero.

Todos somos impactados pelo patriarcado e pela construção social do gênero, independentemente do gênero. Essa estrutura social influencia nossas vidas de maneiras distintas, mas de alguma forma, seus efeitos são sentidos por todos. Nesse contexto, a educação emerge como uma ferramenta fundamental para promover a evolução nas relações entre os gêneros, possibilitando a construção de uma compreensão aprofundada.

As performances de gênero masculino frequentemente se repetem ao longo das gerações, reforçando padrões que, muitas vezes, não são nem saudáveis nem justos. Contudo, observa-se uma crescente abertura no universo masculino para repensar suas masculinidades e é nessa abertura que podemos evitar relatos como os de Silvio, Hugo, Rafael, entre tantos outros homens que foram socializados como máquinas de esconder sentimentos. Essa mudança é crucial para que os homens possam refletir sobre suas emoções e comportamentos, rompendo com paradigmas tradicionais que limitam a expressão emocional masculina e perpetuam a violência. As violências de gênero têm se repetido ao longo do tempo, mas a esperança reside na possibilidade de transformação por meio de espaços de reflexão como os Grupos Reflexivos. Esses ambientes oferecem uma oportunidade de compreender como os homens precisam aprender a expressar suas emoções e, sobretudo, como é fundamental cuidar delas desde a infância. Quando meninos crescem sem espaço para expressar seus sentimentos, há maior risco de que essas emoções se enraízem de forma negativa, potencializando comportamentos violentos.

Embora muitas instituições policiais pleiteiem a implementação de Grupos Reflexivos para homens autores de violência doméstica, é possível prever que os resultados dessas reflexões serão pouco significativos, uma vez que os participantes tendem a se sentir acuados e julgados diante de uma autoridade policial ou até mesmo um policial que atuou ou atua em ocorrências que envolvam violências de gênero, então, é imprescindível que os Grupos Reflexivos sejam conduzidos por profissionais capacitados e em espaços não coercitivos, a fim de garantir a escuta ética e o compromisso com a transformação.

Portanto, é imprescindível que haja investimento na educação emocional desde os primeiros anos de vida, criando ambientes seguros onde os homens possam se sentir

confortáveis para expressar suas emoções. Assim, podemos avançar para a uma vivência mais justa, empática e livre de violências, na qual todos possam viver de forma mais plena, autêntica e igualitária.

Ao longo dos capítulos, vimos como esses homens constroem discursos sobre si mesmos, muitas vezes oscilando entre a vitimização e a responsabilização. Identificamos momentos de ruptura, gestos de abertura, hesitações e recusas. O grupo, nesse contexto, funciona como dispositivo de escuta e de deslocamento simbólico.

Ficam como desdobramentos possíveis: a necessidade de ampliação das políticas públicas voltadas à responsabilização e escuta dos homens; o aprofundamento das pesquisas que considerem raça, classe e sexualidade como marcadores das masculinidades; e a aposta numa escuta pedagógica que, sem justificar a violência, aponte caminhos possíveis de deslocamento.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo George Helal de (org.). Masculinidades: ensaios sobre a diferença entre os sexos. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BARKER, Gary. Homens, masculinidades e violência sexual: explorando a conexão. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 17, supl. 1, p. 313–321, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000700015>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina; tradução Maria Helena Kuhner. – 17ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. Le sens pratique. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)
- BRASIL. Proposta para implementação dos serviços de responsabilização do agressor. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/convenios/roteiro-elaboracao-projetos-2009-1.pdf>.
- BROTHERHOOD. OLIVEIRA, Maurício. Vamos falar de masculinidade? 100 perguntas para refletir o que é ser homem hoje. São Paulo: Matrix: 2020.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CARDOSO, R.; PAOLI, M. C. (Orgs.). Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-62
- CASTRO, Celso. Textos básicos de Sociologia. O Estudo dos Fatos Sociais e o método da Sociologia. In: DURKHEIM, Émile. São Paulo: Vozes, 2014. p. 26.
- CHAUÍ, M. Ética, política e violência. In T. Camacho (Ed.), Ensaio sobre violência (pp. 39-59). Vitória: Edufes, 2003.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, M.; chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.clam.org.br/uploads/publicacoes/Genero%20-%20Joan%20Scott[1].pdf. Acesso em 21/04/2025
- COLLINS, Patricia H. Black Feminist Thought, 1990; versão em português: Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019
- CONNEL, Robert W., MESSERSCHIMDT James W. Masculinidade hegemônica: repensando o

conceito. In <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC> . Acesso em 21/04/2025

CONNELL, Raewyn. Masculinidades. Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COONELL, R. W. 1995. Masculinities: Knowledge, power and social change. Berkeley/Los Angeles: University of Califórnia Press.

DAVIS, A.. Mulheres, Raça e Classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT; GREGORI. 2008. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. In <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011>. Acesso em 21/04/2025

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DU BOIS, W.E. B. As almas do povo negro. Tradução de Alexandre Boide, São Paulo, Veneta, 2021

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 87-88. (Coleção Os pensadores)

DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: WMF, 2019.

FESTINGER, Leon. A theory of cognitive dissonance. Stanford: Stanford University Press, 1957.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREUD. S. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.

GOFFMAN, Eving. A representação do eu na vida cotidiana. p 29. Petrópolis- RJ. Vozes,2014

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982

GROSSI, M. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 474, 1994.

GUSMÃO, G. de C.; SILVA, J. V. da.; LOMEU, K .K.; BARBOSA, W. F. Lei Maria da penha: uma análise da eficácia da estruturação dos serviços especializados integrantes da rede de proteção e atendimento à mulher vítima de violência previstos na lei nº 11.340/2006. Humanidades, v. 3, n. 1, fev. 2014. Disponível em: [http://www.revistahumanidades.com.br/arquivos\\_up/artigos/a16.pdf](http://www.revistahumanidades.com.br/arquivos_up/artigos/a16.pdf). Acesso em 21/04//2025

<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1099144-lei-maria-da-penha-completa-14anos.xhtml#:~:text=O%20segundo%20julgamento%20ocorreu%20em,a%20senten%C3%A7a%20n%C3%A3o%20foi%20cumprida.>

KIMMEL, Michael S. *The Gendered Society*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2006.

MARQUES, E.S.; MORAES, C.L. de; HASSELMANN, M.M.H; DESLANDES, S.F.; REICHENHEIM, M.E. A violência contra mulheres crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cad. Saúde Pública*; 36 (4), 2020. Doi: 10.1590/0102-311X00074420

NOSTHAFT, Raíssa J.; BEIRAS, Adriano. O que sabemos sobre inverteções com autores de violência doméstica e familiar. UFSC, 2019. In: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NhwDZmdztnb8WYrFsWXFr8S/?lang=pt> . Acesso em 21-04-2025

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PORTO, Tiago da Silva. A incômoda performatividade dos corpos abjetos. *Ide (São Paulo)* vol.39 no.62 São Paulo ago./dez. 2016. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-3106201600020001](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3106201600020001)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Rayani Mariano. *As Disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: Familismo, Conservadorismo e Neoliberalismo*. 2019. UnB. Acesso 21-04-2025

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Disponível em: <file:///C:/Users/PCMG/Downloads/edsondeoliveira,+G%C3%AAnero-1.pdf>

SEFFNER, Fernando. Masculinidades e violência de gênero: notas para uma reflexão crítica. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 809–819, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300015>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SEGATO, Rita. *As estruturas elementares da violência: ensaios sobre gênero entre o crime e o castigo*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

TONELI, M. J. F.; BEIRAS, A.; RIED, J. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. *Revista de Ciências HUMANAS*, Florianópolis, v. 51, n. 1, p. 174-193, jan-jun 2017. <http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2017v51n1p1>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). *Manual Grupos Reflexivos de Homens*. 2. ed. Brasília: TJDFT, 2021. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/documentos-e-links/manual-grupos-reflexivos-de-homens-2a-ed.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TJRS). Guia Prático para Implementação de Grupos Reflexivos de Gênero. Porto Alegre: TJRS, 2020. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/wp-content/uploads/sites/7/2020/12/grupos-reflexivos-guia-pratico.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

VINUTO, Juliana, 2022, Contribuições de Lélia Gonzalez aos estudos sociológicos sobre controle social e punição no Brasil Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 22, e40428, 2022.

In

<https://www.redalyc.org/journal/742/74271351026/html/#:~:text=O%20racismo%20por%20denga%C3%A7%C3%A3o%20se,negra%2C%20mas%20de%20modo%20subordinado>. Acesso em 21/04/2025

VIVEROS VIGOYA, Mara. 2018. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Tradução: Alysso de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.